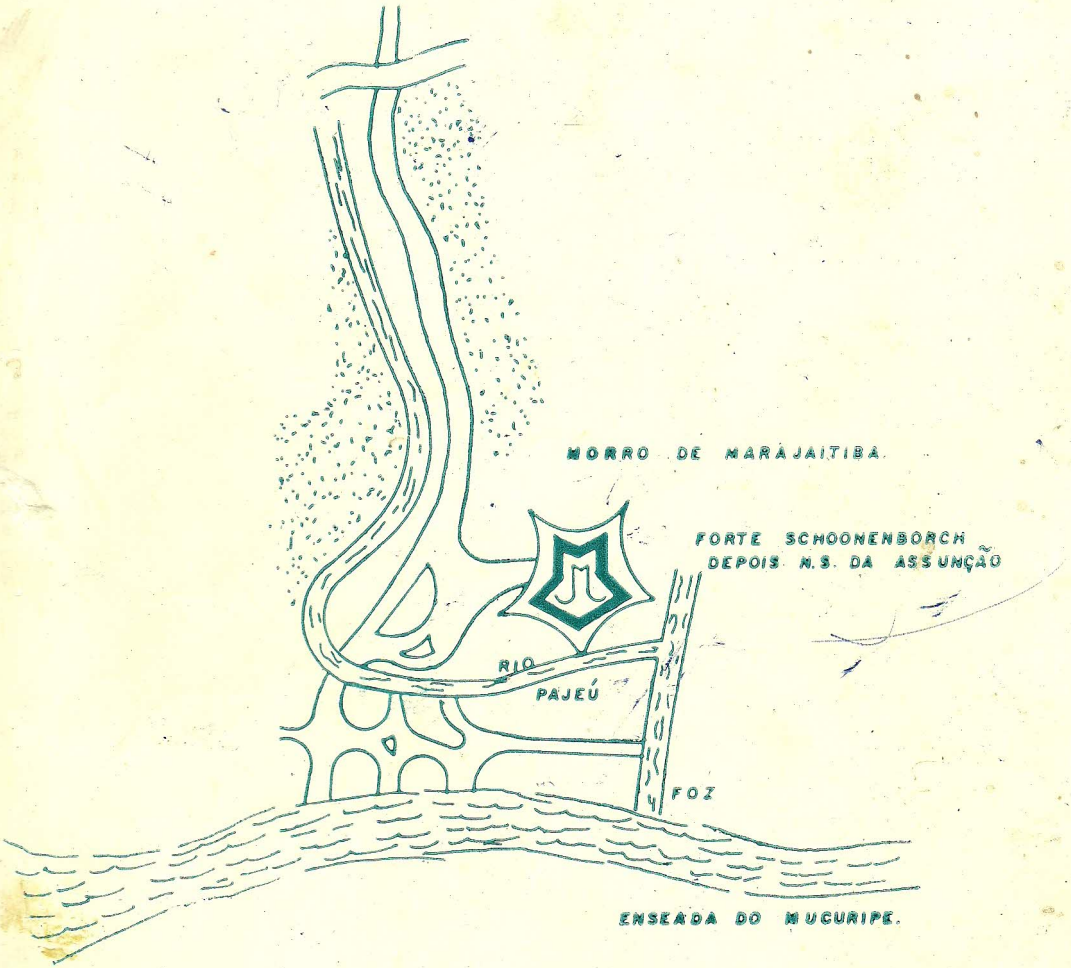
A CIDADE DO PAJEÚ



RAIMUNDO GIRÃO

EDITORA HENRIQUETA GALENO
Fortaleza — Ceará — Brasil
1982

A CIDADE DO PAJEÚ

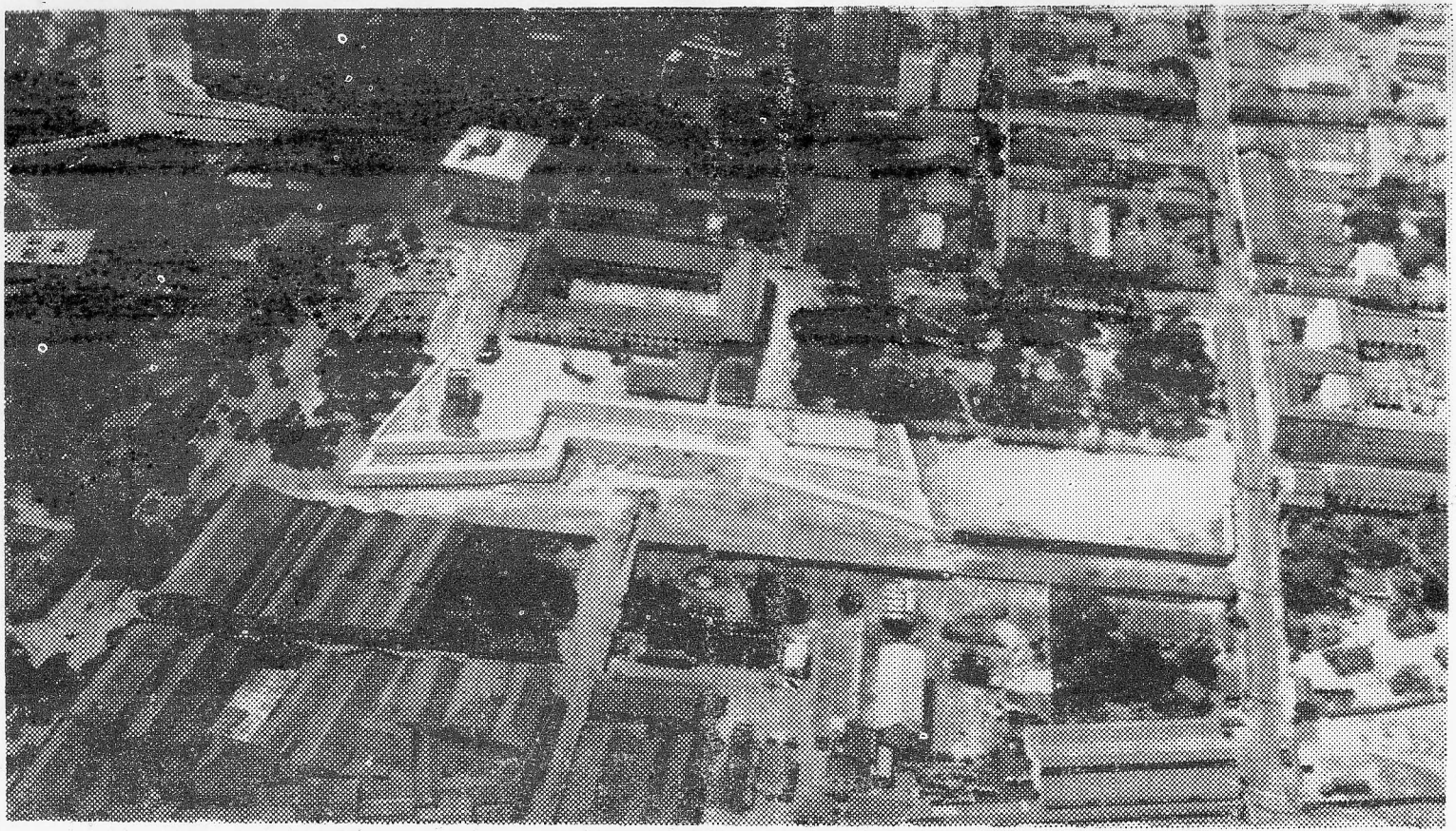
Raimundo Girão

A Cidade do Pajeú

EDITORA HENRIQUETA GALENO

Fortaleza – Ceará – Brasil

1982



A Fortaleza de N. Senhora d'Assunção e o seu Quartel. À direita, o Passeio Público e à esquerda casas da Avenida Alberto Nepomuceno — tudo sobre o morro MARAJAITIBA.

PORQUÊ...

Em 1935, Lauro Ruiz de Andrade escreveu um pequeno estudo, publicado no Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará — **As minas de prata de Matias Beck** (N. 2, 2.º trimestre, 1935, p. 25), em que observou: "Foi Matias Beck quem edificou os primeiros edifícios de Fortaleza. Se a capitania do Ceará nasceu do Forte São Sebastião, a Capital teve a sua célula inicial no primitivo Forte Schoonenborch, mais tarde chamado simplesmente Forte, nome da povoação de índios às margens do Pajeú".

Sem conhecer este estudo, em 1945, mal começava as minhas perigrinações históricas, dei publicidade à plaqueta **Cidade da Fortaleza** e concluí, neste particular: "Embora tenha sido Martim Soares Moreno o legítimo conquistador do Ceará e por todos os títulos seja considerado o seu fundador, parece de justiça ligar a fundação da capital cearense ao nome de Matias Beck, pois que à égide de sua fortificação e ampliando-se em volta desta é que ela se enraizou e cresceu. Talvez porque ainda se recalque no espírito nacional inconsciente prevenção aos neerlandeses, tidos ao tempo da invasão como inimigos da pátria, à individualidade de Matias Beck não se tem tributado a homenagem que merece. A nomenclatura dos nossos logradouros públicos, tão pródiga em honrar pessoas, nem sequer lhe regista o nome".

No **Correio do Ceará** de Fortaleza, em 1950 publiquei artigo mais minucioso, com as mesmas conclusões: "E assim foi levantado o forte de Schoonenborch, fincados os seus alicerces na margem esquerda da foz do rio Pajeú, aproveitada a elevação de terreno denominada Marajaitiba.

"Exatamente onde se encontra ainda hoje a velha fortaleza, ao lado do Passeio Público, reconstruída de alvenaria quando dirigia o Ceará o Governador Manuel Inácio de Sampaio (1812-1820). A velha fortaleza, que dorme o sono do esquecimento, nem sequer pressentida da mor parte da gente da cidade que lhe ignora a existência e não sabe honrar as suas tradições,

gente cega de civismo, alheia às vibrações do patriotismo renovador e construtivo, força e energia dos povos conscientes e educados no culto das suas coisas e dos seus maiores.

"Em redor da fortificação de Matias Beck arrumaram-se as primeiras casas e depois as primeiras ruas, embrião da cidade que hoje é.

"Da paliçada de Soares Moreno na Barra do Ceará nada restou, pois que para a construção do forte holandês foram trazidos os materiais prestantes — telhas e canhões — transportados, ao correr da praia, num carro puxado a braço de negros.

"Outra vida começou na foz do Pajeú, abandonada totalmente a foz do rio Ceará; outros suores molharam a argamassa com que se edificava a futura cidade; outros pensamentos inspiraram os homens no desígnio de vencer a natureza hostil, o mar hostil, os ventos hostis e teimosos, brincando com as areias num jogo de desassossego e vaivém que não foi fácil dominar.

"Daí porque, sem qualquer injúria a Martim Soares, fora de dúvida considerado o verdadeiro fundador do Ceará, temos o dever de dar a César o que é de César e tomar como legítimo ponto de partida da fundação de Fortaleza a instalação flamenga do forte Schoonenborch.

Manda a justiça histórica vejamos em Matias Beck o fundador da nossa capital, e bem poderíamos fixar no dia 10 de abril de 1649 a data simbólica dessa fundação. Data em que no solo da nova terra foi riscado o primeiro traço de uma civilização de caráter duradoiro e subsistente."

Gustavo Barroso, na revista **O Cruzeiro,** ed. de 21 de março de 1951, concordou plenamente com a sugestão: **Manda a razão e a lógica que eu apoie a tese de Raimundo Girão,** de que foi o Capitão holandês Matias Beck o verdadeiro fundador de minha cidade natal. Os corsários franceses perseguiram muito o estabelecimento luso nascente na costa do Ceará Grande. A enseada do Mucuripe fornecia ancoradouro aos seus navios, facilitando-lhes os ataques a fraqueza numérica da guarnição do fortim e sua precária artilharia, tanto que fingiam canhões com troncos de carnaúba. A mudança do fortim da foz do Ceará para a do Pajeú por Matias Beck possivelmente obedeceu a razões estratégicas: menos expostos aos inimigos vindos do mar por ser a embocadura do regato de mais difícil acesso do que a barra do rio Ceará e mais fiscalização pela proximidade do ancoradouro do Mucuripe. O certo é que depois da expulsão dos holandeses os lusos conservaram o fortim no local onde Beck o assentara, tratando de reparar trincheiras em 1662. Dois anos mais tarde, sua guarnição foi reforçada com 20 soldados brancos e 20 pretos. Em 1689, construiu-se o novo

quartel. Finalmente, em 1698, se reedificou a fortaleza já denominada de Nossa Senhora da Assunção". E termina. — "Fortaleza é a oitava cidade do Brasil e uma das mais belas capitais. Bem avisado andou, pois, Matias Beck em plantar na colina Marajaitiba o forte Schoonenborch, **que foi o seu berço.** E sua heráldica perpetua esse fato: uma fortaleza batida pelo mar com o dístico **Fortitudine".**

Gustavo Barroso, o apaixonado de sua cidade, por ele cantada em prosa e verso, católico que morreu na mais pura unção eucarística, não se pejou de reconhecer a verdade e anunciá-la.

Anteriormente, o urbanista J.O. de Sabóia Ribeiro, havia deixado no **Memorial Justificativo do Plano Diretor para a Cidade de Fortaleza** o seu pensamento a respeito, depois de acurada análise sôbre as origens e o sentido evolutivo da cidade. Claramente, até com vivo entono, se convence da tese: "Quem examinar as condições topográficas da região que do Passeio Público se estende em todas as direções, não terá dúvida em afirmar que **o berço da cidade nas proximidades do Pajeú** melhor convinha à fundação do núcleo de colonização e conquista do que nas margens do rio Ceará. Aqui mais próprio aos labores pacíficos da agricultura e da pecuária; ali melhor para as atividades do comércio e da indústria e para a construção de um baluarte necessário à defesa da terra e do litoral. **Damos assim inteiro apoio à opinião de Raimundo Girão**, quando diz — Parece de justiça ligar a fundação da capital cearense ao nome de Matias Beck, pois à egide da sua fortificação e ampliando-se em volta desta e que ela se enraizou e cresceu. Apenas preferimos dizer: **É de inteira justiça** e não "parece de justiça". Pode-se contar os holandeses entre os mestres da arte de construir cidades; e se no Ceará não chegaram a selar o traçado da urbe é que decerto não houve tempo para tal, deixando, entretanto, escolhido o **fundus** sôbre o qual deveria crescer a cidade, em etapas sucessivas, vencendo a má vontade de muitos com a boa vontade de raros". (1)

A idéia reforçava-se, mais tarde, com a opinião de Câmara Cascudo: "Matias Beck, com três iates e dois barcos, 298 homens, fundeia na ponta do Mucuripe a 3 de abril de 1649. É uma expedição para descobrimento de minas, minas de prata, nas serras. Não há repulsa. Os restos abandonados do forte São Sebastião caem em ruínas. Os indígenas furtavam as telhas, cobrindo as ocas. Matias Beck, no morro Marajaitiba, à margem

(1) Ver Rev. do Inst. do Ceará, vol. 69, p. 219.

do rio Pajeú, inicia a construção de uma defesa murada para guardar homens, víveres e munições.

Começando a 9, termina a 22 de abril, chamanda-o forte Schoonenborch **ao redor do qual nasceria a verdadeira e atual cidade.** Beck distribuiu cartas de perdão, pequenos presentes, perguntando notícias da mina de prata. O Schoonenborch é ampliado e as companhias, com mineradores e indígenas, catam as serras próximas, farejando prata. Todos os tuxauas, Francisco Arajiba, Francisco Caraia, Amanaju-pitanga, prometem ao comissário van Ham, ao ministro Kempins, roteiros e barras de prata que nunca aparecem. E, da praia para as serras próximas, vivem os holandeses, suspicazes, assombrados e teimosos, vigiando de noite e cavando de dia até que a convenção da Campina do Taborda, em 26 de janeiro de 1654, findou-lhe a penitência. Matias Beck e seus companheiros de mineração obstinada embarcaram. E o Ceará voltou aos Capitães-mores que El-Rei Nosso Senhor nomeava".

Em nota de rodapé acrescenta o mestre de Natal (**Geografia do Brasil Holandês,** José Olímpio Editora, 1956, p. 269):

"O Forte Schoonenborch no Ceará foi realmente **o elemento de fixação** da posterior cidade de Fortaleza. Junto aos seus muros, reconstruídos e remodelados, a cidade estendeu as ruas e agrupou a população **e não mais nos locais históricos de Pero Coelho e Martim Soares Moreno.** O Forte Schoonenborch ficava justamente ao lado do atual Passeio Público de Fortaleza". (2)

E, logo depois, com a de José Aurélio Câmara: "Deve-se ao ilustre historiador cearense Raimundo Girão o haver demonstrado, em lógica e brilhante argumentação, ser o holandês Matias Beck o verdadeiro e indiscutível fundador da cidade de Fortaleza" (**Rev. do Inst. do Ceará,** v. 70, p. 19, nota 33).

Assim tão bem apoiada, nunca a proposição sofreu contradita, passando a ser repetida pacificamente, inclusive em livros meus publicados em datas posteriores: **Pequena História do Ceará** (1955), **Geografia Estética de Fortaleza** (1959).

Estando a exercer as funções de Secretário Municipal de Urbanismo e vendo ser necessário dar sistema à nomenclatura dos logradouros públicos da Capital, tão incoerente em muitos pontos, como caótica, — autorizado pela Câmara Municipal de Fortaleza nomeei para elaborar o ante-projeto de revisão dessa nomenclatura uma comissão, que se constituiu de cinco membros, sendo três do Instituto do Ceará, os quais ao mesmo tempo pertencem à Academia Cearense de Letras e se integram

(2) Geografia do Brasil Holandês, Rio, Livraria José Olímpio Editôra, 1956, p. 268.

nas tertúlias da Casa de Juvenal Galeno: o próprio Secretário de Urbanismo, o historiador e notável poeta José da Cruz Filho e Dr. Hugo Catunda (este, o relator). Os dois outros componentes — o Sr. Rui Guédis, chefe da Seção de Turismo da Prefeitura e o Dr. Edmar Barroso, médico da Assistência Municipal, perfeito conhecedor dos logradouros da cidade.

Em trabalho demorado, afanoso, paciente, delicado e gratuito, a Comissão elaborou o ante-projeto recomendado pela lei municipal, entre outros nomes lembrando o de "Matias Beck para designar uma das avenidas de Fortaleza, e o de "10 de Abril" aplicado a uma praça, em relembrança ao dia em que foi iniciada a construção do Forte Schoonenborch. Da mesma maneira como designava outra avenida com o nome de "Soares Moreno" (a bela e nova via que liga a barra do Ceará à Vila de Antônio Bezerra) e outra praça com o nome de "Nova Lisboa" — a que fica na própria barra do Ceará, em homenagem a **cidade** dos sonhos do primeiro colonizador da região — Pero Coelho de Sousa. Outro logradouro tem o nome de "20 de Janeiro".

Tudo feito criteriosamente. E no "Guia Turístico da Cidade", baseado na revisão proposta, o que se acha consignado é o seguinte:

— "Av. Matias Beck — Matias Beck, o fundador do Forte Schoonenborch, na foz do rio Pajeú, origem da cidade de Fortaleza".

— "10 de Abril — Bairro de Meireles. Homenagem ao dia da fundação do Forte Schoonenborch, origem histórica da cidade".

— "Av. Soares Moreno — Martim Soares Moreno. **O fundador do Ceará,** pois começou neste a colonização lusa, fixando-se por algum tempo na barra do Rio Ceará".

— "Nova Lisboa (praça). Bairro Barra do Ceará. Denominação da cidade que Pero Coelho imaginou fundar como capital da ideada Colonia de Nova Lusitânia (o Ceará)".

— "Av. 20 de Janeiro — Homenagem ao dia da fundação do Forte de São Sebastião, na Barra do Ceará, por Martim Soares Moreno".

Ainda o ante-projeto não estava nas mãos do Sr. Prefeito Municipal, a fim de, por meio de Mensagem, chegar à Câmara de Vereadores, e já, em sessão de 4 de novembro (1960), se protestava no Instituto do Ceará contra o **ato do Prefeito,** com veemência de palavras, não tendo o Instituto concordado, entretanto, com o envio do acintoso protesto ao Chefe do Município.

Ao contrário, para exame do assunto foi unânimemente escolhida uma comissão: o Presidente da instituição, o Secretário Geral, e o 1.º Secretário.

Era de esperar que se aguardassem as conclusões de comissão tão eminente, baseadas em pesquisas melhores, para orientar com o seu parecer as votações no momento oportuno, mas o que se verificou foi sair no dia seguinte, nas páginas de frente d'O Nordeste, notícia algo em alvoroço, de letras grandes — **Movimento Contra o Nome de Matias Beck na Principal Avenida da Capital,** e o subtítulo — **Repercute o Caso no Instituto do Ceará.**

O caso só repercutiu no Instituto porque levado pelo autor do protesto, com direta desconsideração a co.egas seus, membros do grêmio, vontadosamente entregues ao desempenho da missão espinhosa de consertar erros e incongruências de uma nomenclatura de ruas, praças e avenidas, crismadas não poucas vezes com os nomes mais inaceitáveis.

A notícia d'O Nordeste é uma catilinária contra o **calvinista e pirata** Matias Beck, "que não pode merecer as honras de ter o nome na principal avenida de Fortaleza", cidade de sentimentos católicos.

E havia de acontecer muito pior.

O membro dissidente da comissão do Instituto, em vez de juntar-se aos coindicados para estudo da matéria e conseqüente elaboração do desejado parecer, veio para o mesmo **O Nordeste,** em longo artigo de manchete, condenar o calvinista intruso, que "nenhuma influência ou participação teve na formação do povoado que ali (no Pajeú) floresceu, sob o influxo de fatores que asseguravam, em suas origens a **lusitanidade** e **catolicidade** de nossa querida capital". (3)

O fervor com que o ilustre participante da comissão defendeu em novos artigos de jornal a repulsa ao **herege,** infelizmente lhe tira a imparcialidade de juiz, dele esperada pelos que o escolheram. E concorreu, com o seu ato, para desmantelar a comissão nomeada e deixar sem um julgador soberano e venerável, como seria o Instituto, uma polêmica que de modo algum deveria servir de pasto a arengas e predisposições de seita, ou a incursões de pessoas não bem experimentadas, mas desejosas de manifestar-se a respeito, fosse como fosse.

Daí em diante o ponto histórico se transformou em "Guerra das duas rosas", como nas eras dos Lancasters e dos Yorks:

(3) Edição de 2 de dezembro de 1960.

uns, calmos, certos da verdade da rosa vermelha do flamengo do Schoonenborch, e outros, desassossegados, em repetidas manifestações jornalísticas e conferências encomendadas, esforçando-se pela vitória da rosa branca do Guerreiro de Iracema, metido no caso em cambulhada como escudo a uma causa de pés firmados em areia frouxa.

As reportagens dos jornais multiplicaram-se, cada cabeça sentenciando conforme a sua momentânea e incauta simpatia, uns preferindo o partido vermelho, outros o partido branco, deslocando-se assim a discussão do campo da pesquisa histórica para o das exaltações e arrepios que esta literalmente exclui.

Para dar mais corpo às minhas considerações, escrevi o pequeno livro — **Matias Beck — Fundador de Fortaleza,** saído da Imprensa Oficial do Estado e constituindo o n. 5 da Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará, 1961.

Já se passaram vinte anos, e os espíritos se acalmaram. Mas as novas gerações, esgotada a obra, não podem firmar idéia certa a respeito do assunto, que tão de perto diz com a origem desta nossa Cidade dos verdes mares.

Resolvi, por isso, inteiramente fora de qualquer sentido de controvérsia, que não mais se justifica, recompô-lo, com outra estrutura, na intenção, unicamente, de deixar bem claro o fato de que a Capital cearense é genuinamente pajeuana, que nada mais é que o esplêndido e moderno desenvolvimento do forte holandês de 1649. Esta fortificação da foz do Pajeú foi, realmente, como afirma Câmara Cascudo e tudo prova, "o elemento de fixação da posterior cidade de Fortaleza".

O **Prefácio** do grande Mestre Th. Pompeu Sobrinho, só de si, diria tudo o que se contém nestas páginas que se seguem. A sabedoria, a prudência, a segurança dos conceitos são a sua inconteste característica.

PREFÁCIO

A homenagem que, por iniciativa do Dr. Raimundo Girão, atual Secretário de Urbanismo, quis a Prefeitura de Fortaleza prestar à esquecida data do início desta cidade e ao seu fundador, justiça que inexplicàvelmente tardava, concretizou-se afinal em duas providências distintas. Uma, referida ao legítimo fundador da Urbs; outra, àquela data memorável em que se marcaram os alicerces da primeira construção, isto é, do primeiro prédio, rememorando o longínquo ano de 1649. O ilustre e operoso historiógrafo buscou dados e inspiração em documentos idôneos que o autorizassem a fixar aqueles momentos históricos do dealbar da nossa formosa cidade. Admitiu, em virtude de seus percurcientes estudos, como sendo responsável por aquela construção nuclear o holandês Matias Beck e como data inicial da sua obra o dia 10 de abril (sábado) daquele ano. A divulgação destes fatos provocou, infelizmente, desde logo, discórdia e acaloradas discussões entre os estudiosos dos fastos cearenses, através da imprensa local e no seio de nosso mais velho sodalício cultural, o "Instituto do Ceará", onde se associam os mais autorizados investigadores dos primórdios deste Estado.

Achavam uns que a iniciativa municipal era oportuna e acertada; outros, que era inadequada, injusta, resultando num verdadeiro ultraje à nossa cultura e à memória dos heróis que sacudiram o jugo do invasor flamengo. O caráter destas manifestações, sobretudo nos opositores à homenagem como fora realizada, revelou-se, desde o começo, sob pesada carga emocional. Não se poderia conceber a idéia de ter-se, para fundador desta capital, tão católica e tão querida, um herege, aventureiro, pirata ou corsário estrangeiro!

O Dr. Girão, em face do inesperado incidente, sentiu toda a gravidade da sua inspiração e reviu cuidadosamente os seus conhecimentos históricos concernentes ao caso. O livro que examinamos é o resultado deste trabalho consciencioso; constitui uma demonstração de que não estava errado e lhe trouxe

paz à calma. É de supor que iguais conseqüências produza entre os que, com louvável interesse pela verdade histórica, discutem e estudam a matéria.

Realmente, à margem de qualquer sentimentalismo, o esclarecimento minucioso e pertinente dos acontecimentos relativos aos problemas em foco foram apreciados, desde as suas remotas origens até o momento. No primeiro capítulo — "O livre comércio dos mares", explica a razão lógica das invasões e conquistas holandesas na América, inclusive as do Brasil. Mostra que se não tratava de pirataria; não havia nesse negócio piratas entre batavos e portuguêses. Os agentes da Holanda não se podiam enquadrar juridicamente nessas categorias de ladrões. Segundo a etimologia grega da palavra, pirata era o ladrão do mar. Para Riquelme, piratas, segundo a lei das Nações, são os que correm os mares, por sua própria autoridade, sem delegação de nenhum país ou Estado civilizado, para cometer tôda a sorte de injúrias à mão armada, em tempo de paz ou de guerra, contra os navios de qualquer povo. No conceito de Kent, pirataria é rapina ou violência, depredação cometida em alto mar sem autoridade legítima, feita animo furandi. Estes conceitos são sensivelmente semelhantes aos de outros sábios cultores do Direito Internacional, etc. Os bucaneiros que infestavam os mares das Antilhas eram verdadeiros piratas.

Corsários, sem dúvida, foram muitos personagens ilustres dos tempos coloniais, de quase todas as Nações civilizadas, quando, em tempo de guerra, ousados marinheiros recebiam patentes ou carta de corso, que lhes davam o direito de apresar os navios mercantes da nação inimiga. Esta instituição só foi abolida em 1856 pelo Congresso de Paris. O corsário possuía uma autoridade legal; era juridicamente reconhecido e até assistido.

No 2.º Capítulo, o autor estuda os efeitos da ocupação, da decadência e do colapso do império holandês no Nordeste. Fá-lo com justiça e invoca em favor de alguns dos seus conceitos autores categorizados, inclusive o Padre Antônio Vieira, "com a descomunalidade do seu gênio e dialética".

Depois, comenta Girão no 3.º Capítulo o conhecimento que os nossos historiadores e historiógrafos tiveram ou não tiveram do forte "Schoonenborch", comenta também o modo como desapareceram todas as dúvidas sobre a sua existência e os detalhes da construção, ante a publicação, na "Revista do Instituto do Ceará" (1903) de dois documentos importantes, pelo Barão de Studart. Documentos preciosos que muita luz fizeram. Ambos são de 1649. Um é o "Diário da Expedição de Matias Beck ao Ceará" e o outro a "Planta do forte de Schoonenborch da

Bahia de Mucuriba e do Monte Itarema, situados no Siará". São extremamente informativos, absolutamente sinceros e insuspeitos; merecem completa fé histórica. Basta saber por que motivo foram feitos e analisá-los com espírito científico para obter-se a convicção dessas qualidades. A técnica da confecção do mapa fora a melhor de que se podia dispor naquele tempo. A parte topográfica do mapa consta da praia desde a ponta do Mucuripe à Barra do rio Ceará, na extensão de 5 milhas, e do caminho para a mina de prata na serra de Maranguape (Itarema).

Quanto ao forte, lá estão figurados: a sua planta, de forma pentagonal (5 pontas), e o perfil respectivo que sobremodo esclarece as dimensões da primitiva construção, inclusive do fosso circular. Este, aberto em secção trapezoidal, fora cavado com cerca de 6 pés de profundidade e base inferior também de 6 pés. As muralhas de paramentos inclinados elevavam-se sobre o solo de 6 pés, tendo a base um pouco mais de 11.

Os detalhes do trabalho, descrito diàriamente, são de molde a mostrar a meticulosidade, o cuidado na escolha do local e os escrúpulos técnicos e financeiros do construtor e seus auxiliares (ver "Diário"). As obras, começadas em 10 de abril prolongaram-se até o comêço de maio, com muita atividade; uma ou duas esquadras de 40 operários faziam os serviços com estímulos especiais. Isto dá uma idéia grosseira da importância do reduto.

O forte foi posteriormente ampliado, e nesta fase se tiveram os mesmos escrúpulos e cuidados anteriores. O "Diário" não deixou dados relativos à extensão da ampliação. Deduz-se porém de certas circunstâncias ali relatadas que o aumento da obra fora ponderável.

Esta ampliação permite supor que os holandeses esperavam permanecer definitivamente no Ceará, ou pelo menos durante largos anos. Outro indício desta hipótese está na procura de material de construção mais estável do que a madeira. Procurou-se barro para fazer tijolos e telhas nas proximidades da Barra do Ceará e nas imediações da "Grande Lagoa" distante do forte cerca de meia légua. Que lagoa teria sido esta? Do forte a meia légua ou um pouco mais existiam lagoas que se poderiam considerar grandes e em todas havia bom material para fabricar tijolos.

O "Diário" está muito longe de ser completo, em 5 anos, abrange apenas meses do primeiro. Do que se teria realizado nos anos subseqüentes (1650/54) nada se sabe, mas, certamente, algo ainda se teria feito.

Enquanto o Schoonenborch aumentava à margem esquer-

da do Pajeú, as ruínas do velho forte de S. Sebastião, à margem direita do rio Ceará, se iam reduzindo; presentemente nem mais delas restam vestígios conhecidos, conquanto certos trechos fossem de pedra seca.

Os holandeses viveram aqui, à sombra da sua fortificação, um lustro, nem sempre sossegadamente. Depois de 5 anos, quando terminou o domínio batavo no Brasil, o bastião de Marajaitiba passou, ainda eficiente, à jurisdição portuguesa.

O novo comandante mandou fazer os consertos necessários, "reparando as ruínas daquele forte"; construiu no seu interior uma ermida com a invocação de N. S. da Assunção e mudou-lhe o nome. Então, o velho baluarte de Matias Beck passou a ser o forte de N. S. da Assunção. As autoridades portuguesas pretenderam, desde cedo, fazer uma reforma mais radical. O segundo Capitão-mor do Ceará, sucessor de Barreto, Domingos de Sá Barbosa, mandou em 1656, ao Governador do Estado do Maranhão, Vidal de Negreiros, informações sôbre as deficiências do forte, descreveu a sua estrutura precária e sugeriu que devia ser feito de pedra e cal ou tijolo, "por ser mais fácil e seguro".

A localidade que logo começou a se formar em torno tomou naturalmente o apelido popular de o "Forte"; mais tarde, com o crescente prestígio do foco demográfico, transformado em "Fortaleza", esta Fortaleza que tanto se estima e decanta.

O forte de Matias Beck pois, jamais desapareceu; transformou-se, com alguns reparos, na Fortaleza de N. S. da Assunção que, ainda hoje, reformada e aumentada, vemos no mesmo local onde aquele foi edificado, em 1649. Evidentemente, não se concebe como uma povoação nascendo e crescendo à sombra de um forte, o antigo forte de Beck, tirasse o seu topônimo de outro, distante, que já então não existia. O reduto de Soares Moreno pudera ter sido alguma vez designado por Fortaleza do Ceará, isto teria sido naturalmente possível.

Devemos, porém, ter cuidado para evitar confusões.

* * *

Mas, quem foi este Matias Beck que alguns conspícuos escritores cearenses não se cansam de malsinar impiedosamente, sem caridade? — Um celerado, facínora, cruel assassino, pirata? — Absolutamente não. Ao contrário, como demonstra à saciedade Girão, foi um calvinista holandês, profundamente religioso e humano, caridoso, prudente, honesto e compreensivo.

Parece não haver muita dúvida quanto à crença religiosa de Beck; entretanto, é digno de nota uma curiosa circunstân-

cia referida no "Diário": — Em 28 de julho (1649) Beck, respondendo a uma carta do Ministro Kempins, permitiu-lhe que fosse residir temporàriamente no Siará até que na nova aldeia fosse construída a igreja e levantando um cruzeiro em frente à mesma, tal como fazem os católicos.

Depreende-se daí que perto do rio Ceará havia uma aldeia velha e outra aldeia nova que então ia ter uma igreja com cruzeiro, mesmo sob o domínio holandês.

Chega-se, entretanto, a atribuir a Beck epítetos estravagantes: "um homem de ferro, de matar ou morrer, de incendiar e depredar, de destruir e desaparecer", o máximo de qualidades negativas. Felizmente, opostas às positivas que exornavam a sua personalidade.

Basta, como modelo deste aspecto humano, o trecho do seu "Diário", quando aconselha o chefe potiguara Amaniju-pitanga, o Algodão vermelho, a não cometer a solerte traição que projetara para destruir, sob a capa de amizade, os tapúias Guanaceaçu, seus mortais inimigos. Diz-lhe Beck que "ele e seus subordinados eram cristãos" e como tal, sob a capa de amizade, não se permitia ofender ou matar ninguém...

Infelizmente, nem todos os cristãos agiram aqui com esta santa lealdade, que o calvinista preconizava e se guardava, sob sua administração, de permitir o contrário. O Algodão Vermelho desistiu do perverso intento.

O episódio lembra como o católico português (aliás paulista) Morais Navarro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, alguns anos depois, (1690) usou essa mesma infame tática do Algodão Vermelho para destruir a numerosa tribo dos Jenipapoaçu, da Nação Paiacu. Na festa que promoveu para atrair e reunir as suas imbeles vítimas, os índios Paicu com quem estava em paz, sendo muitos deles batizados, "o dito mestre de campo debaixo de paz e amizade os mandou chamar, recebendo-os com festas... depois de os ter juntos mandou tocar armas e os degolou, matando mais de quatrocentos e cativando quase outros tantos" (Pastoral Declaratória do Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima).

A conduta humana depende muito mais da personalidade do que do credo religioso que o indivíduo professa.

Neste livro, Raimundo Girão estuda cuidadosamente a questão de conceder-se a Martim Soares Moreno, desbravador, e principalmente defensor da infante Capitania do Ceará, também as honras de fundador da nossa Capital, a antiga vila do forte que lhe embalou o berço.

Realmente, perquirindo minuciosa e detidamente todos os documentos conhecidos referentes à matéria nada encontramos

que nos levasse a admitir Moreno como o fundador de Fortaleza. Da primeira construção, do edifício pioneiro, ele nunca teve (nem podia ter) conhecimento pela simples razão de que, quando este veio à luz do nosso sol tropical, já de muito estava ausente do Brasil, recolhido definitivamente à sua amada pátria.

Em 1648, Moreno obteve licença para voltar ao Reino, sendo substituído no posto militar, que exercia em Pernambuco, por Nicolau Arana (22 de abril).

Pero Coelho fundou a efêmera Nova Lisboa na Barra do Ceará; Soares Moreno tentou restaurá-la e deu-lhe alguma vida, mas pouco desenvolvimento. A povoação não conseguiu resistir aos vários impactos que sofreu; e mais logo se extinguiu. Muito pouco, em relação aos seus ingentes esforços, conseguiu Moreno.

Quando Beck em 1649 chegou a Marajaitiba, a aldeia da Barra do Ceará era apenas tapera de índios; inteiramente abandonada pelos portugueses.

Moreno chegou ao Ceará, em 20 de janeiro de 1612, para consolidar a paz com índios e fundar uma povoação. Mas logo teve de ausentar-se para o seu aventuroso reconhecimento no Maranhão. Voltou em 1621 como Capitão-mor da nova Capitania, encargo que lhe deram para exercer apenas durante 10 anos (1621/1631), com parcos vencimentos e a concessão de uma sesmaria de 2 léguas em quadro, que logo caducou. A situação do povoado em 1628, com soldados nus a morrerem de fome, era de miséria (Carta de M. Soares do Rei, 17/10/1628). As ordens reais para remediar o mal só foram dadas um ano depois (1629) e naturalmente custariam a concretizar-se. Antes disto, em 1631, Moreno viu-se substituído por Domingos da Veiga Cabral, que devia servir por 6 anos e lutar com as mesmas ou maiores dificuldades.

Martim deixara o Ceará para sempre, fora servir em Pernambuco na luta contra os holandeses. A decadência do lugar e do seu forte, com a sua ausência, tornou-se mais acentuada. Em 1637, quando se rendera a guarnição do Ceará aos holandeses, pouca cousa ali restava: 33 soldados e 6 pecas de ferro. Soldados e outras pessoas brancas foram então recolhidas ao R.G. do Norte. Fez Soares Moreno a paz com os índios mas não conseguiu construir uma povoação duradoura. O pouco que fizera, cedo caiu no abandono.

Um documento de 1645 diz que o Ceará (barra do Ceará) é "hua Praça dezerta abbitada ssó de gentios". No ano seguinte, o Capitão-mor para ela nomeado em vez de ir tomar posse do seu cargo "embarcou-se para o Rio de Janeiro". Em 1648, pretendeu-se mandar guarnecer o Ceará, mas a caravela que

fora a este fim perdeu-se. Enfim, dela restavam apenas melancólicas lembranças e alguns vestígios materiais mal conservados pelos índios remanecentes.

Assim, a frustrada urbs de Coelho e Martim e de flamengos tornou-se na "Aldeia Velha", donde tinha desertado o homem branco. Isto é o que efetivamente ainda se depreende do "Diário" e do seu mapa. Neste, figuram na Barra do Ceará apenas o retangulo onde fora o antigo forte de S. Sebastião, que de fato tivera a forma retangular com 2 torreões nos ângulos em diagonal; as casas do velho Caraia (o Guariba) e Aragiba (o Asa de Arara); naturalmente também ali deviam estar algumas choupanas dos índios sujeitos a estes chefes; talvez ainda algum mameluco. O forte, não obstante os reparos dos flamengos, estava em ruínas. Só telhas e tijolos restavam.

Nestas condições, como acentua Girão, Soares Moreno não poderia ter sido o fundador de Fortaleza, que começou mais tarde a sua vida em lugar distinto, dali distante em torno do Schoonenborch, terreno até então desabitado.

Alega-se que não importa que este forte estivesse a uma légua das ruínas do de S. Sebastião, pois, aqui, o morro de Marajaitiba achava-se encravado nas terras da sesmaria de Moreno; era do seu domínio pessoal. A concessão, porém, não vingou, caiu em comissão. E assim aconteceu realmente, porque, alguns anos depois, a gleba foi dada a outros concessionários, a Manuel de Arruda Câmara e ao alferes Antônio Rodrigues. Observou-se também que, entre o estabelecimento português da Barra do Ceará e a nucleação demográfica em torno do forte holandês não houve descontinuidade no tempo nem no espaço. Aquela é evidente e ficou bem demonstrada. Esta descontinuidade só presentemente tende se operar com a expansão da Capital no sentido ocidental. Durante 300 anos, ou três centúrias, a "vila velha" vegetou apartada completamente da "Vila do Forte", da Fortaleza de N. S. da Assunção. Entre uma e outra estava um pequeno deserto; terreno desabitado, inculto. Ainda em 1925, a viagem desta Capital a Barra do Ceará, que não passava de um pequeno grupo desordenado de casinholas e choupanas, era penosa e difícil. Não havia o caminho atual em prolongamento da Avenida Francisco Sá. Depois da construção do pontilhão sôbre o Riacho de Jacarecanga (o antigo Timbó) foi que se abriu esta via de comunicação direta, visando estabelecer a conexão da cidade com as oficinas do Urubu (R.V.C.). Ia-se anteriormente à Barra pela praia, calcando a areia do Arpoador ou, menos freqüentemente, pela estrada de Caucaia (Soure) e mais raramente ainda pelo caminho do Açude do João Lopes, cortando o sítio Urubu e outros.

* * *

Com mais direitos do que Soares Moreno, observa Girão, caberia a glória de fundador de Fortaleza a Álvaro de Azevedo Barreto, que, no comando do Forte, em virtude da defecção holandesa, assistira aos primórdios da nucleação, iniciada não com gente branca vinda da Barra, mas com a que trouxera consigo, com alguns índios das aldeias vizinhas, inclusive da Barra, que se foram aos poucos mudando para perto do baluarte.

* * *

Quem, pergunta-se, construiu aquele primeiro prédio, o cristal estimulador da nucleação? Não há que fugir à evidência, procurar outro caminho para a questão, que o de chegar à pessoa do calvinista batavo. Esta conclusão, puramente histórica, não seria agradável a algumas pessoas honestas e altamente estimáveis que se abroquelavam sob um manto de diversa fé religiosa. A emoção conseqüente da insólita homenagem, noutras serenamente projetada e realizada, as fez desapercebidas de que os fatos históricos, por mais humildes que sejam, devem ser precisos, justos, intangíveis, escoimados de confusões, impossíveis de desvirtuação ou sofismas. Infelizmente, porém, nem sempre isto acontece; várias razões mais ou menos psicològicamente conhecidas ou estudadas concorrem para deturpar a observação e sobretudo a interpretação dos fatos históricos. Na observação, o bias, quase sempre insuspeito; na interpretação, as disposições afetivas fortemente tonalizadas, ressentimentos para com o grupo nacional ou racial que agrediu ou prejudicou de alguma forma ao grupo com o qual o inteterpretador se sente solidário. Nestas condições, as interpretações serão deformadas (Halina Radecka).

A história pretende ser ciência objetiva; luta para isto e vai penosamente conseguindo o seu intento. Mas, como observa um sábio filósofo e psicólogo inglês eminente, "toda ciência com implicações no terreno da moral, política e religião encontra grandes obstáculos". Sabendo-se disto, não há razões para ressentimentos nas divergências de origem e interpretação dos fatos históricos. Quando estas aparecem, o que de melhor se tem a fazer é aprofundar as investigações, perquirir minúcias, analisar à luz da ciência documentos para esclarecê-los. Parece-me que foi isto exatamente o que fez o Dr. Raimundo Girão. Resta a nós outros fazermos o mesmo e tirar as conclusões devidas.

Fortaleza, 6/6/61.

TH. POMPEU SOBRINHO

"ANTES DE TENTAR descobrir as características da indução histórica pelo seu lado positivo, é necessário mostrar como, até bem pouco, os historiadores, de regra, procuravam uma resposta às questões que a história levantava. Se, formulada determinada pergunta, encontravam a resposta dada por outras pessoas e a aceitavam, estas seriam tidas como **autoridades** e a sua declaração, denominada de testemunho, era transcrita, e incorporada à narração. Muitas vezes, havia uma ou mais respostas que eram englobadas na exposição, embora houvesse entre elas contradições; o que se pedia, em tal caso, era procurar conciliar tais respostas ou decidir por uma delas". "Passou-se a compreender que era impossível aceitar a verdade histórica até que a credibilidade do autor em geral e de sua determinação em particular fosse sistemàticamente investigada. O documento que antigamente era chamado **autoridade** adquiriu uma nova expressão e passou a chamar-se **fonte,** uma palavra que indica apenas que ela contém uma informação, sem que isso implique na determinação do seu valor. O documento está **sub judice** vai ser examinado e criticado. É o historiador quem vai julgar de sua veracidade ou não" (José Honório Rodrigues, **Teoria da História do Brasil,** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed. 1957 p. 123).

* * *

"NÃO ESTAVA, PORÉM, terminado o domínio holandês no Ceará; pela segunda vez, em 1649, eles se assenhorearam da capitania, para o que sairam do Recife no dia 18 de março, três iates e 2 barcos trazendo a seu bordo 298 pessoas. É desse tempo a fundação do forte Schoonenborch sobre o monte Marajaitiba por Matias Beck, o chefe da expedição, conhecido por suas explorações de mineração, em que se empenhou ilusória e improficuamente até a rendição da Praça do Recife e a queda do domínio holandês no Brasil". "O conhecimento desse belo trabalho gráfico se deve às estudiosas pesquisas do Dr. José Higi-

no, um benemérito da História Brasileira, que o retirou, como também um grande acervo de preciosos documentos, do pó dos arquivos por ocasião de sua proveitosa viagem à Europa. O forte de Schoonenborch, do nome do Governador Holandês residente em Pernambuco, que Cândido Mendes supôs nunca ter passado de projeto, foi erguido (letra A) sobre o local Marajaik, huma das lombadas em que se dividia o terreno, sítio ora ocupado pela fortaleza de Nossa Senhora da Assunção" (Barão de Studart, **Geografia do Ceará,** Fortaleza, Tip. Minerva). Sobre Matias Beck, referira-se: "A figura mais saliente da 2.ª invasão do Ceará pelos holandeses (1649). Deve-se-lhe a construção do forte de Schoonenborch situado no monte Marajaitiba, no local mais ou menos do quartel e fortaleza de N. Senhora da Assunção.

Feita a capitulação de 27 de janeiro de 1654 retirou-se com sua gente para a ilha de Barbados" (idem, p. 111).

* * *

"AMIGO RAIMUNDO GIRÃO. Água gelada e sombra fresca. Lido o **Matias Beck.**
Sou suspeito na participação do julgamento por divulgação antecipada da opinião atinente ao fato em debate. **Geografia do Brasil Holandês,** Rio de Janeiro, 1956, transcrita à pág. 86 do seu vigoroso e claro ensaio.
Para mim o forte Schoonenborch é a velocidade inicial de Fortaleza. O fortim de Pero Coelho de Sousa (1603), a aldeia de S. Lourenço do padre Luís Figueira em 1608, o forte de S. Sebastião de Martim Soares Moreno em 1612, **encerram o ciclo histórico em 1644, topográfica e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duna Marajaitiba, com o Schoonenborch em 1649.** Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável a uma unidade histórica. Não houve transferência como na Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo. São fundações diferentes no tempo, com enredo independente. A primeira desaparece cinco anos antes de nascer o segundo centro demográfico. No mais, a catolicíssima Recife foi fundada pelo luteraníssimo João Maurício de Nassau. Nada mais digo e nem me foi perguntado. Um abraço do seu — Luís da Câmara Cascudo (Carta publicada em **Unitário,** de Fortaleza, ed. de 2 de dezembro de 1962).

* * *

"A FALTA DE PAGAMENTOS dos salários ajustados e os maus tratos recebidos dos conquistadores, levaram os gentios à revolta, que ocorreu em 1644. Aproveitando provavelmente uma ocasião favorável tomaram os amotinados o fortim, chacinando a tropa ali aquartelada, incluso Gedion Morris, que, quatro anos antes substituíra o tenente Van Ham na direção suprema do Ceará.

Depois do saque, o fortim ficou desmantelado e em completo estado de abandono. **Terminara sua existência histórica**" (Carlos Studart Filho, **Páginas de História e Pré-História,** Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966, p. 182).

* * *

O mais que se segue é desenvolvimento disso, quase desnecessário, e serve para melhor evidenciar que, no tocante aos fatos que fazem a história do Ceará na primeira metade do seu século inicial, tudo há-de ser apreciado **antes** e **depois** da divulgação do **Diário de Matias Beck,** feita pelo historiador Dr. José Higino e traduzido para o português pelo Dr. Alfredo de Carvalho. Esclarece este que "usamos dos maiores cuidados na tradução, a fim de evitar interpretações, a que facilmente conduziria ao desalinhavado do estilo, e procuramos manter sempre a mais rigorosa equivalência entre vocábulos desta e os do original; transcrevendo os nomes indígenas conservamos a ortografia do Autor, mesmo quando nos parecem pouco aceitável, de preferência a corrigi-la, pois, bem sabemos de quanto auxílio é, nas investigações etimológicas, o conhecimento das diversas e sucessivas formas por que, no decorrer do tempo, tem se escrito estas palavras". (**Revista do Instituto do Ceará,** v. 17, 1903, p. III). Documento autêntico, jamais contestado.

FALA QUEM TEM AUTORIDADE PARA FALAR

MATIAS BECK E A CAPITAL DO CEARÁ

Um holandês cria o berço duma cidade no Brasil — A Vila do Forte e a Vila do Aquirás

GUSTAVO BARROSO

Referindo-se à fundação da cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, capital da Capitania do mesmo nome e, depois, da Província e do Estado do Ceará, o ilustre e arguto historiador cearense Raimundo Girão defende a seguinte tese: "Manda a verdade histórica fixar no segundo período da dominação dos holandeses na terra cearense a data da fundação de Fortaleza. Embora, de estrita justiça, se deva considerar o moço luso Martim Soares Moreno como o Colonizador do Ceará, pois que foi ele quem definitivamente plantou nas praias dos verdes mares os primitivos sinais da civilização européia, não menos imperioso é dar a Matias Beck o título de fundador de nossa cidade. Foi, com efeito, ao traço do seu engenheiro Ricardo Caar, que, em 10 de abril de 1649, começaram os soldados beckeanos a trabalhar no levantamento do baluarte defensivo chamado Forte Schoonenborch, sito no morro Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio de água doce, o Marajaik, hoje Pajeú, quase inteiramente desaparecido. Para a construção dessa fortaleza, aproveitaram os flamengos as telhas e peças de artilharia do velho fortim S. Sebastião deixado por Martim Soares Moreno na barra do rio Ceará, do qual nem vestígios mais existem, porque soterrados pelas dunas".

Martim Soares Moreno fora um dos cabos dos sessenta soldados que, em 1603, Pero Coelho de Sousa trouxera da Paraíba para a primeira exploração do Ceará, sua conquista e expulsão dos franceses da serra da Ibiapaba. Retirara-se para Pernambuco antes do malogro definitivo dessa decisão, que se deu em 1605, e, sendo amigo da indiada, regressara, depois, para estabelecer no local o domínio português, assistindo na diminuta povoação denominada Vila Velha, no fortim de Nossa Senhora do Amparo, antes dito de S. Tiago. Martim Soares deu-lhe em 1611 o nome de São Sebastião. Amigo do poderoso morubixaba tupi Jacaúna, Martim Soares é aquêle Guerreiro Branco poetizado por José de Alencar na lenda da Iracema.

Os holandeses tomaram esse forte de São Sebastião, de madeira e atorreado aos cantos, quando conquistaram o Ceará, em 1637. Pelo "Diário da Expedição de Matias Beck em 1649", se vê que o chefe flamengo mudou a posição daquele fortim para um outeiro à margem da foz do Marajaik, atual Pajeú. Êsse outeiro, denominado Marajaitiba se elevava bastante sobre o mar em face dum maceió, onde podiam ancorar pequenas embarcações. Daí o nome de Beco do Maceió que teve até o início deste século a parte antiga Rua do Chafariz, agora José Avelino, onde em nossos dias se encontra situada a usina elétrica da cidade. Sobre essa colina foi edificada a parte central e mais antiga da mesma, compreendida entre as ruas do Quartel e Amélia, hoje Senador Pompeu, Misericórdia, crismada em Dr. João Moreira, e a Praça do Ferreira. Na crista dessa elevação de terreno correm os edifícios principais da antiga capital: a Fortaleza, o Quartel Federal, o Passeio Público, a Santa Casa, a Cadeia, a Estação da Estrada de Ferro.

Manda a razão e a lógica que eu apoie a tese de Raimundo Girão, de que foi o Capitão holandês Matias Beck o verdadeiro fundador da minha cidade natal. Os corsários franceses perseguiram muito o estabelecimento luso nascente na costa do Ceará Grande. A enseada do Mucuripe fornecia ancoradouro aos seus navios, facilitando-lhes os ataques a fraqueza numérica da guarnição do fortim e sua precária artilharia, tanta que fingiam canhões com troncos de carnaúba. A mudança do fortim da foz do Ceará para a do Pajeú por Matias Beck possivelmente obedeceu a razões estratégicas: menos expostos aos inimigos vindos do mar por ser a embocadura do regato de mais difícil acesso do que a barra do rio Ceará e mais fiscalização pela proximidade do ancoradouro do Mucuripe. O certo é que, depois da expulsão dos holandeses, os lusos conservaram o fortim no local onde Beck o assentara, tratando de reparar trincheiras em 1662. Dois anos mais tarde, sua guarnição foi reforçada com 20 soldados brancos e 20 pretos. Em 1689, construiu-se o novo quartel. Finalmente, em 1698, se reedificou a fortaleza já denominada de Nossa Senhora da Assunção.

Cartas Régias da última década do século XVII pintam o atraso da pequena povoação que ia aos poucos crescendo em volta do forte: nela não havia mais do que gentios domésticos, isto é, índios pacificados, soldados da guarnição e uns duzentos moradores, os quais não tinham ministro nem oficiais que lhes decidissem as dúvidas e sentenciassem as causas, que tudo entre êles era confuso; não havia matriz e o capelão da fortaleza fazia ofício de vigário.

Enquanto essa pequena e triste Vila do Forte vegetava

deste modo, o povoado do Aquirás ou Aqueirás, à margem do rio Pacoti, algumas léguas para o sul, onde os Jesuitas tinham levantado uma casa e uma igreja, crescia e progredia de modo a receber no ano de 1711 o predicamento de Vila, as honras de município com sua câmara e seu pelourinho simbólico. Mas os índios de súbito a atacaram, chachinaram a população espavorida e perseguiram os fugitivos que vieram acolher-se aos muros da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Não fôra esse assalto do gentio e talvez a capital do Ceará ficasse sendo Aquirás. Mas as melhores condições de defesa determinadas pela fortificação erguida no outeiro Marajaitiba lavaram o Conselho Ultramarino a dar parecer favorável à elevação à vila do povoado existente em tôrno desse forte. Daí a Carta Régia de 1725, mandando criar a vila junto a Fortaleza, conservar a do Aqueirás (sic) e ambas se auxiliaram na defesa contra qualquer ataque. E a 13 de abril de 1726 se inaugurou oficialmente a Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, para aumento e defesa da Capitania.

A fortaleza que lhe deu o nome e que ainda hoje se eleva no meio de edificações mais modernas, olhando o mar, acha-se inconclusa. Obedecendo ao sistema denominado Vauban, devia constar de quatro baluartes ligados por cortinas e precedidos de uma falsabraga. Existem somente dois baluartes, as respectivas cortinas e falsabraga. Essa obra foi planejada e começada pelo Tenente-Coronel José da Silva Paulet por ordem do Governador Manuel Inácio de Sampaio, em 1812, sendo inaugurada sòmente em 1817 pelo Engenheiro Militar Pedro José da Costa Barros. Foi toda ela erguida sobre os alicerces das baterias de pedra e cal, feitas no sítio do antigo fortim dos holandeses, em 1801, pelo Governador Bernardo de Vasconcelos.

No ano de 1811, o inglês Henry Koster encontrou em Fortaleza quatro ruas e mil e duzentos habitantes. Em 1823, o Governo Imperial tornava-a cidade. O primeiro sobrado nela seria levantado por Conrado Jacob Niemeyer, engenheiro militar, em 1824, à esquina da Rua Major Facundo com a Rua Guilherme Rocha, na Praça do Ferreira, onde está o Hotel Excelsior. O primeiro teatro, o Concórdia, nasceu em 1832. O primeiro bispo chegou em 1832.

Fortaleza é a oitava cidade do Brasil e uma de suas mais belas capitais. Bem avisado andou, pois, Matias Beck em plantar na colina Marajaitiba o Forte Schoonenborch que foi o seu berço. E sua heráldica perputua esse fato: uma fortaleza batida pelo mar com o dístico **Fortitudine.**

(Transcrito d'"O Cruzeiro", de 24 de março de 1951).

TEMPESTADE EM COPO DÁGUA

CRUZ FILHO

Parece ajustar-se bem esta expressão à singular controvérsia suscitada agora à volta de quem haja sido o fundador da antiga povoação cearense que veio a ser mais tarde a cidade de Fortaleza.

Em matéria de caráter histórico não é admissível a intromissão da fantasia ou do devaneio, como ocorre no caso de composição de romances daquele antigo genero. Lida o historiador com o dado real, com a documentação positiva; o romancista, ao contrário, serve-se não raro das asas da imaginação, joga com as suas preferências pessoais, a fim de afeiçoar os fatos aos intuitos do enrêdo de sua obra.

Sobre o caso vertente, isto é, sobre quem tenha sido que lançou, com intenção prévia ou sem ela, a "semente" do que veio a ser a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, vamos traçar aqui sintético comentário histórico, de feição geral, firmado quase sempre em dados esparsos em vários capítulos do nosso compêndio intitulado "História do Ceará", editado em 1931, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Da exposição que passamos a fazer poderá o leitor que desconheça o assunto formular juízo seguro a respeito do caso discutido, uma vez que a documentação de que nos servimos, na composição do referido compêndio, traz em si a chancela dos nossos mais autorizados historiadores, inclusive a do preclaro Barão de Studart, indefesso revisor dos documentos sôbre que se arquitetou a história do Ceará.

Assim exposta a pequenina questão, será o próprio leitor deste comento que lavrará mentalmente a sentença de morte à controvérsia posta em evidência pela reportagem do ilustre jornalista Pantaleão Damasceno, publicada em "Unitário" de 25 de setembro último.

Exporemos cronològicamente os fatos ocorridos, no que entende com o descobrimento do Ceará, sua posse pelos Portugueses, primeiras tentativas de colonização do território da

capitania, sua ocupação pelos Holandeses e, sobretudo, com o assentamento da "primeira pedra' dos alicerces históricos da nossa sempre bela e poética cidade de Fortaleza:

I) Pero Coelho de Sousa, nobre açoriano residente em Paraíba, tendo obtido a patente de capitão-mor da capitania do Ceará, fundou, em 1603, na barra do rio do mesmo nome, a povoação que denominou **Nova Lisboa** e deu à região de que se apossou o nome de **Nova Lusitânia**. Levantou ali um fortim denominado **São Tiago**.

Essa fortificação foi abandonada depois, tendo ido o capitão-mor estabelecer-se na foz do rio Jaguaribe (Aracati), onde levantou o forte **São Lourenço.**

Mais tarde, acossado pela seca de 1605-1606, deixou o Ceará e volveu à capitania da Paraíba, de onde viajou para Lisboa (Portugal), onde veio a falecer.

II) Seguiu-se, em 1607, à aventura de Pero Coelho a tentativa de catequese das hordas selvagens cearenses empreendida pelos jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira.

Com o trucidamento do primeiro desses missionários, pelos índios Tocarijus, malogrou-se a missão dos dois religiosos.

III) — Nomeado capitão-mor da capitania do Ceará, aqui chegou, em 20 de janeiro de 1612, Martim Soares Moreno, que logo construiu uma fortificação na barra do rio Ceará, à qual deu o nome de **São Sebastião,** bem assim uma ermida, sob a invocação de **Nossa Senhora do Amparo.**

Em 1613, passou Martim Soares Moreno o comando do forte **São Sebastião** a Estêvão de Campos e seguiu, na expedição comandada por Jerônimo de Albuquerque, para o Maranhão, a fim de dar combate aos Franceses que ali haviam desembarcado.

Jerônimo de Albuquerque, na sua passagem pela costa cearense, levantou um fortim em Jericoacoara, ao qual deu o nome de **Nossa Senhora do Rosário.**

Ventos contrários e correntes marítimas levaram o barco em que viajava Soares Moreno à ilha da Trindade (Antilhas), de onde foi ter a São Domingos (Haiti).

Desesperançado do regresso de Martim Soares, entregou Jerônimo de Albuquerque o comando do forte de Jericoacoara ao seu sobrinho de igual nome, o qual teve logo depois de repelir um assalto do francês Du Prat, que, à frente de 200 homens, tentou apoderar-se da fortificação, repetindo, assim, a tentativa que já havia feito contra o presídio da barra do Ceará, onde havia sido igualmente repelido pela guarnição.

Nomeado novamente capitão-mor do Ceará, voltou Soares Moreno, em 1621, à barra do rio do mesmo nome, e aí iniciou a

criação de gado vacum e cavalar, a cultura da cana de açúcar e de outros gêneros agrícolas.

Acompanharam-no ao Ceará vários parentes e famílias conhecidas, que assim melhoraram o núcleo primitivo do povoamento da capitania cearense.

Encontrou Moreno a Colônia, então habitada por vinte pessoas; a fora os índios domesticados, em grande decadência e tratou de reestabelecer a harmonia entre as tribos selvagens, então empenhadas em lutas entre si.

Em virtude de haver sido invadida a capitania de Pernambuco pelos Holandeses, para ali seguiu Martim Soares com indios do Ceará e parte da guarnição do forte de **São Sebastião,** o qual ficou sob o comando de seu sobrinho Domingos da Veiga Cabral.

Martim Soares Moreno, em 1648, regressou definitivamente a Portugal, **um ano antes da chegada de Matias Beck ao Ceará.**

IV) — Com a retirada de Moreno — dissemos nós, no citado compêndio da "História do Ceará", págs. 68 — a colônia do Ceará começou a sofrer séria desorganização. Domingos da Veiga Cabral, seu sucessor no comando do forte, por incapacidade política, indispõe-se com a pequena população lusitana e os indígenas aldeados na colônia, resultando disso tal desarmonia que por pouco não redundou na dissolução do núcleo colonial.

Tal estado de coisas perdurou até 1637, quando assumiu a governança de Pernambuco o príncipe holandês João Maurício, conde de Nassau-Siegen, que recebeu uma embaixada do índio Amanaí (Algodão), o qual se oferecia para auxiliar com a sua tribo a invasão do Ceará pelos Holandeses.

V) — Aceito o convite depois de alguma delonga, foi enviada do Recife uma expedição de cento e vinte e seis homens, sob as ordens de Joris Gartsman e de Hendrick van Huss, que trouxeram em sua companhia os índios que do Ceará tinham ido a Pernambuco obter a vinda da expedição. Esta chegou, em 25 de outubro de 1637, à enseada do Mucuripe, marchando, no dia seguinte, para o forte do rio Ceará, acompanhada dos índios de Amanaí e Coigava, que, à noite, tinham ido conferenciar com os invasores sobre o assalto ao forte de **São Sebastião.**

Os expedicionários apoderaram-se de algumas casas, situadas numa colina, de onde puderam reconhecer a posição do forte português, que era então comandado por Bartolomeu de Brito. Assaltada pelos Holandeses e pelos selvagens, rendeu-se a pequena guarnição composta de trinta e três homens, depois de alguma resistência.

O forte foi guarnecido por quarenta e cinco Holandeses, sob o comando de Hendrick van Huss, seguindo Gartsman por terra com os seus soldados para o Rio Grande do Norte, conduzindo os prisioneiros, ao passo que Huss embarcava com destino a Pernambuco.

Em 1641, foi van Huss substituído no comando do forte de **São Sebastião** por Gedion Morris Jonge, quando já o Brasil, em consequência da revolução libertadora de Portugal, ocorrida em 1640, havia voltado ao domínio português, não se justificando mais a ocupação do território brasileiro pelas fôrças holandesas.

VI) — A colônia do Ceará, nessa época, reduzia-se a pequena povoação de casebres e pequenos quintais, ao pé de uma ermida à margem direita do rio do mesmo nome.

Os invasores iniciaram logo descobrimentos de salinas em diversos pontos da costa, em cuja exploração empregaram os selvagens.

VII) — Tomou o comando do forte de Jericoacoara Jacó Evers, com reduzida guarnição, tendo de seguir depois para o Maranhão, com avultado número de índios, no intuito de reprimir a revolução que lá rebentara contra o domínio holandês. Evers morreu no combate de **Outeiro**, em 1643, tendo a sua fôrça, que fora levada de Camocim, ficado grandemente dizimada.

VIII) — A êsse revés seguiu-se uma revolta dos selvagens cearenses contra os invasores, por não lhes pagarem êstes os salários da exploração das salinas. Aproveitando-se de ocasião propícia, assaltaram êles o forte do rio Ceará, trucidando o comandante Gedion Morris Jonge e quantos lhes caíram às mãos, em janeiro de 1644. No mesmo mês e ano indo do Maranhão para Pernambuco, aportaram à enseada do Ceará dois hiates holandeses. Na insciência da insurreição dos indígenas, desembarcaram o capitão Lubert Dircks e doze companheiros, que foram assaltados pelos selvagens, conseguindo salvar-se apenas três que se atiraram ao mar. Os indígenas, sob pretexto de venda de pássaros a bordo de um dos hiates, tentaram um assalto à tripulação, matando quatro pessoas, sendo, porém, repelidos.

Sendo os Holandeses batidos no Maranhão por Antônio Teixeira de Melo, penetraram no território cearense, abandonando, nas margens do Camocim, os indígenas que os acompanharam. Êstes, comandados pelo chefe Ticuna, atacaram os fortes de Camocim e Jericoacoara. mantando-lhes as guarnições. Logo depois levaram êsses feitos ao conhecimento de Teixeira de Melo, que mandou guarnecer as duas posições.

IX — A despeito de todos esses desastres, nova expedição enviaram os Holandeses ao Ceará, em 1649, sob o comando de Matias Beck, que se apoderou da capitania, construindo o forte **Schoonenborch,** na colina Marajaitiba, à margem do rio Pajeú. A fortifiiação de Beck fci levantada no mesmo local onde atualmente existe a fortaleza de **Nossa Senhora da Assunção,** em Fortaleza.

Matias Beck, na ilusão de encontrar as minas de prata que a tradição dizia terem sido descobertas por Soares Moreno, empreendeu várias explorações no monte Itarema, nas vizinhanças da serra de Maranguape.

X — Com a capitulação dos Holandeses no Recife, em 1654, deixou Matias Beck o Ceará, seguindo para a ilha de Barbados. No mesmo ano assumiu o governo da capitania cearense Álvaro de Azevedo Barreto, capitão-mor nomeado pelo Governador de Pernambuco, de que o Ceará ficou fazendo parte.

XI — Referindo-se, no seu hoje célebre "Diário", ao sítio em que foi construída a nova fortificação holandesa, isto é, ao outeiro Marajaitiba, "ao sopé do qual corre um belo rio d'água doce" (Pajeú), diz o próprio Matias Beck: "Não tendo deparado com sítio algum mais próprio e melhor, resolvi mandar construir aqui, com toda brevidade possível, a nossa fortificação".

Foram empregadas na construção telhas vindas do antigo forte da barra do Ceará, cujas peças de artilharia vieram a ser colocadas na nova fortaleza.

O forte holandês, no decurso do tempo, transformou-se na fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, anexa hoje ao Quartel General, situado a éste do Passeio Público de Fortaleza, no interior do qual erigiu o capitão-mór Álvaro Azevedo Barreto a ermida do mesmo nome da fortificação.

Nenhuma interferência teve Martim Soares Moreno em tal construção, sobretudo porque no ano anterior (1648) se havia retirado definitivamente para Portugal. O forte por ele construido fora situado na foz do rio Ceará, distante 9 quilômetros da fortificação de Matias Beck.

A Martim Soares Moreno devemos nós a fundação da colônia do Ceará, feito que aureolará sempre o nome do grande conquistador de terras e de homens; a Matias Beck devemos o lançamento da primeira pedra do alicerce da futura capital cearense.

Admitamos, para argumentar, a hipótese de que Soares Moreno, em vez de o fazer na barra do rio Ceará, houvesse construído a sua fortificação na foz do rio Jaguaribe (Aracati), em Jericoacoara ou em Camocim... Poderíamos nós atribuir-lhe a fundação da cidade de Fortaleza?

Não, certamente! Em idêntica impossibilidade se encontra a hipótese (?), ora divulgada, com relação à primitiva povoação da barra do rio Ceará.

XII — Após atenta leitura do que ficou exposto, constante do nosso mencionado compêndio intitulado "História do Ceará" (1931), terá compreendido o leitor que anda a pairar certa fantasia à volta do fato da fundação da cidade de Fortaleza, a cuja raiz está inviolàvelmente vinculado o nome do comandante Matias Beck, que mui justamente merece a homenagem que o espírito lúcido de Cordeiro Neto lhe prestará brevemente, dando-o a uma das avenidas de Fortaleza.

Não menos digno de idêntica homenagem é o nome do bravo navegador castelhano Vicente Yanes Pinzón — o primeiro europeu que pisou em terras cearenses, no já remoto dia 2 de fevereiro de 1500, tendo assinalado o seu feito com a ereção de uma cruz de madeira na atual ponta do Mucuripe. Naquela data a frota de Pedro Álvares Cabral ainda não deixara as águas do Tejo, o que só fêz em 9 de abril do mesmo ano.

Poucos dias depois, o navegador castelhano Diego de Leppe, velejando também pela costa atlântica da América do Sul, alcançava também a ponta do Mucuripe, onde encontrou a cruz deixada ali por Pinzón. Este havia dado ao pequeno cabo o nome de **Rostro Hermoso** (Ponta Formosa).

Deixou a Espanha de se assenhorear do futuro Brasil em virtude da vigência do Tratado de Tordesilhas, mediante o qual ficariam pertencendo a Portugal as terras descobertas ou por descobrir situadas até 370 léguas para o poente, a partir da ponta mais ocidental da ilha de S. Antão, do arquipélago de Cabo Verde.

Merece transcrição neste lugar a seguinte nota cronológica que extraímos da obra Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco, II volume, pags. 412:

"1501-5 de setembro: — Capitulação feita pelo rei e rainha da Espanha com Vicente Yanes Pinzón, assinada em Granada, sôbre certas ilhas e terra firme que êsse navegador tinha descoberto no Mar Oceano e a que pôs o nome de Santa Maria de la Consolación (PONTA GROSSA?) e ROSTRO HERMOSO, e seguindo a costa até o Rio Grande que chamou de Santa Maria de la Mar Dulce (Amazonas) chegou até o cabo de San Vicente, etc."

Tôdas estas informações se acham hoje històricamente bem firmadas na notável obra intitulada "Proto-História do Ceará", do Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, cuja inconcussa reputação no atinente ao assunto dispensa qualquer comentário de nossa parte.

Igualmente, na valiosa obra "Pequena História do Ceará", do tenaz pesquisador cearense, Dr. Raimundo Girão, se acha lançada sôbre firmes alicerces a síntese de quanto ocorreu na antiga capitania do Ceará, no longínquo evo da sua colonização pelos Portugueses e da sua ocupação pelos invasores flamengos.

A nós outros, filhos da terra de Martim Soares Moreno, cumpre-nos venerar a memória do fundador do Ceará, juntamente com a do autêntico descobridor do Brasil — Vicente Yanes Pinzón, e a do olvidado fundador da cidade de Fortaleza, comandante Matias Beck.

Outubro, 1960.

EM DEFESA DO HOLANDÊS

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Está na agenda do dia a controvérsia acerca da fundação da cidade de Fortaleza. Com mais paixão que autoridade o assunto tem sido tratado pelo noticiário da imprensa e já começa a interessar o homem da rua.

No Instituto do Ceará, que é o lugar mais indicado para a consideração criteriosa do problema, foi ele, na última sessão, objeto de animadas discussões. Uma comissão, presidida pelo sábio Dr. Pompeu Sobrinho, foi constituída e deverá. após estudos minuciosos, traduzir a opinião oficial da Casa acerca da questão.

Situo-me no grupo dos que carreiam para o flamengo Matias Beck as glórias de fundador da capital cearense, embora reconheçamos que nem a este, nem a Martim Soares Moreno ou Pero Coelho acudiu jamais o deliberado intento de fundar uma cidade. Fundamento meu ponto de vista em argumentos simples e lógicos. Poderei mesmo dispensar-me de externar outras considerações além daquelas, muito elementares e convincentes, que em torno do reduto que Soares Moreno fundou na Barra do Ceará não medrou nenhuma povoação, enquanto do forte que o holandês ergueu no morro Marajaitiba nasceu e cresceu a cidade, a qual, quando precisou de nome, foi buscá-lo na edificação que lhe deu origem.

No começo era o forte, e o forte se fez cidade, e o forte foi a cidade... E o forte foi o de Schoonenborch, transformado em 20 de maio de 1654 em Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, bela e heráldica denominação que passou à cidade, a qual traduz no sobranceiro nome uma fidelidade admirável à sua origem cavalheiresca.

Por duas vezes tive oportunidade de tecer considerações escritas sobre o assunto. A primeira numa monografia intitulada **Aspectos do domínio holandêes no Ceará,** e a segunda em artigo solicitado por uma publicação de São Paulo, e a que dei o título de **Fortaleza, página da aventura holandesa nos**

trópicos. Em uma e outra espero ter demonstrado sobejamente caber a Matias Beck, chefe da segunda invasão holandesa no Ceará, em 1649, as glórias de fundador da capital cearense, tese, aliás, desde algum tempo defendida pelo historiador Raimundo Girão.

O problema deve ser examinado com isenção de ânimo, sem outra paixão além daquela que ao historiador deve inspirar a verdade histórica.

É certo que em 20 de janeiro de 1612 chegou ao Ceará Martim Soares Moreno trazendo um padre e seis soldados. Em 1603, com apenas 17 anos, participara da expedição pioneira de Pero Coelho de Sousa.

Aqui chegando, construiu uma igreja e um fortim sobre as ruínas do reduto que Pero Coelho, nas suas andanças pelas praias cearenses, em 1603 a 1605, fundada na Barra do rio Ceará. De 1613 a 1621 esteve Soares Moreno afastado do Ceará, ora combatendo o francês no Maranhão, ora na Europa, onde cumpriu dura reclusão em cárceres da França, aprisionado que fôra, numa daquelas viagens, por piratas franceses. Em 1631 deixou para sempre a terra cearense e foi a Pernambuco combater o flamengo e ali se portando com a competência habitual.

Figura marcante nas lutas contra o invasor, logo seria elevado a Mestre de Campo, e nos documentos da época sua assinatura precede a dos grandes heróis da insurreição pernambucana. Baluarte da colonização portuguêsa no setentrião brasileiro, vida balizada por feitos admiráveis e quase legendários, é Martim Soares Moreno a figura impressionante do Ceará colonial.

Seis anos haviam decorridos desde a partida de Moreno da sua capitania quando se processa a primeira investida holandêsa contra o Ceará: em 25 de outubro de 1637 fundeou no Mucuripe a pequena frota de Joris Garstman. Já no dia seguinte seu efetivo dominava fàcilmente a guarnição portuguêsa do reduto da Barra do Ceará, então sob o comando de Bartolomeu de Brito.

A Companhia das Indias Ocidentais pela primeira vez firmava o pé em terras cearenses. E por sete anos aqui permaneceria, objetivando a exploração salineira à base do braço indígena.

Em 1644, revoltados pelos maus tratos que lhes infligiam os novos senhores cuja vinda fôra por eles instigada, os indígenas trucidam a guarnição holandesa do fortim e o incendeiam. Terminava com sangue a primeira fase da ocupação holandêsa no Ceará.

Até então o palco dos acontecimentos, quase sempre trágicos, ficara restrito à Barra do Ceará, região distante, há três séculos muito mais do que hoje, do local onde assenta a capital cearense. Neste último nada fora construído ainda, a técnica do ocidental civilizado ali não deixara ainda a sua marca.

Massacrado o invasor batavo pela própria indiada enfurecida, a terra por cinco anos permaneceu abandonada e vazia de europeu. Nem ibéricos nem flamengos aqui tentaram fixar-se antes de 1649. Mas em 3 de abril daquele ano lança âncora no Mucuripe uma flotilha de cinco embarcações e 298 homens. Ostenta o pavilhão de Holanda e no seu comando vem Matias Beck.

Objetiva fazer a reconquista da terra e traz para isso 41 índios do Ceará.

Aquela expedição não visava apenas a posse da terra mas também a sua exploração, como o inspirava a política expansionista da Holanda no século XVII. O fator militar e o comercial marchavam de mãos dadas, aquele condicionando o êxito deste. Outra coisa, aliás, não fazia o flamengo que copiar o exemplo que os povos ibéricos propiciavam na epopéia dos descobrimentos, alargar a fé e o império pela força das armas, abarrotar as caravelas pela força da exploração comercial.

A vinda de Matias Beck e sua gente substanciava uma expedição mineira. O sal fôra o incentivo comercial da primeira expedição; as minas de prata da serra de Maranguape eram a justificativa da segunda.

Êste segundo capítulo do domínio holandês no Ceará é bem conhecido porque o chefe da expedição tinha o hábito de lançar num diário os fatos mais expressivos de sua passagem no Ceará. Este diário foi trazido da Holanda em 1885 pelo dr. José Higino Pereira, do Instituto Arqueológico de Pernambuco e transcrito na Revista do Instituto do Ceará. Infelizmente é incompleto, pois cobre apenas os doze primeiros mêses dos sessenta que Beck passou em terras cearenses. Mas êste diário foi que assegurou ao chefe holandês um lugar na galeria dos fundadores de cidade, pois da sua leitura depreende-se ter sido êle o fundador do Forte Schoonenborch, núcleo de onde germinaria a hoje cidade de Fortaleza.

Percorrendo a praia, desde Mucuripe até a Barra do Ceará, onde se localizara o primeiro reduto português ocupado pelos seus em 1637 e em 1644 arrazado pelos índios, Matias Beck decidiu erguer sua fortificação na colina onde hoje se localiza o Q.G. da 10.ª Região Militar, proxima à qual corria o Pajeú

então denominado Marajaig pelo indígena. Era abril, e o córrego devia estar volumoso, fato que o impressionou, pois no diário ele o denominou de **belo rio de água doce.** O Pajeú foi sem dúvida um decisivo fator de localização do reduto holandês: garantia o suprimento de água e era fàcilmente defensável da colina. A proximidade do mar era também consideração da maior importância, pois o mar assegurava o abastecimento vindo de Recife e era garantia de retirada no caso de insucesso. Na Barra do Ceará, localizado às margens do rio, ficavam eles na dependência das marés.

Escolhido o local, segundo o Diário de Beck teve início a construção do forte no dia 10 de abril daquele ano, quando o engenheiro Ricardo Caer traçou o risco da fortificação que foi iniciada por 40 soldados.

O estabelecimento estava destinado a ser ao mesmo tempo um reduto militar e um entreposto comercial. Analisando o fato tive oportunidade de escrever num dos citados trabalhos: "A natureza místiforme do estabelecimento, na sua estrutura e finalidade concorreu para que logo ele se transformasse num centro de atração humana, deslocando para suas imediações o interêsse, primeiro dos indígenas, e mais tarde, após a restauração, dos elementos alienígenas que iam surgindo na terra. Dali nasceria a cidade. Algumas décadas depois já começavam a se espraiar pelas imediações do morro, em torno do forte, um aglomerado informe de palhoças e choupanas, um minúsculo arremedo de nucleamento urbano de que a conjunção de interesses vitais impunha a trôpega formação".

De fato, dali sairia a primeira rua da cidade, ali próxima se localizaram as casas que primeiro se construiram na nascente povoação. O forte de Matias Beck deu origem à cidade.

Quando em 20 de maio de 1654 o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto restabeleceu nas terras cearenses as prerrogativas da Coroa Lusitana, foi no Schoonenborch que ele se estabeleceu. Uma providência imediata que se impunha era a restauração da fé — a componente mística da política colonial portuguêsa. E para isso Azevedo Barreto ergueu no forte uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Esta denominação é a que tomaria em breve a fortificação exholandesa, cujo nome mudou para **Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.**

Os que se recusaram a aceitar o chefe holandês como fundador da cidade de Fortaleza, agindo mais pelo sentimento que pelo raciocínio, fundamentam sua objeção em argumentos, dos quais os principais são:

1) Matias Beck não teve intenção de montar uma cidade;
2) Para a construção do Forte Schoonenborch foram trazidos materiais do fortim da Barra do Ceará;
3) Matias Beck era delegado de uma companhia estrangeira que exercia no Brasil atos de pirataria.

Nenhum dos três argumentos pode ou deve ser levado a sério, tal a sua inconsistência. Em primeiro lugar cumpre assinalar que são raríssimas as cidades, como Brasília, que foram deliberadamente fundadas. O fenômeno é moderno, pois o que se nota no passado histórico é que as cidades nascem e crescem em torno de um acidente geográfico dominante, como por exemplo um porto natural, ou em torno de uma realização humana como uma fortificação, uma igreja ou um entreposto comercial. Vários fatores condicionam seu desenvolvimento posterior. Concordamos que Matias Beck não deve ter pensado em fundar uma povoação, mas erguendo um forte lançou os fundamentos de uma cidade, da qual o fundador seria Soares Moreno ou Pero Coelho se ela houvesse crescido em torno do reduto da Barra do Ceará.

O segundo argumento ainda se revela mais frágil. O fortim de Soares Moreno transformou-se em 1637 em presa de guerra dos holandeses. Dele e do seu material podiam fazer o uso que bem lhes aprouvesse. Deixaria o Schoonenborch de ser uma fortificação flamenga por ser parte das suas telhas ou dos seus tijolos de fabricação portuguesa? Além disso, quem pode honestamente garantir que o material trazido da Barra para a colina de Marajaitiba fora fabricado pelos portugueses que ali se estabeleceram? Havia doze anos que os lusos abandonaram o forte, e nele os holandeses se estabeleceram por sete anos. Não poderiam em tão longo período ter ampliado as instalações ou melhorando as existentes, fabricando para isso o necessário material? É uma hipótese perfeitamente admisível, embora ela em nada altere a significação histórica do fato de que o primeiro estabelecimento construído na área da capital tenha sido um forte holandês.

Resta examinar a condição de pirata atribuída a Matias Beck.

Ora, nenhum historiador pode se dar ao luxo de selecionar personagens no grande drama da História. Temos que aceitar o fato histórico sem tugir nem mugir. O fato de ser Beck um aventureiro ou pirata, pode não nos ser agradável, mas não invalida suas realizações. Aliás, no grande palco da História é bem relativo o epíteto de pirata. O que é, sob certos aspectos, a história da humanidade senão uma longa tradição

de pirataria? O que foi a epopéia brilhante dos descobrimentos senão uma sucessão de atos predatórios? Veja-se o que fez Hermano Cortez no México e Vasco da Gama nas Índias...

Por piratas romanos e cartagineses foram fundadas inúmeras cidades da orla do Mediterrâneo. O recúo do meridiano demarcador, façanha memorável que duplicou o território nacional, foi uma operação de pirataria do bandeirismo paulista que de imediato roubava o indígena e remotamente espoliava a Coroa de Espanha.

Cumpre não esquecer ainda que a conduta da Holanda naquela conjuntura histórica tinha boa parcela de justificação. Era um aspecto da luta universal do comércio livre contra o monopólio. Desde que o papa espanhol Alexandre VI, através de três bulas, dividira a terra entre os reis cristãos de Portugal e Espanha, que uma onda de inconformismo varreu as nações da Europa.

Portugueses e espanhóis, escreve João Ribeiro, pretenderam haver aberto o oriente fechado pelos turcos e o ocidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens. Foi justamente nesta luta, em que faziam o papel de piratas ou corsários que franceses, inglêses e sobretudo holandeses começaram a formar êsse imenso poder naval, essa supremacia marítima que acabou por se substituir à dos seus rivais. O comércio livre foi a obra do individualismo, das empresas privadas: os govêrnos europeus por impotência reconheciam o monopólio ibérico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquele privilégio.

Um rei francês dizia com espírito nunca ter lido a verba testamentária em que Adão legava o mundo aos espanhóis e portugueses. E era para todos uma novidade em direito fazer-se do descobrimento de caminhos marítimos o sinal de propriedade.

Foi portanto o monopólio a principal razão da guerra, e não talvez a posse do território idéia sugerida mais tarde como um meio de garantir o comércio colonial. Era a guerra que a civilização reclamava. Com pequenas alterações assistimos ainda hoje, nos dias que correm, ao desenvolvimento do mesmo drama que se origina das rivalidades econômicas, mas que elas sós não explicam".

A aceitação, por uma imposição da verdade histórica, da fundação de Fortaleza por um holandês não anula nem reduz o fato eloquente de que portuguesa foi tôda a obra de colonização e de que, neste particular, é nula a contribuição flamenga.

O próprio domínio holandês do nordeste por quase um quarto de século, com suas implicações históricas, não é, como muito bem acentúa Capistrano de Abreu, senão um episódio da ocupação do litoral, inexpressivo face à obra gigantesca do desbravamento e ocupação dos sertões onde se plasmou, em verdade, a base geográfica da nacionalidade.

(Transcrito d'"O Povo", ed. de 10.11.60).

DO PE. ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO — O MAIOR HISTORIADOR DO CARIRI

Crato, 3 de fevereiro de 1962

Meu caro Girão:

Recebi "Matias Beck, Fundador de Fortaleza", que sua bondade amiga me ofertou. Li e reli-o. Primeiro, contra você. Depois, a seu favor. Tudo, para fazer a média. É, assim, que leio os meus ídolos. Mas não houve média e, sim, dez de ponta a ponta. Seu trabalho é uma jóia autêntica de ciência histórica, assentada na rocha viva do documento e da dialética.

Não há para onde fugir a esta implacabilidade: a semente da cidade, lançada por Soares Moreno, converteu-se em nada, deixou de ser o que o semeador pretendeu que fosse — em 1644, ano em que a indiada liquidou a guarnição holandesa do forte S. Sebastião. E, cinco anos decorridos, a nove quilômetros daquele forte, ou, melhor, ex-forte, Matias Beck constrói um forte, "primeiro prédio", "construção nuclear", "edifício pioneiro", "o cristal estimulador da nucleação" da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Esta, a verdade implacável. Pelo menos, até que se prove que o "Diário de Matias Beck é inautêntico e inveraz...

Mas fique tranquilo, meu caro Girão: a meu ver, sua tese está provada e comprovada — Soares Moreno, o Fundador do Ceará, e Matias Beck, o Fundador de Fortaleza. Receba, pois, meu abraço de parabens por mais esta vitória no campo da historiografia cearense, da qual você se firmou um dos poucos, pouquíssimos, quase raros cultores na hora que passa.

Transmita ao Dr. Pompeu Sobrinho minhas congratulações pelo prefácio de "Matias Beck". É uma cintilante síntese, histórica e dialética, judiciosa e autorizada, de sua obra, meu caro Girão.

Agradeço-lhe a oferta do exemplar.

A propósito do assunto, lembro-me de que o Padre Cícero Romão Batista chegou a Juazeiro do Norte em 1872, então

povoado de 300 habitantes, cujo "primeiro prédio", "construção nuclear", "o cristal estimulador da nucleação" foi o templo erguido pelo Padre Pedro Ribeiro — o Matias Beck da cidade do Juazeiro, assim como Matias Beck foi o Padre Pedro Ribeiro da cidade de Fortaleza, mudando-se o que deve ser mudado, é claro.

Provei, sem sombra de dúvida, a função de fundador do citado Padre Pedro. E você, Girão, achou que eu estava com a verdade e o proclamou pela imprensa. Pois bem, a estultícia fanática, ou vadia, continua na linha do Crato histórico: Padre Cícero, o Fundador do Juazeiro.

Eu reconheço em Juazeiro (cidade) o fundado pelo Padre Cícero: o surgido à sombra de dois equívocos — falsos milagres e falsa santidade, ou seja o Juazeiro posterior do ano de 1891 — um pedaço de Alagoas e sul de Pernambuco cercado de Ceará por todos os lados, neste Cariri... Mas o Padre Cícero não é o Matias Beck da cidade do Juazeiro.

Ainda a propósito do assunto. Matias de Albuquerque informava (1628), oficialmente, que o **Siará** era "ruim porto e baixo", etc., que, enquanto a metrópole consignava anualmente "sete contos, cento e trinta e quatro mil réis" e nove contos, seiscentos e seis mil e novecentos réis, respectivamente para as Capitanias do Pará e Maranhão, para a Capitania do Ceará eram consignados apenas "seis contos, setenta e três mil novecentos e vinte réis"...

O informante acha a terra tão imprestável, que critica o aumento, naquele ano, da praça do "Ceará ou "no Seará".

Isto vem confirmar o que você assevera quanto à situação de abandono em que sempre esteve o Forte de S. Sebastião. A informação encontra-se às páginas 246 e 247 de **Estudos de História Colonial**, de Hélio Viana, Brasiliense, série 5.ª, vol. 261. À página 261, o autor qualifica Soares Moreno, "o fundador do Ceará" e não de Fortaleza.

Operei-me das amídalas. Uma criança, hein?

Desejo-lhe um próspero e tranquilo 62. Com um afetuoso abraço, despede-se o

Padre Gomes

AS FRUSTRAÇÕES DA BARRA DO CEARÁ

A primeira foi a de Pero Coelho de Sousa.

Os franceses, no seu desígnio de dominar o Brasil, estavam fixados no Maranhão, e era preciso desalojá-los de lá. Dadas as sérias dificuldades das correntes marinhas e dos ventos contrários da costa nordeste, impedindo na mor parte do ano a navegação — o recurso seria fazê-lo indo por terra, e para tanto, em 1603, foi resolvido se fizesse uma jornada bem apercebida de gente e de armas.

Dela foi encarregado o açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba, munido de um **regimento** de operações e com o título de Capitão-mor "para melhor assegurar a obediência dos súditos". Em julho, sairam três caravelões carregados de mantimentos, munições e o mais necessário, os quais aguardariam na foz do rio Jaguaribe a chegada do comandante e sua gente. Após a demora indispensável à melhor organização da expedição e aliciamento de índios locais, partiram todos juntos rumo ao destino longínquo. Demoraram na embocadura dum pequeno rio chamado Pirangi e que logo foi batizado de Siará. Até que, de parada em parada, chegaram ao rio Camucim ou rio da Cruz. Aí, não tardou a "bandeira" a entestar-se com a indiada, munida de arcos e flechas e ajudada de alguns franceses, armados com os seus mosquetes.

Vencidos os atacantes, presos os franceses, dirigidos por um de nome Mombille ou Bombille, selou-se a rendição geral com o aprisionamento do tuxaua Ubaúna.

Continuaria a marcha para o Maranhão, já agora os silvícolas ajudando os portugueses, mas ao chegarem ao rio Punaré (o Parnaíba) viu o capitão-mor os seus homens sem melhor disposição de irem para a frente, o que o obrigou a voltar, vindo localizar-se naquele rio Siará, pretendendo fazer do lugar o ponto de apoio de suas atividades. Ao arraial de casas de palha que aí se ia formando deu o nome de Nova Lisboa, e ao território todo o de Nova Lusitânia. Queria estabelecer-se definitivamente, naquela foz e com esse fim rumou à Paraíba

com a deliberação de trazer a família — a mulher D. Tomásia e os filhos. Na sua ausência acabou de construir-se um pequeno forte de defesa o que recebeu a denominação de São Tiago. Só um ano depois conseguiu retornar, em companhia da família (1606), mas, sem melhores recursos da parte do Governador Geral e diante dos cruéis efeitos da seca de 1603, a primeira que registam as estatísticas desse fenômeno clímico no Ceará, teve que abandonar a sua Nova Lisboa em procura da Paraíba, sofrendo nessa viagem as piores agruras, inclusive a de ter perdido, morto, o filho mais velho. "Lenda tristíssima a do seu êxodo, é como o classifica João Brígido.

O resultado é que tudo se desmoronou, reduzido a nada o seu fortim, frustrando-se, desse modo, a primeira tentativa de colonização da região cearense pelos portugueses. Foi Pero Coelho, na verdade, o **pioneiro,** não um simples que chegasse antes de outros, mas um que se animava da vontade e decisão de incluir no patrimônio da Corte lusa a terra do Ceará. Desgraçadamente, a História, quantas vezes tem acontecido!, não lhe fez a devida justiça. Dizem que cometeu excessos, mas o que nobre e justo será reconhecer que "a coragem das suas intenções, o denodo da execução destas e o sem limite de suas atribulações, tudo em favor da conquista civilizadora por certo pesam mais que os erros que se lhe imputam. E o martírio da esposa corajosa e dos filhos dão-lhe glória que não pode ser substimada." Mas a verdade é que o evento de 1603 foi solene e festivamente comemorado em 1903, com solenidade e publicações, entre estas **Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará,** editado pela Tip. Minerva, tendo sido designada para tudo isso uma Comissão Central. Incoerência? Aí está um artigo de João Bríigido, sob o título — **Há 100 anos — Pedro Coelho de Sousa,** que terminava assim: "Coelho e Tomásia, no limiar do século XVII, são mártires da civilização desta terra, que ia ver a luz e esperava na densa escuridão, que agora subsiste só para os séculos, que nos precederam. O Ceará ficou notório, teve quebrados os selos após o infortúnio desse ousado sertanista; as suas dores porém, e as suas mágoas quase nenhum tributo têm recebido do reconhecimento e do amor da posteridade" (p. 43).

Existe uma ingratidão das coletividades...

Ver **Revista do Instituto do Ceará,** p. 50, p. 14-37, estudo de Carlos Studart Filho, sob o título — A Bandeira de Pero Coelho.

II

A segunda frustração feriu de cheio, lavada de lágrimas, a viagem dos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, de natureza mais catequética, e não, como injustamente afirmaria depois Soares Moreno, "em demanda de umas minas que dizem os franceses que estão na serra do Punaré".

Vinham pregar a Fé à gentilidade bronca, convencendo-a "de deitar de si os franceses corsários que ali residem, para que indo os portugueses, não os vexassem, nem cativassem". Não levaram soldados para não assustarem os nativos. Atingiram a serra da Ibiapaba, rezando as suas ladaínhas, iniciaram bem a sua missão; porém o primeiro deles foi assassinado a golpes de tacape por aborígines cruéis, obrigado Figueira a fugir e, de esconderijo a esconderijo, por os pés na barra do Ceará, recebido "com festas, caminhos feitos, emboscadas simbólicas, tambores e uma casinha muito bonita de pindoba". Demorou, levantou no mesmo local em que estivera Pero Coelho "uma formosa cruz de cedro lavrado", exatamente no dia de São Lourenço — 10 de agosto, dando-se ao povoado o nome desse santo. Daí, para o Rio Grande, donde mais tarde se retirou para Pernambuco.

Não se firmaria, desta vez ainda, a dominação lusitana. Tudo como se nada acontecera. Figueira legou-nos a **Relação do Maranhão,** minucioso relato de sua desventura, que Th. Pompeu Sobrinho comenta e interpreta em substancioso trabalho que forma o 1.º capítulo de **Três Documentos do Ceará Colonial,** Fortaleza, Dep. de Imprensa Oficial do Estado, 1967.

III

De Soares Moreno é o terceiro malogro.

O açoriano "nobre e fidalgo", residente na Paraíba, Pero Coelho de Sousa — qual fico dito — recebeu a incumbência de fazer uma jornada ao Maranhão, dominado pelos franceses. A proposta dessa expedição foi dirigida pelo 8.º Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, aos seus assessores Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, o Capitão João Barbosa, Feliciano Coelho de Carvalho, ex-Capitão-mor da Paraíba, o Des. Gaspar de Figueiredo e o Sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno. Só o primeiro não concordou com a proposição. Muniram-no de um regimento, disciplina da empresa, que era, "pelos meios lícitos, dilatar-se a nossa santa-fé católica e impedir-se o comércio de estrangeiros que, contra as pazes estipuladas e fora de obediência ao seu Rei, vêm a portos

deste Estado". Poderes muito amplos ao bandeirante, atinentes à observação da geografia regional, à ação contra os estrangeiros intrusos e aos índios ofensores. O documento tem a data de — "Olinda, vinte e um de janeiro de mil seiscentos e três anos". (4)

O último daqueles assembleantes, o Sargento-mor, nascido em Tânger, ou segundo outros na Ilha Terceira, tinha um jovem sobrinho que, "de pouca idade", talvez 17 anos, veio para o Brasil em companhia do Governador Geral e foi mandado incluir na bandeira de Coelho de Sousa, para que, "servindo naquela entrada, aprendesse a língua dos índios e seus costumes, dando-se com eles e fazendo-lhes seu mui familiar". É objetivo claro, expresso pelo tio, na sua conhecida **Jornada do Maranhão**.

Martim Soares, é a melhor presunção, nascera em 1585 ou 1586 na povoação de Santiago de Cacém, onde viveram os pais, Martim de Loures e Paula Ferreira, tendo como avós paternos Francisco Anes e Brites Dias, e maternos, João Pereira e Inês Dias, "limpos e honrados, alguns lavradores", como se vê em **Ementas da Habilitação de Ordens Militares Princípios do Século XVII,** pág. 65, ed. da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1931, livro citado por Pedro Calmon, na sua **História do Brasil,** edição Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1959, vol. 2, pág. 487.

O moço luso, realmente, ajudou muito bem a Pero Coelho, aprendeu o linguajar tupi ou, conforme as suas palavras mesmas, — "aprendi muita parte da língua daqueles índios". E, sobretudo, "travei com eles particular amizade, particularmente com o principal dali chamado Jacaúna". Esta amizade do tuxaua seria o segredo das suas vitórias, no Ceará.

A tentativa de Pero Coelho, como se sabe, fracassou nas agonias de uma retirada de fome e lágrimas, desmoronando-se a "Nova Lusitânia" e despovoando-se a "Nova Lisboa", que ele pretendia estabelecer na foz do rio Ceará, como capital do sonhado domínio. Soares Moreno dá o testemunho — "...assim foi forçoso despovoar-se aquêle sítio donde já era feita uma cidade". O seu forte recebeu o nome de S. Tiago, plantado na margem direita da foz do rio Ceará. "Efêmera e sem brilho havia de ser a vida deste reduto, testemunho mudo dos sofrimentos e das misérias dos primeiros colonizadores do

(4) Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará, publicados pelo Barão de Studart, 4.º v., p. 5.

Ceará. Evacuado em 1605, depois de ter servido de refúgio aos expedicionários durante mais de 18 meses, caiu em ruínas, desaperecendo sem deixar vestígios. (5)

Outra tentativa, igualmente sabida, também falhou: a dos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, aquele assassinado pelos tocarijus ferozes e este retirando-se para a foz aziaga, onde quis fundar uma vila de palhoças — a de São Lourenço, no mesmo local do núcleo de Pero Coelho. Retirando-se para Pernambuco, a palhoçada acabou-se e o silêncio da civilização ali voltou a imperar.

Antes do açoriano e dos padres, ou logo posteriormente, documentos informavam da passagem, pelo Ceará, de flibusteiros holandeses, com alguma demora na praia, em comércio. com os nativos, de aves, algodão e tatajuba, em vez das esmeraldas que procuravam. O primeiro deles, Jan Bautista Syens, de Amsterdão, esteve no Mucuripe em novembro de 1600, desembarcou e ao retornar levou até o navio seis índios, que, "obsequiados e com dádivas regressaram a terra". Regista o Barão de Studart que faziam parte dessa viagem os marinheiros Cornelis, Andries e Cajonen, os quais moraram muito tempo entre os índios do Rio Grande, cujas indicações lhes serviram de orientação. A embarcação flamenga deteve-se na enseada mucuripeana até 15 de dezembro. Outros flamengos — Claes Adrianssen Cluyt e Hendrychssen Cop — deram à mesma enseada em 1610, com o mesmo fim de escambo, adquirindo dos índios âmbar, tatajuba, batatas e aves.

Enquanto isso, Martim progrediu na carreira militar e em 1611 já era Tenente, com serviços no forte do Rio Grande do Norte, sob o comando do Capitão-mor Lourenço Peixoto Cirne. Desse forte saía "a fazer novas amizades com os moradores (índios) daquela costa até Ceará, o que fiz pelas amizades que me tinham", ao ponto de arriscar-se "só com dois homens a me meter com eles, donde os incitei fosse um deles comigo à Bahia a pedir ao Governador, D. Diogo de Meneses, padre que os fizesse cristãos".

Quem vai dirigindo os mensageiros solicitantes em companhia do Tenente é um filho de Jacaúna, e o resultado foi positivo: o 9.º Governador Geral do Brasil enviou Soares Moreno "negociado de todas as coisas necessárias e um padre para os fazer cristãos", encarregando-o de "comerciar-se por terra com os naturais do Maranhão para se fazer aquela conquista, dando de tudo parte ao Conselho da Índia".

---

(5) Carlos Studart Filho na Rev. Instituto do Ceará, v. 43-44, pág. 66.

Em sua **Jornada do Maranhão,** Diogo de Campos nos esclarece: "Pela qual opinião o dito Governador D. Diogo de Meneses o fez (a Martim) Tenente da fortaleza do Rio Grande, donde o achou servindo Lourenço Peixoto Sirne, quando foi ser Capitão de aquela Capitania, fazendo que em seu tempo o dito Martim Soares fosse como foi três vezes ao Jaguaribe, cada vez confirmando mais a paz e amizade com Jacaúna, Principal de aquelas gentes, o qual lhe chamava filho: de que sucedeu, que chegando o dito Sargento-mor (ele, Diogo de Campos) ao Rio Grande, fez uma mui convincente e nova relação das coisas de aquela conquista, de modo assim guisada narração de seus fundamentos, que foi assinada por todos os Capitães de aquelas Capitanias do Norte até da de Pernambuco, assegurando ser convenientíssimo fazer-se a conquista, e irem-se assegurando e povoando primeiro alguns portos de aquela costa com pequenos presídios. Com estes pareceres se resolveu o dito Governador não só de avisar a S. Majestade, como fez cumprimento da ordem que tinha, mas de dar como deu princípio à obra o dito ano; e assim despachou o dito Martim Soares fazendo-o Capitão do Ceará e dando-lhe só dois soldados (mais precisamente, seis), a fim de que os índios o não tivessem por hóspede pesado, e vissem como não ia a lhes fazer guerra, mas antes a se fiar de suas amizades e fôrças e que assim tratasse de fazer fortaleza e igreja para se batizarem e doutrinarem os ditos índios. Para o que lhe deu Capelão, ornamentos e um sino, e outras coisas necessárias com que se partiu, e chegou a salvamento ao Ceará. Donde fundou igreja a Nossa Senhora do Amparo e fez um forte capaz de duzentos homens, soldados e moradores e nele com amizade e fé de Jacaúna. O qual veio a alojar-se meia légua do forte com a sua Aldeia". (6)

Efetivamente, **por terra,** veio ter Martim ao rio Ceará, com seis homens e o Padre Baltasar João Correia, provido de Vigário. Afirma ele que chegou em 1611, e a referência a esse ano tem gerado dúvidas quanto ao preciso início de sua fixação naquela barra. Na sua **Relação do Ceará,** escrita em 1618, da qual estão sendo extraídas as citações a ele atinentes, escreve que no "dito ano degolei mais de duzentos franceses e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações..." e que "no dito ano fiz pazes com 3 castas de tapuia ali vizinhas".

Por outro lado, aceita-se como certo ter sido por ele levantado, no mesmo local do S. Tiago (e isto resulta claro da leitu-

(6) Rev. Instituto Ceará, v 21 p. 213.

ra da **Relação** no tópico — "...foi forçoso a despovoar-se aquele sítio onde já era feito uma Cidade em muito bom **sítio onde eu tenho agora uma fortaleza...**") o forte São Sebastião, no dia 20 de janeiro de 1612. É ele quem o diz na mencionada **Relação:** "...no ano de 1612 fiz um forte de madeira com suas guaritas e casas de soldado, dentro, e uma ermida onde se diz missa..." A capela recebeu a invocação de Nossa Senhora do Amparo, mas o orago ou padroeiro do arraialzinho era São Sebastião, santo do dia em que se começou o forte. Martim, em petição ao Rei, solicitava, já nomeado Capitão-mor (1620), "uma vestimenta e frontal e capa de asperges e um cálice e um retábulo de Nossa Senhora, e uma **Imagem de S. Sebastião que é o orago daí**". (7)

Essa missa foi rezada sem demora: "logo a poucos dias (da chegada) fiz Igreja e com retábulos que levei se disse Missa e se fizeram muitos índios cristãos".

Martim teria, pois, efetivamente chegado às tabas de Jacaúna no fim de 1611 e só em 20 de janeiro de 1612 passou a construir o fortim. Durante este último ano é que teria degolado os duzentos franceses e holandeses e feito pazes "com 3 castas de tapuias ali vizinhos". Uma dessas castas ou tribos era a dos Jaguaribaras, muito fiéis aos lusitanos, "assistindo-os sempre nas lutas contra os outros selvagens com relativa lealdade". Ao tempo de Moreno eles auxiliaram eficazmente a gente do forte de S. Sebastião contra os ataques reiterados dos Paiacus (8). Com os temíveis Tremembés entrou em relações amigas em 1613, quando se dirigia ao Maranhão a fazer reconhecimentos sobre a posição dos gauleses.

Na construção do fortim foi decisivo o auxílio de Jacaúna, porém, na verdade, a fortificação não ia além de uma contextura rudimentar, estacas e casas de taipa e palha, que a indiada certa vez incendiou totalmente: "...pede outrossim se lhe dê cabedal para fazer um forte bastante visto como o de madeira lhe queimaram já uma vez os inimigos", está na **Relação**.

Não demoraria muito o jovem Capitão no Ceará. Dos tapuias com quem se apaziguara colheu notícias de "boas terras" no Maranhão almejado e as transmitiu, depressa, a D. Diogo de Meneses, mandando-as este ao Conselho da Índia. Este Conselho foi instituído em julho de 1604 e depois, em 1642, transformado no Conselho Ultramarino.

Resultou que do Conselho aludido recebeu ordem de

(7) Documentos, do Barão de Studart, v. I, p. 263.

(8) Carlos Studart Filho, na Rev. Instituto do Ceará, v. 45, p. 71.

acompanhar Jerônimo de Albuquerque na expedição contra os franceses e, de fato, com ele seguiu, em julho de 1613.

Nem dois anos, portanto, se conservou o fundador do S. Sebastião no Ceará. Deixou o comando do forte confiado a Estêvão de Campos, logo substituído por Manuel de Brito Freire, continuando os negócios da Fé entregues ao solícito vigário Baltasar.

A ausência do Tenente Moreno acarretaria o quase desmoronamento do insulado fortim da barra do Ceará. Quando a este retornou, passados oito anos, ou seja, em 23 de setembro de 1621, com todos os desencantos o viu "muito desacomodado de recolhimento", "reduzido a uma estacada de varas que estão caindo, com as cabanas de palha, sem donde pudesse recolher uma pequena de pólvora".

A ida de Soares Moreno com os expedicionários de Jerônimo de Albuquerque fá-lo-ia um dos heróis da conquista do Maranhão. Incumbido de explorar terras e rios ali, houve-se com especial valentia, inteligência e estúcia. Conduziu consigo vinte e cinco homens e as suas próprias palavras esclarecem como se portou: "...e sendo no ano de 1613 fui em um pequeno barco a fazer o dito descobrimento levando os índios que comigo haviam ido falar, os quais eram muito práticos naquela costa, e sendo já alguns dias de viagem, cheguei ao Pereiá (Preá), a primeira boca do Maranhão, e dali fui por dentro dos rios, e ao dia de S. Ana cheguei à ilha chamada Tucutenduba, a que pus nome Ilha de S. Ana. Ali achei um grande porto de naus muito fundável e nele um armazém que ali tinham os franceses, com muito breu e muitas cabascamastras e muito pau de tinta cortado e polés, aonde faziam muitos cabos, ao que pus fogo e dali fui descobrir o sítio de Guaxenduba, donde depois o Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque situou seu campo, e teve a vitória com os inimigos. Isto feito me fui em demanda da Ilha que cheguei com o barco perto de terra, donde desembarquei, e, pondo-me em cima de uma penedo pregando que era filho de Jacaúna, todos me ouviram e me levaram galinhas e muitos legumes. Ali pus uma Cruz com um letreiro que dizia — Aqui chegou o Capitão Soares Moreno a tomar possessão por El-Rei Católico — e, não sabendo que estavam povoados os franceses ali, me confessei e sem falta fora morto se um índio não me avisara, que se veio comigo a esta Cidade, e com o dito aviso dei a vela, não fazendo agravo a nenhum daqueles índios, antes feito prática que dali a um ano tornaria com muita gente a povoar aquelas terras; neste tempo já os franceses tinham tomado a barra por onde eu havia de sair. Permitiu Deus que me meti pelo rio acima, escapei embrenhado em um braço dele e dali a oito dias tor-

nei a desembocar de noite, donde arribei às Índias e dali vim com a relação a esta Cidade e com ela e o meu pilôto se fêz a jornada donde Sua Majestade me mandou também e fui sem mercê nenhuma, onde servi de Sargento-mor na ausência de Diogo de Campos Moreno, trabalhando sempre em todas as cousas, descobrindo naus de guerra francesas, também buscando sítios na Ilha para o nosso arraial, donde me procedeu uma enfermidade de que estive a risco de perder a vida".

Isso consta da **Relação** e vê-se ser notícia, muito por cima, do reconhecimento a que espontaneamente se obrigara. Contada por ele mesmo, pode ser a narração eivada de algum enfeite ou alarde, porém, a rigor, não pode ser contestada. As qualidades aventureiras de Moreno e a sua experiência de lutar e vencer os obstáculos improvisadamente podem garantir a veracidade do relatório.

Aliás, há o documento comprovante de tudo isso — o processo de averiguação das alegações de Soares Moreno ao Governador e Capitão Geral da Ilha espanhola de S. Domingos, nas Antilhas, D. Diego Gomes de Sandoval, onde fora ele esbarrar com os seus vinte e cinco soldados e marinheiros, além de sete índios. O caravelão em que viajavam, denominado S. Catarina, tendo como piloto Alfonso Gonçalves e mestre Sebastião Martins, depois de escapar dos franceses, graças ao aviso do íncola maranhense Sebastião, encontrando ventos adversos foi dar à Ilha da Trindade e depois à cidade de Cumana e nesta apreendido como bem pertencente à Fazenda Real. Encaminhados a São Domingos, onde chegaram numa canoa, em primeiro de julho, peticionou Martim àquele Governador, expondo o acontecido e requerendo meios para sustentar-se com sua gente e passagens para a Espanha. Justifica perante a Auditoria local o alegado, depondo como testemunha o sargento Pedro Lobato, os referidos pilôto e mestre, os soldados Antônio Moreira e Manuel Martins Santiago e o citado índio Sebastião ("nombre que le pusieran los francezes"), este por via de dois intérpretes. Os depoimentos foram tomados em 2 de outubro, todos acordes no descrever as peripécias do perigoso reconhecimento do Maranhão articuladas por Martim Soares, entregando-se ao requerente os autos em original da justificação, devidamente aprovados, aos 12 de dezembro.

Em abril de 1614 seguinte acha-se o inquieto cabo de guerra em Sevilha, a corresponder-se com o Governador Geral, Gaspar de Sousa, dando conta do que vira no Maranhão francês. As notícias que, em carta, mandara a Jerônimo de Albuquerque não lhe chegaram às mãos, pois nunca apareceram os quatro índios portadores. A sua não-vinda em tempo con-

venceu Jerônimo de Albuquerque da inutilidade de prosseguir na conquista encetada, voltando a expedição a Pernambuco. Contristou, naturalmente, a Gaspar de Sousa tamanho insucesso.

Em 1615 volta Moreno ao Brasil, para de novo tentar azares contra os normandos nas terras maranhenses.

Studart escreve que ele veio acompanhando o tio Diogo de Campos, quando retornava este de sua fracassada missão de conseguir da Coroa ratificação ao pacto de tréguas firmado entre Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche. Todavia, é realmente certo ter vindo da Europa num patacho comandado por Miguel Siqueira Sanhudo, conduzindo armas e munições, diretamente para o Maranhão. Trazia a qualidade de Sargento-mor da conquista, substituindo o tio, e tocou o Ceará em princípios de junho (9).

Cederia, agora, o lema dos invasores — "Tanti dux femina facti", pois a reação hispano-lusa o enfrentava com vantagem. Inclusive a vantagem decorrente de uma quebra de pacto formal. A vitória de Guaxenduba (novembro de 1614) fôra o início de um fim que se registraria um ano depois, com Alexandre de Moura. Este é que, desabusadamente, rompe o armistício assinado e dá o golpe último na França Equinocial. É quem distribui as forças triunfantes na ocupação do Extremo Norte, procurando consolidar o domínio ibérico.

Cabe a Martim Soares Moreno comandar as terras do Cumá, "habitadas de infinito tupinambás e outras nações bárbaras que tiveram comércio com os franceses". Far-se-ia da região uma Capitania à parte, subordinada à do Maranhão, "até que o Governador mandasse outra coisa ou Sua Majestade fosse servido dispor como mais conviesse".

A nomeação é minguado prêmio ao valor do Capitão Moreno, que, sem muita delonga, se vê obrigado a deixar o cargo por motivo de doença séria. Embarca-se como pode com destino à Europa, a curar-se da enfermidade ("perigosa fístula"), porém a sorte o leva novamente a São Domingos, de onde o mandam, como cabo de navios, ao Velho Continente. A sua embarcação, velha e mal provida, ficara sem vela nem aparelho nenhum, "perdida e quase afogada".

Desta vez, porém, não alcança a Ibéria, antes o apreende um navio pirata do Havre armado com 18 peças

(9) Capistrano de Abreu, Prolegômenos à História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, 3.a ed., págs. 435 e 436.

de artlharia, depois de estafante e destruidora luta, da qual sai mal ferido, com 23 golpes e sem uma das mãos. Em França, onde chegou a 6 de dezembro de 1616, reconhecem-no como autor da morte de inúmeros franceses, e aos rogos das viúvas e órfãos é lançado a ferros e condenado à pena última.

Muitos meses (ora diz foram 7, ora 10) rolou de prisão a prisão, até que o pôde salvar o Embaixador espanhol, Duque de Montelión, conseguindo-lhe a liberdade.

Restituido a Portugal, em 1618, peticionando sem data, solicita do Rei auxílio de dinheiro para pagamento das dívidas contraídas com a sua libertação ("...o suplicante não tem com que se desindividar e desempenhar das ditas dívidas...")

Numa de suas petições, relembra fatos e atos que poderiam tocar à gratidão real, desde o degolamento, por ele, de mais de 200 franceses e flamengos até os sofrimentos da campanha do Maranhão, em que chegou a permanecer entre os inimigos como refém.

A esta súplica juntava a sua **Relação do Ceará,** valioso diploma para a história dos primeiros dias da colonização cearense e cujo texto fará o assunto do Capítulo II e será apreciado e esclarecido em Notas constitutivas do Capítulo III, dêste trabalho.

Tem como recompensa de D. Filipe 3.º o provimento de Capitão-mor do Ceará, por dez anos, com esta Carta Patente: "Dom Filipe, etc. faço saber aos que esta carta virem que havendo respeito aos serviços que Martim Soares Moreno me tem feito no Brasil por espaço de dezessete anos, servindo nos cargos da milícia de que foi encarregado com bom procedimento, pelejando muitas vezes com os inimigos, de que foi ferido, e ser o primeiro fundador da fortaleza do Ceará e tomar ali uma nau e duas lanchas de franceses com morte de muitos deles; e assim aos serviços que fez no descobrimento e conquista do Maranhão, aonde serviu de Sargento-mor e ser ultimamente cativo e muito ferido na briga que teve com um navio francês que o encontrou, vindo arribado da ilha de Santo Domingo para Espanha, havendo procedido esforçadamente na briga e aos trabalhos que padeceu em França na prisão e pela boa informação que tenho do dito Martim Soares Moreno — Hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê da Capitania da dita fortaleza de Ceará por tempo de dez anos, com a qual haverá o ordenado que por outra minha provisão de fora lhe mandar nomear e os prós e percalços que lhe direitamente pertencerem. — Pelo que mando ao Governador Geral do Estado do Brasil lhe dê a posse da dita Capitania e lhe deixe servir pelo dito tempo sem dúvida nem embargo algum, e em

minha Chancelaria lhe será dado juramento dos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente sirva, guardando em tudo meu serviço e as partes seu direito, de que se fará assento nas costas desta Carta que se registrará nos Livros da Casa da India dentro de quatro meses primeiros seguintes. E antes que dito Martim Soares Moreno parta deste Reino me fará pela dita fortaleza preito e homenagem nas mãos de meu Secretário; e por firmeza do que dito lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada do meu sêlo pendente. E a dita mercê faço ao dito Martim Soares Moreno além de outras que pelos mesmos respeitos lhe fiz. Gonçalo Pinto de Freitas a fêz em Lisboa a 26 de maio, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seicentos e dezenove".

Viajaria o nomeado só muito mais tarde. Os emperros burocráticos prenderiam-no largo tempo ainda na Metrópole: durante mais de dois anos, a curtir a sua cansada pobreza.

Pedia o que julgava imprescindível para tornar eficiente a sua Capitania, "muito desamparada de socorros", a cento e cinqüenta léguas de Pernambuco e outras tantas do Maranhão, com uma costa estéril e salteada de tapuias por terra e de corsários por mar. Era preciso refazer a fortificação da barra do Ceará construindo-a de taipa de pilão, "porquanto a que ele suplicante lá fez no princípio está muito desbaratada e não tem mais que uma peça de artilharia e dois pedreiros". Era preciso aumentar para 60 soldados, destes 25 mosqueteiros, a guarnição do forte, "porque os 25 que ali estão vivem sempre de armas nas mãos, com muito trabalho". Era preciso mais segurança para "povoar as terras e aumentar as rendas V. Majestade pela capacidade da terra e também por ser necessária escala dos navios e caminhantes que vão do Brasil para o Maranhão". Era preciso "um Vigário com o seu Coadjutor para administrar os sacramentos aos soldados e índios com o ordenado que tem o do Rio Grande, ou em seu lugar dois capuchos".

D. Diogo de Meneses e Siqueira opina favoràvelmente e todavia nada disso vai ser efeituado.

Para garantir-se melhor na posse da mercê recebida, pede lhe concedam 12 léguas em quadra de terra. O Conselho de Fazenda é de parecer que estas sejam reduzidas para 6 e, afinal, sòmente lhe reconhecem a miséria de 2. Isso, a despeito da informação de Alexandre de Moura, de que "a terra não é toda fértil nem boa para canas de açúcar e há lugares muito pobres de madeiras, que são toda a sustância dos engenhos", e de que "se fora semelhante a outras do Brasil menos de uma légua lhe bastava" (Informação datada de Setúbal, 15 de janeiro de 1621).

Marcam-lhe o ordenado anual de 400 cruzados (Alvará de 16 de julho de 1621), "que começará a receber do dia que dela (Capitania) tomar posse", "sem outra mercê alguma por provisão de fora, senão o dito ordenado sòmente".

Tudo restrição, minoração de quem regateia vintém por vintém, quando podia dar muito mais.

Se muito, dispensam-no de ir à Bahia prestar o juramento do cargo, atendendo-se às razões que expôs, mostrando quanto a viagem lhe seria sacrifício ingente, de incômodos e despesas. A apostila da dispensa, escrita no verso da Carta Patente de designação, tem a data de 6 de dezembro de 1619. E lhe ordenam a entrega de paramentos e objetos para a igrejinha de N. S. do Amparo — "Diz Martim Soares Moreno que a povoação que vai fazer a Ceará por mandado de V. Majestade está muito falta de todos os ornamentos para se poderem celebrar os ofícios divinos e visto ser matéria de tão grande importância, e outrossim se dá muito exemplo àqueles índios que estão remotos na fé do Evangelho. P. a V. Majestade lhe faça mercê mandar uma vestimenta e frontal e capa de asperges e um cálice, um pálio e um retábulo de Nossa Senhora e uma imagem de S. Sebastião que é o orago daí e um sino e ferro de de hóstias e uma custódia, e sem estas coisas se viverá como os índios" (Petição de julho de 162(), com parecer do Conselho de Fazenda, de 22 de agôsto seguinte).

Após tantas protelações, enervantes e angustiosas, pisa outra vez a terra do Ceará, da qual estivera separado desde 1613. Aportou na barra dominada, só visual ou ingênuamente dominada pelo fortim de S. Sebastião, no dia 23 de setembro de 1621. Oito anos de inquietações para ele e de triste desmantelo para o que deixara, haviam passado.

Dá notícia, ao Rei, de suas decepções em carta de 1 de novembro. Bem recebido pelos índios vizinhos, que achou "muito trabalhados com guerras" sofridas por outras tribos. A terra, "falta de mantimentos causados de falta de ferramentas". O forte, tudo muito desacomodado, "porque não há mais que uma estacada de varas que estão caindo com umas cabanas de palha, sem donde pudesse recolher uma pequena de pólvora".

Urgia — salienta — lhe enviassem, quanto antes, 50 soldados e fosse levantada a fortificação que os Senhores do Conselho de Fazenda e do Estado assentaram, e "com cuja palavra me vim meter neste deserto". "E se V. Majestade é servido que ela se povoe e vá adiante sirva-se de a mandar fortificar mandando-lhe meter alguma artilharia e pelo menos os 50 soldados que estavam determinados darem-se, porque

os índios naturais são muito mal acostumados e intentam todo dia mil traições e os de guerra com assaltos têm enfadado 20 vinte portugueses que aqui achei". Elogia a terra, dizendo que as canas de açúcar se dão espantosamente. Muita caça, muito peixe, "tanto que não tem meio. A terra promete muito metal e respeito das muitas serras e grandes que nela há".

Ia ter princípio a série de desgostos do Capitão-mor, por um decênio de "falto de tudo'. Clamaria, em vão, do alto das dunas desinquietas e nuas da barra em soreamento franco, dificultando o porto.

Já em março de 1622 passara por aí Antônio Muniz Barreiros, Capitão da conquista do Maranhão, e viu Soares Moreno "com alguns soldados muito falto do necessário, a que se deve acodir por ser praça de importância". (10)

Mais tarde, criado o Estado do Maranhão, vem como seu primeiro Governador Francisco Coelho de Carvalho e, no Ceará, tomou posse do cargo (agosto de 1626), verificando achar-se o forte em ruínas, e quase o reedificou. É de uma carta dele, de 6 de fevereiro de 1627: "Passei pela Capitania de Ceará aonde achei Martim Soares Moreno por Capitão daquele presídio em um forte tão fraco e desbaratado que me foi necessário fazê-lo de novo e guarnecê-lo com quatro peças de artilharia, por não ter mais que uma, e com alguns soldados, pólvora e munições das poucas que levava. E mandei quietar o gentio que ali assiste em uma aldeia, por o achar descomposto e alvoroçado com as novas do levantamento que se tinha oferecido no Brasil na ocasião da tomada da Bahia". E sugeria: "...havendo o governo do Maranhão de se continuar, convém que naquele porto haja presídio que se deve melhorar de sítio, para um outro pouco distante, mais eminente e de melhores comodidades para qualquer povoação, se se fizer..." Nunca se faria.

No ano posterior, em carta de 17 de outubro, Martim reclamava: "O ano passado escrevi a V. Majestade duas vêzes, em razão do que me ordenou por carta sua; e avisava de tôdas as particularidades desta Capitania e faltas dela, e agora o torno a fazer das mais importantes, para que a V. Majestade lhe sejam notórias as cousas desta praça, que totalmente está a risco de se perder, porque os Governadores do Estado do Brasil não sòmente não querem dar cumprimento às Provisões Reais, mandando gente e soldados, de que V. Majestade man-

(10) Documentos, v. 1, p. 300.

da prover êste presídio, mas ainda negam os pagamentos aos poucos, com que com trabalhos sustento esta Capitania há tantos anos. Quatro há que nos faltam os pagamentos, com que os pobres (soldados) andam todos despidos e doentes e tão desesperados que cada hora receio um motim".

E continua: "... os que comigo assistem até agora, já desesperados, me fizeram petição, pedindo-me lhe mandassem remedear tanta miséria, como tudo consta do Auto que com esta mando. Uma das pessoas que nestes trabalhos, com notável ânimo e esforço me tem ajudado a sustentar esta Capitania é Domingos da Veiga, que nela tem feito muitos e grandes serviços e é merecedor que V. Majestade lhe faça muita honra e mercê. Sobre as misérias em que estou, mandei o Alferes Jerônimo da Veiga à Bahia pedir ao Governador Diogo Luís de Oliveira me socoresse; "remeteu-se a que tinha avisado a V. Majestade sobre esta Capitania ser de seu distrito ou do Maranhão; e agora, vendo que não tenho outro remédio, envio dito Alferes a esse Reino avisar a V. Majestade e a manifestar-lhe o aperto em que estou e procurar o socorro, com a brevidade possível". (11)

Foi ao extremo de lembrar, sem proveito, o pagamento não em Pernambuco, mas na Provedoria da Ilha 3.ª, enviando-se, para isso, todos os anos, uma caravela ou patacho, que poderia ir carregado de coisas da terra e de açúcar e tabaco embarcados do Maranhão. (12)

A subordinação do Ceará ao Estado do Maranhão concorria para aumentar os **apertos** de Soares Moreno, que fortemente expunha a inconveniência, absoluto conhecedor que era das condições da navegação marítima.

Em maio de 1628 o Conselho de Fazenda ordenara ao Provedor da Fazenda de Pernambuco fizesse a paga dos ordenados e soldos vencidos do Capitão-mor e seus soldados do presídio cearense, devendo dali por diante assim proceder-se pontualmente. (13)

Rolaria, assim, de dores em dores, o intrépido e desventuroso dirigente da desventurosa Capitania, cada vez mais açoitada do desprezo oficial. Só intrepidez tamanha conseguiria preservar a pequena praça da barra do Ceará, espremida entre o sertão infestado de gentios inimigos e o mar de piratas audaciosos, que o Capitão enxotava "o melhor que posso

(11) Documentos, v. 2, p. 221.

(12) Idem, v. 2, p. 253

(13) Idem, v. 2, p. 220.

com quatro soldados que tenho e com os índios que me ajudam com muita fidelidade" — no seu dizer, tal qual.

Até que em 1631, em janeiro, surge na risca do Atlântico a embarcação de socorro, trazendo o grande alívio do Capitão-mor — o sobrinho Domingos da Veiga Cabral, seu substituto no comando da Capitania. Havia sido nomeado este pela Carta Régia de 15 de novembro antecedente, com o soldo de doze mil réis por mês, pagos "na parte e maneira que se paga a Martim Soares Moreno, Capitão do Ceará".

Terminava literalmente a missão de Martim no Ceará, indo-se duma vez por todas da terra a que dera o máximo dos seus méritos de combatente intimorato. Seguiu para Pernambuco a combater os holandeses. Ali prosseguería nas suas coragens, servindo ao seu Rei e destacando-se ainda mais na inglória carreira das armas, que tantas glórias tem trazido aos povos.

Em 1648, com o organismo em desgaste de quantas batalhas e sofrimentos, retirou-se definitivamente do Brasil, indo morrer no seu país de Portugal. De como se portou e que alta cuminância atingiu na reação aos flamengos bem o mostra Carlos Studart Filho, em capítulo substancioso do seu **Estudos de História Seiscentista** (14) de leitura mais que interessante O ilustre e culto historiador cearense reivindica para Martim a qualidade de Condutor da Restauração Pernambucana.

O Barão de Studart, seu incondicional admirador, não viu com bons olhos o afastamento de Moreno antes de terminada a guerra contra os holandeses: "Ou porque tivesse negócios na Côrte, como quer Galânti, ou porque as fadigas das guerras o trouxeram alquebrado, ou porque repugnasse ao seu caráter de soldado essa hipocrisia das autoridades superiores, que estavam a fomentar e atiçar a reação pernambucana e ao mesmo tempo a renegá-la perante o inimigo e diante das Cortes Européias, o fato é que Martim Soares abandonou o campo de ação antes de finalizada a luta".

E acrescenta, algo decepcionado: "A imparcialidade, virtude muito para se impor e apreciar em assuntos de história, reclama que eu diga que sua retirada da campanha holandesa em demanda da Bahia não pode merecer os elogios e os aplausos dos brasileiros, máxime se se atender ao momento em que ela se deu". (15)

Sem prova cabal dos motivos do afastamento, pelo menos

---

(14) Fortaleza, Tip. Minerva, 1959, ps. 58-77.

(15) Rev. Instituto do Ceará, v. 17, p. 212.

uma conclusão se impõe: a de que não o fez por desprezo à causa ou por tibieza ou covardia. A sua existência de homem afeito aos combates e a sua bravura nunca um só instante desmentida autorizam essa conclusão.

A narração, conquanto simples, dos fatos que enredam a vida Soares Moreno oferece, robusta, a convicção do seu valor guerreiro e da sua excepcional audácia nos recontros com a adversidade, características dos embates assolantes do homem branco alienígena contra o desapercebido gentio americano, autóctone, senhor milenar das suas selvas invadidas destruidoramente para o fim imperioso da construção civilizadora.

Ninguém a ele excedeu de valentia e arroubos pioneiros na desbravação difícil e cruel, enfrentando o silvícola incontável e sempre hostil e metendo-se em brigas de sangue e ódio estúpido com gente de sua tez européia, rival no desejo e ambição de possuir o Continente de Colombo.

Se não foi o primeiro na conquista do Ceará, a ele tocou o merecimento, a consagração de haver aqui plantado marco mais ostensivo da dominação lusitana. Antes dos seus, deixaram pegadas no solo cearense os sapatões de Coelho de Sousa e as chinelas dos padres da Companhia de Jesus, mas, como afirma Capistrano de Abreu, "nem a expedição numerosa, aparelhada para a guerra, de Pero Coelho, nem a missão pacífica dos jesuítas adiantara um passo à questão do avanço para a costa Leste-Oeste, destinada talvez a adiamento indefinido, se não interviesse Martim Soares Moreno". (16)

Não se pode omitir, infelizmente, que o efêmero marco de Soares Moreno acabou desfeito completamente, malograda, como as anteriores, a sua jornada da barra do Ceará, caído o seu reduto em destroço pela incúria ou insuficiência da Coroa, arrebatado aos portugueses pelos flamengos em 1637 e, por fim, já em mãos destes, brutalmente arrasado pela indiada impulsiva (1644). "O fortim de Pero Coelho de Sousa em 1603, a aldeia de S. Lourenço do Padre Luís Figueira em 1608, o forte S. Sebastião de Martim Soares Moreno em 1612, **encerram o ciclo histórico em 1644,** topográfica e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duna Marajaitiba, com o Schoonenborch em 1649. Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável a uma unidade histórica" (Câmara Cascudo).

Concorda Carlos Studart Filho: "Depois do Saque, o fortim

(16) Capítulos de História Colonial, 3.ª ed. da Soc. Cap. de Abreu, Rio, F. Briguiet, 1934, p. 68.

ficou desmantelado e em completo estado de abandono. Terminara a sua existência histórica". (**Páginas da História e Pré-História.** Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966, p. 182).

No sentido de obra material, pôde realizar muito pouco, não legando à posteridade sequer um engenho de açúcar, uma casa de pedra ao menos, um edifício duradouro, pequeno que fosse. Com a destruição do fortim, ficou aquela barra despovoada, esquecida, incapaz de qualquer expressão de vida e de alento colonizador.

O Barão de Studart, como que tentando um balanço das realizações de Moreno, dá-nos esta resenha: "O governo de Martim Soares no Ceará estendeu-se apesar de todos os tropeços até 1631, quando partiu para Pernambuco a reunir-se a Matias de Albuquerque de acordo com as ordens emanadas da Metrópole. Nesse largo período assinalou-se por feitos de alta importância, não sendo dos de menor valia a entrada para o prêmio cristão a 20 de janeiro de 1622 do chefe indígena e seu grande amigo Jacaúna graças às suas instâncias e exortações; a derrota, que inflingiu aos corsários holandeses e franceses, que assaltaram o Ceará em 1624 e 1625; suas pesquisas na serra de Itarema à cata de prata, pesquisas renovadas em 1649 por Matias Beck, o fundador do forte Schoonenborch; sua questões com os governadores do Estado do Brasil sobre o número de praças da guarnição que nunca eram as 50 marcadas pelas Provisões Régias, e sobre os soldos que ficavam por pagar-lhe e aos soldados por 3 e mais anos, o que obrigava a muitos a desertarem, chegando tão lamentável estado de coisas ao ponto do Vedor da Fazenda Luís da Silva impor ao Provedor de Pernambuco medidas urgentes neste sentido, medidas que, aliás, se protraíam tanto que foi preciso mandar do presídio à Bahia e depois ao Reino o alferes Jerônimo da Veiga a expor o aperto em que estavam e a procurar o socorro de que careciam; os esforços que empregou para desligar o Ceará do governo do Maranhão e uni-lo ao do Brasil; os auxílios que prestou a frei Cristóvão Severim e à sua comitiva". (17)

Estamos, bem se sente, diante de um balanço pobre, melancólico, visivelmente generoso, com a enumeração de fatos corriqueiros, que nada reforçam a administração de Martim.

O batismo de um morubixaba, pesquisa de minas, reclamações de pagamentos em mora, bom tratamento a padres visitantes...

---

(17) Rev. Instituto Ceará, v. 17, p. 212.

Na realidade, não lhe era possível senão sustentar o reduto mofino e viver com os seus homens de guarnição uma existência indigente, num primarismo que faz pena. Nada, a rigor, objetivamente conseguiu deixar que servisse de base ou alicerce, naquela barra de desilusões, a um eloqüênte e mais positivo vestígio ou precipitado da geografia humana. Riscou, apenas, a paisagem; não a sulcou de modo a medrar qualquer modesta planta que se transformasse em sinal palpável, frondoso, de sua tentativa vontadosa.

Seu grande feito — tem-se que convir — reside no que praticou durante os três decênios vividos ao contacto do Ceará, em o terreno político da conquista do Maranhão, na qual o seu castelo representou papel de apreciável interferência. Nisso firma-se a sua reputação e o seu louvor, e a circunstância de agüentar-se mais tempo que Pedro Coelho e os Jesuitas Pinto e Figueira, teve o dom de justificar que não a esses, senão a ele, se desse o título de Fundador do Ceará.

Apresenta-se-nos a sua personalidade forte como simbolização amorável do nosso nascimento histórico, criado o cearense desde o berço nos fustigamentos da sua geofísica, que ainda nos é ingrata como fora ao jovem português e aos que o antecederam nas investidas do povoamento. Nas veias do "Guerreiro Branco", como nas de Pero Coelho e da admirável esposa D. Tomásia, e nas dos jesuítas missionários fervia o impetuoso sangue do minúsculo Portugal a vir derramar-se, verter-se em jorros irrepremíveis no trabalho gulliveresco de vencer o novo e o imenso chão da Sul América.

Pero Coelho teve que fazer de madeira tosca a cruz enfiada na cova rasa do filho mais velho, nas praias do Jaguaribe, assim como Luís Figueira a do irmão de fé, na Ibiapaba altaneira.

Martim Soares, alma solitária, sem outro afeto que o ficto e romântico da virgem Iracema, deixaria na barra do Ceará a cruz de uma dorida lembrança, a cruz da saudade paternal de Jacaúna, o homem bronco de coração cândido, que generosamente começou a fazê-lo herói.

O sangue, o suor e as lágrimas do índio teriam sido o material com que mais contou o luso para a sua vitória da Nova Terra. (Transcrição do Capítulo da autoria do Autor, em **Três Documentos do Ceará Colonial**, 1967).

IV

Por fim, a desgraça do flamengo Morris Jonge já senhor do forte São Sebastião, que os flamengos tomaram facilmente aos lusos, em 1637. Comandava-os o capitão Joris Garstsman,

em número de 400 atacantes. Toda a guarnição foi aprisionada: 35 soldados, 50 índios e 18 prisioneiros não especificados e mandada para o Recife. Primeiro, ficou responsável pelo forte o tenente van Ham, que, de imediato, foi substituido "pela personalidade forte a ativa de Gedeon Morris de Jonge, uma das figuras mais admiráveis da aventura holandesa no Brasil". O fim maior da expedição era a exploração do sal. "Não vale a pena manter uma guarnição no Ceará se abaixo dela não se encontrassem salinas" — assim escrevia o próprio Conselho Supremo da Companhia das Indias Ocidentais. Com Gedeon, o sal é intensamente explorado do Camocim à região de Areia Branca. E fizera mais: "Repara e amplia o forte, melhora o material de navegação, planta cana, fumo, mandioca. Explora o comércio do pau-violeta e é um otimista quanto às possibilidades da terra — salienta José Aurelio Câmara. (18)

"Mas os índios que convidaram os holandeses para aquela aventura no Ceará seriam, também, o instrumento da sua destruição. O tratamento desumano que lhes impunham os flamengos, as perseguições, a exploração excessiva do trabalho, a falta de pagamento, contrariamente à racional política de apaguamento preconizada pela direção da Companhia no Recife, acabaram por instigar os indígenas contra seus aliados de ontem. Em princípios de 1644 assaltaram a guarnição flamenga em seu reduto, massacraram-na totalmente e, pela pilhagem e pelo incêndio, destruiram o que representava a presença dos holandeses na capitania. Entre os mortos, o insubstituível Morris Jonge! (idem).

Iriam passar-se cinco anos livre a indiada de portugueses e flamengos. A barra do Ceará maldita nunca mais os teria por lá, e do forte de São Sebastião só alguns inexpressivos vestígios.

---

(18) **Três Documentos do Ceará Colonial**, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1967, p. 209.

A OCUPAÇÃO HOLANDESA

Malograda na Bahia, fixa-se em Pernambuco a ocupação flamenga, dentro da lógica do determinismo econômico dos engenhos.

Essa ocupação nunca tem limites certos, nem é tranquila. Mas agüenta-se e vai atingir uma esplendência, numa curva que tem o ápice no octênio de Maurício de Nassau e declina com a restauração portuguesa, até desaparecer, tendo como causa maior o poderio britânico de Cromwell sufocando o comércio da Holanda.

Sai desastradamente da trilha histórica aquele que, hoje, tão sabidos os fatos, ainda persistir em negar o verdadeiro caráter dessa ocupação, a blaterar contra os ocupantes como hereges, invasores, agressores, inimigos do Brasil.

Não havia Brasil e sim o açúcar, que nativos, portugueses e estrangeiros negociavam por todos os modos, lícitos ou não.

Aticamente, definiu Gilberto Freyre no seu Prefácio ao **Tempo dos Flamengos**, de José Antônio Gonsalves de Melo: "Foi durante esses vinte e quatro anos de dominação de grande parte da América portuguesa pelos holandeses, que se esboçou entre nós aquela "consciência da espécie" — no caso, a luso-brasileira — hoje confirmada em consciência nacional. O invasor despertou-a".

"Não há entre os insurgentes essa idéia nacional, tanto assim que os preocupa muito saber se o governo português está disposto a ajudá-los. Quando a guerra termina com a vitória dos pernambucanos, aí, sim, pode-se notar que ela irá influir na formação do espírito nacional" — acentuam José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, já citados, p. 306.

Barbosa Lima Sobrinho reputa absurdo atribuir-se a luta contra os flamengos à preocupação de assegurar a unidade da pátria brasileira. (19)

A posse política da região tinha que suceder-se à posse comercial, desgarantida através do mar. Era preciso organizar o patrimônio holandês neste trecho da colônia espanhola.

---

(19) O Centenário da Chegada de Nassau, Recife, 1936, p 53.

A Companhia das Índias Ocidentais, a essa altura, já necessitava de mais ação **oficial** para consolidar a posição em Pernambuco; quantias avultadas eram gastas no sufocar as guerrilhas inconvenientes e perturbadoras.

Daí, a solicitação do estabelecimento de um governo mais uno e de mais força, em vez do colegiado Conselho Supremo, Veio João Maurício, moço, valente, culto, forrado de admirável prudência e impressionante equilíbrio administrativo.

Chegou em 23 de janeiro de 1637, com o título de Governador, Capitão e Almirante General das conquistas do Brasil, e com um regimento de 99 artigos, marcando-lhe as atribuições.

E passou o Brasil conquistado a dever-lhe imensamente em muitos sentidos e aspectos.

A época do Brasil holandês foi realmente suntuosa, principalmente pelo exemplo de cultura liberal e de civilização que a nossa terra jamais conhecera — é expressiva síntese de João Ribeiro.

Por mais contrário que se seja à presença dos flamengos no território brasileiro, assim conduzido por superficialidade de exame ou por injustificáveis prejulgados, ninguém poderá ocultar as vantagens e lições desse período interessante e vivo da nossa história.

Às vezes a ortodoxia empoeira os olhos e se escreverá que homenagear Nassau, o **calvinista holandês,** é um ultrage não só à nossa cultura como a memória dos heróis, glórias militares do nosso País, — mas o conceito nada mais revela que o "preconcebido". Não se reverencia o homem pela sua qualidade **herética** e sim pela obra de espiritualidade e belezas materiais que ele deixou plantado na terra do Recife. A palavra **herege** não tem mais significação para a Inteligência na era que vivemos. É anacrônica, denuncia que não se quer abrir a janela da cabeça à luz sem dono, ampla, universal da ciência e da consciência humana.

O pensamento do mundo culto sobre as realizações de João Maurício no Brasil não suporta mais essas restrições unilaterais e o que o historiador quer saber é a que extensão e intensidade aquelas chegaram e que efeitos produziram.

Na justa sentença de Alfredo de Carvalho, "o domínio holandês no Brasil deixou profundos sulcos, perceptíveis ao mais negligente exame".

Gilberto Freyre, o mesmo mestre da sociologia, não se guarda de acrescentar que as marcas deixadas pela ocupação batava são daquelas que dificilmente desaparecem, não só do corpo como da consciência — e do inconsciente — de um povo.

Nabuco discursava no Parlamento: "O que a Holanda

trouxe para este norte do Império foram certos princípios generosos que comparei às luzes cambiantes de um farol alumiando os mares da América no século XVII: a liberdade do comércio e a liberdade de consciência".

"Foi também Nassau — conclui o notável sociólogo de Apipucos — quem se esmerou de criar no Brasil holandês um ambiente de tolerância religiosa escandalosamente novo para a América portuguesa e irritante para os próprios calvinistas do seu séquito. Nassau foi quem primeiro cuidou sistemàticamente de liberar a economia da área produtora do açúcar, da monocultura, para desenvolver entre nós a policultura".

Veja este chamado de Varnhagen: "Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título dêste trabalho, como escrevia um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós o mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé. Mas pode-se ter fé e patriotismo e ser-se justo com os próprios inimigos — ainda quando como tal considerássemos os que o eram da Colônia nossa pátria há mais de dois séculos; e se às vezes os designamos com esse nome, fazemo-lo, não por falta de indulgência, mas ùnicamente por imitar os que nos têm precedido, e para maior clareza e facilidade da narração'. (20)

Política, social, econômica, cultural e religiosamente, a administração do Conde refulge de adiantamentos e idéias que o Brasil português ignorava. "A aversão dos brasileiros foi desaparecendo e mudou-se afinal em agradecida simpatia".

É longa mas convém ficar aqui a título de ilustração esta passagem de João Ribeiro: "Também sorriu a liberdade para aqueles negros que, se abandonavam a resistência portuguesa, eram logo recebidos na Nova Holanda como homens livres. Na constituição semi-obscura das capitanias, brilhava Pernambuco como a primeira estrela.

Um dos cuidados do Príncipe foi embelezar a cidade, cuja população crescia já com rapidez, e mais ainda com a demolição de Olinda. Um artista da escola holandesa, Pieter Post, deu os planos dos novos trabalhos de Mauritzstadt (a cidade Maurícia). Criou-se o bairro na ilha de Antônio Vaz; aí plantaram centenas de palmeiras, laranjeiras e granadilhas, transportadas já adultas e em todo o viço, ao redor do novo e soberbo **Sans-souci** (Vrijburg), palácio esplêndido que Nassau construira às suas expensas e que custou seiscentos mil florins, com seus be-

(20) Os Holandeses no Brasil, ed. de 1943, S. Paulo, Edições Cultura, p. 22.

los torreões de vigia sobre o mar. Suntuosa ponte ligava as duas partes da cidade, e ainda outra foi lançada para o continente, onde levantou o seu palácio de verão, o **Schoozigt** (Boa Vista).

A essas grandezas suntuárias juntaram-se outras opulências da cultura; arte e letras floresceram sob o seu governo. "Uma multidão de artistas, diz De Crane, pintores, arquitetos, escultores e mecânicos haviam-no acompanhado ao Brasil ou para lá foram a chamado seu". Era seu médico o célebre naturalista de Leyde, Piso. Com a recomendação de João de Laet, veio outro naturalista, Marcgraf. Ambos estes sábios foram os primeiros que fizeram explorações científicas regulares da nossa natureza e tornaram conhecida **a terra da promissão** no dizer dos botânicos. Fez construir um observatório astronômico na ilha de Antônio Vaz. Frans Post, o pintor, decerto foi o primeiro cuja paleta traduziu a paisagem e o céu do Brasil.

Com igual fulgor brilhava o regime de liberdade que implantara. Pela primeira vez sob o nosso céu reúnem-se assembléias deliberativas, onde cidadãos eminentes têm a palavra e a iniciativa do conselho. Muitos dos brasileiros tomam nela parte conspícua.

A língua holandesa, como a nossa, torna-se então familiar e comum e era ouvida na cidade e nos campos. Casamentos não raros, apesar da diferença de religião, se faziam entre brasileiros e holandeses. E a concórdia parecia abençoar a união dos dois povos". (21)

"Em relação a Pernambuco — esclarece Temudo Lessa — há a notar que não foram poucas as benfeitorias por eles realizadas. Construíram os holandeses quatrocentos e sessenta casas (ao chegarem, Recife tinha 150), dois palácios, duas pontes, dezoito fortalezas, além de outras obras de engenharia, como o alteamento dos recifes do porto". (8)

Com a renúncia de Maurício e não só por ela, tudo isso vai modificar-se em busca do fim melancólico de 1654.

A reindependência de Portugal colocou esta nação em apuros em relação à Holanda, pois ambos eram adversários comuns da Espanha. Quis-se de todo modo, nas esferas diplomáticas, honrar a amizade luso-flamenga e deixar o Brasil holandês à Holanda, assim mesmo ou em troca de indenizações.

O maior advogado da solução é o Padre Antônio Vieira, com a descomunalidade do seu gênio e dialética, apontando no seu **Papel Forte** como causa da rebelião o fato de tentarem os seus

(21) **História do Brasil**, revista e completada por Joaquim Ribeiro. Curso Superior, Rio, Livraria Francisco Alves, p. 158.

promotores livrar-se das dívidas, às vezes sobremodo pesadas, que haviam contraído para com os holandeses, junto aos quais, inclusive João Vieira, viviam de cama e mesa.

Se não foi a causa, foi uma delas, entre as quais não pode deixar de ser mencionado o trabalho dos padres católicos, animados do combate anti-protestante. A despeito de certa liberdade dada ao culto católico, simples **permissão** para o exercício deste, melhor seria que a Igreja, livre, se desenvolvesse na preservação das suas ordens religiosas e na sua modalidade de pregação cristã. "Foi porém, no terreno religioso onde se azedaram terrivelmente as relações entre brasileiros e holandeses. As atividades dos padres e frades responsáveis pela incessante propaganda contra os invasores, encontravam correspondência nos seus interesses econômicos ou nos de suas ordens (religiosas) — observa criteriosamente Gonsalves de Melo. (Obracit, p. 281).

Acrescente-se a esses motivos o mal estar ou revolta dos que sofriam repressões dos ocupantes, bem como noutros, o progresso da cultura da cana-de-açúcar nas Antilhas holandesas, gerando certo descaso pela do Brasil.

Todavia, o fator mais ponderante na queda do império batavo na América foi a falta de meios em que se encontraram a Companhia das Índias e os Estados Gerais para auxiliar mais eficientemente a sua causa. À medida que venciam os ingleses de Cromwell, definhava a potência marítima da Holanda, incapacitada, assim, de destinar aos seus interesses no Brasil melhores cuidados e recursos.

A colônia holandesa não pôde resistir a todos esses ventos tão fortes e contrários, e veio a derrota, a capitulação de janeiro de 1654.

A capitulação foi assinada nesse dia, à noite, em forma e elegância militares, e compõem-se de 13 itens. A assinatura deu-se em duas tendas levantadas na campina chamada do Taborna, nome dum pescador ali residente. Por parte dos vitoriosos tomaram parte no documento o Auditor Geral Francisco Alves Moreira, o capitão secretário do exército Manuel Gonçalves Correia e o capitão reformado Afonso de Albuquerque; e, pelos holandeses, o conselheiro Gisbert de With, o presidente dos Escabinos e diretor das barcas **pichelingues** do porto, Huybrencht Brest e o capitão Van Loo. A eles se agregaram para tratar dos assuntos da milícia, por parte dos brasileiros, André Vidal e, pelos lfamengos, o tenente coronel van de Wall.

No 1.º item — e vale isto o maior e eloquente elogio — diz que o senhor mestre de campo general Francisco Barreto

dá por esquecida toda a guerra que se tem cometido por parte dos vassalos dos senhores Estados Gerais das Províncias e da Companhia Ocidental contra a Nação Portuguesa, ou seja por mar, ou seja por terra, a qual será tida, e esquecida, como se nunca houvera sido cometida". No 2.º, está escrito: "Concede-se a todos os sobreditos vassalos que estão debaixo da obediência dos Senhores Estados Gerais, e a todas as pessoas súditas aos ditos senhores, tudo o que for de seus bens móveis, que atualmente estivessem possuindo". Escreve-se no item 8.º: "Que o senhor mestre de campo general assistirá com o seu exército aonde melhor lhe parecer, mas fará que os vassalos dos senhores Estados Gerais não sejam molestados, nem avexados de nenhuma pessoa Portuguesa, antes serão tratados com muito respeito e cortesia; e de estar nesta terra, possam decidir os pleitos e questões que tiverem uns com os outros, diante de seus Ministros de Justiça".

E mais, no item 13: "E sobre todos esses capítulos, e condições acima contratados se obrigam os senhores do supremo Conselho residentes no Recife a entregar também logo à ordem do Senhor Mestre de Campo general, as Praças da ilha de Fernão de Noronha, Ceará, Rio Grande, Paraíba e ilha Itamaracá [...]; mas não levarão artilharia de bronze, e só lhes dará o senhor mestre de campo general a de ferro que bastar para a sua defensa". (22)

Ao Ceará foi por mar, com tropas, o capitão Álvaro de Azevedo Barreto, e aí tomou posse no dia 20 de maio. Levou consigo alguns mantimentos, por isso que a guarnição holandesa havia pouco antes de novo pedido lhes acudissem as vidas, porque se lhes retardassem pereceriam de fome.

Isso, mal disparara o último tiro da sangrenta campanha.

Será desnecessário repassar argumentos e fatos para mostrar que o ódio ao holandês é uma injúria à sã razão.

Gente que merece a admiração do mundo, pela sua história edificante e o poder de seus esforços culturais e econômicos, teve o seu apogeu, como o pequeno Portugal, na participação do movimento civilizador dos vários continentes, com as mesmas virtudes e os erros dos demais povos colonizadores.

A guerra contra Espanha garroteadora das suas liberdades levou os holandeses às atitudes de beligerantes e a beligerância cobriu a colônia hispânica da Sul América.

---

(22) O teor completo desse documento da capitulação pode ser lido em F. A. Varnhagen, **Os Holandeses no Brasil**, S. Paulo, Edições Cultura, 1943, ps. 306-312, e do mesmo autor, **História Geral do Brasil**, tomo 3.º, 3.ª ed. integral, S. Paulo, Comp. Melhoramentos, ps. 141-146.

Constituídos em nação, os flamengos tem-na sabido honrar no concerto das outras. Não são **hereges** ou réprobos, que o nosso patriotismo, desencavando divergências amareladas de séculos, por mais espicaçado que seja pelos pruridos proselitistas, possa repugnar.

Para o julgamento dos povos, não é considerado o indivíduo e sim o conjunto nacional. Pode haver holandeses maus, como quaisquer outros de outras nacionalidades, mas o holandês só tem merecido a simpatia mundial, pelo seu valor, sua tenacidade, sua produtividade, pelo luxo de sua cultura espiritual.

O holandês do século 17 é igual ao português, o inglês, o francês dêsse século. Cada qual estava cumprindo a sua missão, com todas as suas bravuras, as suas ambições, as suas oportunidades, as suas convicções, a sua fé, a idéia de que realizavam um ideal patriótico.

O SCHOONENBORCH

(A confusão dos velhos historiadores e a divulgação do Diário de Matias Beck)

I

Em 1649, construíram os flamengos no Ceará, à foz do rio Pajeú, o forte que denominaram Schoonenborch, em homenagem a Walter van Schoonenborch, presidente da Junta de Governo depois da retirada do Conde de Nassau.

Entre os primeiros historiadores cearenses é grande a confusão acerca da existência desse forte e de sua localização.

Pedro Théberge, que escreveu em 1862 o livro pioneiro — **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará** (23), cheio de erros e omissões exculpáveis, pela falta de melhores fontes, nenhuma referência a ele faz, pois limita as suas narrações, neste ponto, ao trucidamento dos holandeses pelos índios em 1644, quando já senhores do "São Sebastião", da barra do rio Ceará. E para evidência do seu desconhecimento basta transpaginar estas suas palavras: "Não obstante a sua expulsão (o trucidamento) os holandeses continuaram a exercer uma grande influência no Ceará, assim como se colige da seguinte citação do Padre Vieira" (Repete as palavras de Vieira e continua conjecturalmente). "Se os holandeses se comprometiam a entregar a praça do Ceará é porque ainda estavam de posse dela e se se compromete o Brasil a mandar uma nau buscar moradores e soldados holandeses do Ceará, é porque ainda lá se encontravam". (24)

Da mesma época a **História da Província do Ceará. Desde os tempos primitivos até 1850,** da autoria do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, e não há igualmente referência deste autor ao referido forte. Fica na "expulsão dos Holandeses do presídio do Ceará, que foi como um sinal precursor dessa guer-

(23) Editado pelo filho, Dr. Henrique Théberge, saída a 1.ª Parte em 1869, Fortaleza, Tip. Brasileira, a 2.ª em 1875 (idem) e 3.ª em 1895, Tip. Studart

(24) Esbôço cit. p. 47.

ra memorável de que resultou o libertamento do Brasil setentrional, do domínio batavo". (25)

Ainda publicado nessa referida década, há o livro — **Ensaio Estatístico da Província do Ceará,** do Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Sousa Brasil, pai), saído em 1863 e 1864 (2 vols.), Fortaleza, Tip. Brasileira, o qual também desconhece a existência da fortificação holandesa do Pajeú. No "Resumo Cronológico da História do Ceará", que inclui no fim do 2.º vol., anota, em 1644, que "os Holandeses são compelidos a deixar o Ceará pelos próprios índios, que se sublevam", (26) e desta indicação passa para 1680, sem nada dizer quanto ao castelo flamengo.

E daí supor e ter afirmado: "**Cidade de Fortaleza** — O antigo presídio fundado em 1611 por Martim Soares Moreno na Barra do Ceará passou depois para o lugar onde assentou o forte da Assunção, que deu o nome ao povoado". Nenhum esclarecimento sobre quem passou ou como passou o fortim de Moreno para o local do forte Assunção. (27) Neste aludido "Resumo" escreveu também, inacreditàvelmente: "1611 — Martim Soares Moreno um dos companheiros de Coelho, Capitão-mor nomeado pelo Governador D. Diogo de Meneses, para colonizar o Ceará, chega às suas plagas com dous **(sic)** soldados e um capelão, e sob a proteção de Jacaúna, chefe da aldeia de Parangaba **(sic),** funda a capela e o fortim de N. S. do Amparo **no sítito em que existe hoje a cidade de FORTALEZA"!**

Esses três autores, portanto, não podem ser invocados para nada, relativamente ao Schoonenborch.

Anos depois, em 1886, publica o Senador Catunda (Joaquim Catunda) os seus **Estudos de História do Ceará.** (28) Refere-se ao questionado forte, porém da maneira mais baralhada e inexata: "No Ceará reconstruiram (os holandeses) o forte São Tiago, deram-lhe forma e o denominaram Schoonenborch; montava 11 peças de ferro"!

São Tiago foi o presídio levantado, pelo primeiro colonizador cearense Pero Coelho de Sousa, no mesmo local em que Soares Moreno posteriormente, construiu o seu (S. Sebastião)

---

(25) 1.ª Edição publicada no Recife, impressa nas oficinas do Jornal do Recife, 1867; 2.ª Edição dirigida por José Aurélio Câmara — Coleção História e Cultura, v. 1.º, Fortaleza, Tip. Minerva, 1958. Ver nota n. 64 desta edição.

(26) p. 260.

(27) pg. 22.

(28) Fortaleza, Tip. do "Libertador", 1886; 2.ª ed., dirigida por Gilberto Câmara, Fortaleza, Tipografia Gadelha, 1919.

na barra do Ceará. Segundo Catunda os flamengos (ao tomarem-no, em 1637) o reconstruiram e lhe deram a denominação de Schoonenborch. Cita Varnhagen, do qual tira a informação de que o forte reconstruído era de modestas dimensões, algumas cabanas com quintais e um pequeno riacho. Pela citação a Varnhagen se vê que a indicação é ligada ao forte da barra do Ceará.

Mais adiante, acrescenta, confirmando a sua inciência sobre o verdadeiro lugar do Schoonenborch; "Daí, animado do sucesso, se dirigiram (os índios) a Schonenborch, **às margens do Ceará, então denominado Marajaitiba"**, etc.

Está à mostra o engano: o Schoonenborch jamais teve nas margens do rio Ceará e muito menos este rio foi chamado Marajaitiba!

O lapso de Catunda tem origem no asserto do historiador maranhense Cândido Mendes, autor de **Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão,** introdução, p. 14, nota 2, op. 476, n. 1, que, longe da verdade, havia negado a existência do Schoonenborch, na embocadura do Pajeú!

Em erro idêntico incorreu Paulino Nogueira: "Os Holandeses mantiveram-no (o "S. Sebastião", de Soares Moreno), **conquistando-o por duas vezes;** mas projetando edificar uma fortaleza de cinco pontas (Schoonenborch) no mesmo local, **não puderam levá-la a efeito".** E aduz: "Ainda residiram por muito tempo aí, onde se conservam antigos vestígios de suas fortificações. Só depois que os primitivos moradores viram obstruída a Barra e reconheceram que o local não era sadio, foi que se passaram para o sítio onde já a esse tempo estava fundado o forte de N. S. da Assunção, hoje fortaleza desse nome; sendo tradição corrente que os índios trouxeram às costas, da barra do rio Ceará para a nova aldeia, o seu pelourinho". (29) Esta mudança do pelourinho somente se deu em 1706!

E adianta, mais embaraçadamente ainda: "Este novo forte foi mandado construir, em 1660, por D. Pedro de Melo, Governador do Maranhão, a que então pertencia o Ceará, o qual foi melhorado por Provisão de 24 de setembro de 1745. (30)

Absurdo histórico por cima de absurdo: colocar o Schoonenborch na barra do Ceará; dizer que os holandeses conquistaram duas vezes o S. Sebastião de Martim Soares; aceitar a

(29) Fortaleza do Ceará (Fortificação), na Rev. do Instituto do Ceará, vol. 2, p 221.

(30) Idem, p. 122.

tradição de que os índios, nesse tempo, trouxeram de lá para a nova aldeia (Pajeú) o pelourinho; e, por fim, dizer que os antigos moradores do Ceará, por não reputarem o lugar sadio e estar soterrada a barra, passaram-se para o forte N. S. da Assunção, que teria sido levantado sòmente em 1660!

De qualquer modo, é claro que Paulino Nogueira se recusa a aceitar tenha havido o Schoonenborch sôbre o morro Marajaitiba, no Pajeú, pois noutro estudo, no seu **Vocabulário Indígena,** (31) ao desenvolver o verbete **Marajaitiba,** registra, citando Varnhagen: **"Marajaitiba, na ribeira do Rio Ceará,** em cuja margem esquerda **(sic)** os holandeses fundaram o forte de cinco pontas, chamado Schoonenburch"; e, citando igualmente J. Brígido: "É o riacho Pajeú, antigo Ipojuca ou Telha, que atravessa a capital", logo faz a ressalva: "Inclino-me à opinião de Cândido Mendes, **Memórias** cit., Introd. p. 71, que pensa que o rio em que os holandeses **projetaram** estabelecer esse Forte não é a pequena ribeira do Ceará, mas outro rio mais ao sul, talvez o Jaguaribe, em cuja foz também os portugueses tiveram um forte chamado "São Lourenço"!

Empresta à palavra Marajaitiba a interpretação errônea de "Rio das Onças" (na verdade parece significar morro ou abundância de palmeiras) e conclui: "Ora, basta a significação da palavra, para mostrar a improcedência de Varnhagen e J. Brígido, pois sem um monumento literário de mor valia não é crível que se desse esse nome à ribeira do Ceará ou do Pajeú, que não consta que em tempo algum fossem freqüentados de onças e, portanto, pudesse merecer semelhante nome".

Quando trata do verbete **Pajeú,** "riacho que atravessa a Capital, despejando para o mar", silencia de todo a respeito da localização, aí, do Schoonenborch.

Conseqüentemente, como Théberge, Tristão e Pompeu, não podem Catunda e Paulino Nogueira ser chamados a decidir sobre o forte dos holandeses.

João Brígido, que, contemporaneamente a Nogueira e Catunda, publicou em 1887 o **Resumo Cronológico para a História do Ceará"** (32), dá melhor conta do Schoonenborch: "1649 — Matias Beck desembarca na baía de Mucuripe, funda o forte de Schoonenborch, entra em relação com os índios e dá começo aos trabalhos da exploração do monte Itarema, ligado a Maranguape, supondo ter encontrado ali as minas de prata que,

(31) Rev. Inst. Ceará, vo. 1.º, p. 345.

(32) Paris, Guillard, Aillaud & Cia.

segundo a tradição, já haviam sido descobertas por Moreno. Foi surpreendido nestes trabalhos pela Capitulação do Recife". (33) E mais à frente: "1654 — Posse do capitão Álvaro de Azevedo Barreto, nomeado comandante do forte do Ceará pelo Governo de Pernambuco, em seguida à capitulação. Garstman, a quem ele, sucedeu, retirou-se para Martinica, onde fa.eceu. Da presença deste chefe holandês no Ceará se depreende que foi êle quem o conquistou, depois de 1644. Deve ter vindo com Matias Beck, ou sucedido a este no governo do forte que ele fundara". (34)

E conclui: "Diz Barleus que era à margem esquerda do rio Ceará, (35) a fortaleza que os holandeses edificaram com o nome de Schoonenborch.

Este nome deve vir do governador, assim chamado, que sucedeu a Maurício. Os vestígios, porém, do estabelecimento português se encontram na margem oposta. Projetaram os holandeses também fazer uma outra de cinco pontas mais ao sul, no rio Marajaitiba, que Cândido Mendes a princípio acreditou ser o mesmo rio Ceará e depois o Jaguaribe; mas não passa do riacho Pajeú que desemboca pelo meio da cidade atual, primitivamente conhecida pelo nome de Ipojuca, mais tarde pelo nome de Telha.

À direita e à esquerda deste riacho, começou a edificação da cidade, e fixaram-se os índios, quando deixaram Vila Velha (barra do Ceará), sendo que se estendiam até o lugar Aldeota, onde era o foco da população indígena.

O riacho Pajeú formava, na sua barra, uma gamboa, pela qual entravam as embarcações miúdas, dando desembarque à L. da Fortaleza atual, no espaço agora ocupado pela casa de banhos da Municipalidade".

O **Resumo** de Brígido, muito melhorado, teve nova divulgação através da Rev. Inst. do Ceará, vol. 14, com o título — **Efemérides do Ceará,** e o registo relativo ao ano de 1649 diz mais claramente: "Matias Beck, com novas forças navais, ocupou o Ceará. Ancorando na baía de Mucuripe, mas não podendo dar desembarque aí, tentou fazê-lo frente à cidade atual. Fronteiro à embocadura do regato Marajá-i-tiba, ora Pajeú, e

---

(33) p. 20.

(34) Ver-se-á mais adiante, que o major Garstman chegou depois de Matias Beck, vindo comandar a milícia da expedição.

(35) Nenhuma dúvida há quanto ao fato de ter o nome de N. S. da Assunção substituído o de Schoonenborch. A documentação neste sentido é cerrada.

sobre a colina Marajá-ig, onde ora está o quartel de 1.ª linha, construiu o forte de Schoonenborch, assim chamado do nome do então governador holandês de Pernambuco. Fazendo amizade com os índios, começou a explorar no monte Itarema (Taquara) a mina de prata, que era tradição ter Martim Soares descoberto.

Foi surpreendido nestes trabalhos pela capitulação do Recife, que determinou a perda para os holandeses de todos os seus domínios no Brasil. Foi no mesmo local do Schoonenborch que os portugueses erigiram a fortificação denominada N. S. da Assunção. (36)

Tais **Efemérides** evolveram para **Datas Históricas do Ceará,** as quais constituem a parte XIX do seu tão conhecido **Ceará, Homens e Fatos,** editado em 1919, no Rio de Janeiro, pela Tip. Bernard Frères; o que estava escrito naquelas foi reproduzido neste.

Mas neste mesmo **Ceará, Homens e Fatos** há outras alusões ao Schoonenborch: "Foi em 1649, que se fez a primeira fortificação à margem do Pajeú, onde os conquistadores começaram a povoação que **deu origem à Fortaleza.** Matias Beck, seu comandante, empreendeu extrair prata em Taquara, então Itarema. Foi após a expulsão derradeira dos holandeses, que seus êmulos fizeram a fortaleza de N. Senhora da Assunção **no mesmo local daquela,** sem embargo de manterem muito tempo o seu estabelecimento na Barra do Ceará". (37)

"As descobertas realizadas nos arquivos da Holanda pelo Dr. José Hígino Duarte Pereira, em comissão do Instituto Histórico de Pernambuco — prossegue Brígido — **abriram uma nova era** para os estudos da história antiga do norte do Brasil. [...] Basta só a planta levantada em 1649, pela expedição de Matias Beck, para lançar uma grande luz sobre essas idades.

Deste importante documento, achado nos arquivos da Holanda, o Sr. Hígino nos concedeu uma cópia que se conhece no Ceará e que vai sendo reproduzida pelos que têm paixão por estes assuntos. [...] Expelidos dali em 1644, os invasores holandeses voltaram ao Ceará, no governo de Schoonenborch,

---

(36) P. 71.

(37) P. 16. Nesta última parte, como se verá, enganou-se Brígido. Depois do desmantelamento do S Sebastião pelos índios, em 1644, o antigo estabelecimento ou forte português ficou inteiramente sem função: "Terminou a sua existência histórica", como escreveram Carlos Studart Filho e Câmara Cascudo. O que ali permaneceu foi a aldeia dos indígenas.

de sorte que em 1649 era fundado por Matias Beck o forte do nome deste governador, o qual vem traçado na planta ora oferecida pelo Dr. Hígino ao público brasileiro. Este segundo estabelecimento foi **precisamente no lugar em que,** após a capitulação do Recife, os portugueses fundaram a fortaleza de N. S. da Assunção". (38)

"Em 1644, os índios se rebelaram contra o governador holandês, (39) Gedeão Morritz, e se puseram às ordens de Antônio Teixeira de Melo, o libertador do Maranhão. Mais logo, em 1649, Matias Beck, vindo do Recife, com forças navais holandesas, fundeou em Mucuripe, e seguindo cerca de três milhas para o norte, veio ocupar a colina de Marajaik, em frente à embocadura do regato Marajaitiba (Pajeú). Aí fundou o forte de Schoonenborch, do nome do governador de Pernambuco a esse tempo.

Esse forte de 5 pontas foi, ao que parece, exatamente no lugar em que está agora o quartel de 1.ª linha.

Marajaitiba é o nome do regato e do monte fronteiro, no qual se fez a fortificação; mas noutra parte da carta holandesa relativa, descoberta por J. Higino, chama-se este — Marajaik (Maraja-ig).

"Maraja" palmeira, "i" pequena, "tiba" sítio com abundância de... Quer dizer que os dous outeiros, entre os quais corria o riacho, ora Pajeú, eram semeados de catolèzeiros, a pequena palmeira deste clima. A palavra "Maraja-ig" traduz-se "maraja = palmeira, ig = água; logo = Riacho das Palmeiras.

Que havia catolé nesses serros, está provado pelo que se encontra noutros, que não passaram pela mesma devastação. À margem direita do Marajaitiba, melhormente Marajaig, quase em frente à fortificação, estava um arraial de índios, ao tempo em que aportava Matias Beck.

Quando os portugueses, em maio de 1654, restauraram o seu domínio no Ceará, deixaram-se ficar em Marajaitiba, se bem que o arraial fundado na barra do Ceará continuasse por algum tempo. A febre palustre lhes fez preferir a nova residência; e, depois, a barra que tinha sido excelente, dando entrada, em tempo dos holandeses, a navios até de três mastros, se ia pouco a pouco fechando, para ser o que vemos hoje.

Fez-se na Schoonenborch qualquer cousa, e **transformaram-na em N. Senhora da Assunção,** como os cristãos faziam aos templos dos pagãos, para terem as suas igrejas, e os sarracenos fizeram a estas, para terem suas mesquitas.

---

(38) P. 129.

(39) Ps. 186 — 187.

Temos aí a origem da fortaleza do Ceará, fortaleza e quartel ao mesmo tempo, junto ao qual se fez uma ermida para rezas, pois que rezar era coisa anexa a matar; e o fumo da pólvora ia sempre misturar-se ao do incenso" — termina Brígido (p. 187).

Também Antônio Bezerra, por certo o mais atilado e penetrante dos nossos velhos historiadores, caiu em dúvidas quanto à realidade da fortaleza de Beck. Entretanto, consciencioso e desapaixonado, aceitou a verdade que o documento do Dr. José Higino lhe mostrava: "De novo os holandeses assenhorearam-se do Ceará, em 1649, e por esse tempo Matias Beck fundou o forte de Schoonenborch, **no lugar hoje ocupado pelo Quartel do 11.º Batalhão de Infantaria** (atualmente, Quartel da 10.ª Região Militar). Para alguns cronistas esse forte não passou da planta levantada nos últimos anos do domínio holandês, e não teve execução; **mas ele foi erigido** e da mesma planta que o Dr. José Higino Pereira fez conhecida no Brasil, e da qual dá também notícia o Barão de Porto Seguro, em nota 3 da p. 181 da **Histórias das Lutas com os Holandeses,** conclui-se que existiu, pois que a letra D que se acha dentro de um pequeno retângulo à esquerda do traçado do forte corresponde no quadro das explicações, a "Quartel Velho"; a letra **E** dentro de outro menor ao sul daquele corresponde no mesmo quadro a "Velho alojamento de Matias Beck"; a letra **F** dentro de outro menor que o primeiro à direita do forte, corresponde a "Armazém Velho" e a letra **G** sobre um traço de tinta amarela que sai do mesmo forte, do lado do nascente, e vai contornando para o norte, corresponde a "Novo caminho que se fez para a praia, a fim de serem transportados os víveres do monte". Nada mais claro. A planta de um lugar é a cópia do que o topógrafo ou engenheiro fez, e se nela vêem-se edifícios velhos, é que eles existiam e, portanto, haviam sido construídos antes dos novos, que figuram na mesma planta". (40)

II

Agora, podemos reclamar a voz do Barão de Studart, com a sua autoridade de maior dos nossos documentistas e o peso de seu comedimento, ainda quando aprecia fatos ou pessoas mais estreitamente interessadas a favor ou contra a Fé Católica, de que era estrênuo praticante.

---

(40) Dúvidas Históricas, na Rev. Inst. Ceará, vol. 11, p. 16 — Fortaleza, Tipografia Studart.

Ao dar publicidade ao seu admirável **Datas e Fatos para a História do Ceará,** em 1896, parece que ainda não tinha em mãos o documento divulgado pelo Dr. Higino, porque, desenvolvendo a data 1649, cautelosamente diz: "É desse tempo a fundação do forte Schoonenborch por Matias Beck. Em uma planta holandesa, de que falam Varnhagen e o Dr. José Higino, o riacho Pajeú tem o nome de Marajaitiba, o Jacarecanga chama-se Tipoig e de um dos lados do rio Ceará encontra-se o fortim S. Sebastião, construção portuguesa. O Marajaitiba, portanto, não é a ribeira do Ceará, nem o Jaguaribe, como queria Cândido Mendes (Memórias). O mesmo ilustre historiador diz em nota à **Relação da Missão da Ibiapaba,** do Pe. Vieira, que, com efeito, os holandeses projetaram a edificação, na foz do rio Ceará, do forte Schoonenborch, mas não puderam levá-lo a efeito, **opinião insustentável** diante da planta acima referida, na qual ele figura". (41)

Foi ele, Barão, quem trouxe, em 1903, para a **Revista do Instituto do Ceará,** o texto do aludido documento — **Diário da Expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649,** traduzido pelo historiador pernambucano Dr. Alfredo Carvalho, que o faz acompanhar de pequena apresentação e da planta holandesa. O conhecimento desse **Diário,** na verdade, imprimiu aos estudos do **Ceará Holandês outra orientação, retirando os nossos historiadores das hesitações e ignorâncias de antes.**

A "história é o documento" e este vinha autêntico, para o écran das interpretações. Os diz-que-diz em torno do ponto específico desapareceu. Católico fervoroso, nada opôs Studart ao contexto do diploma escrito pelo calvinista flamengo. A sua convicção religiosa não lhe valia como antolhos, para o obrigar a ver só numa direção. Recebeu da Santa Sé o título de Barão.

Quando publicou, em 1924, o seu resumo de **Geografia do Ceará,** (42) consignou fielmente: "Não estava, porém, terminado o domínio holandês no Ceará; pela segunda vez, em 1649, eles se assenhoreavam da capitania, para o que saíram do Recife, a 18 de março, três iates e 2 barcos trazendo a seu bordo 298 pessoas. É desse tempo a fundação do forte de Schoonenborch sobre o monte Marajaitiba por Matias Beck, o chefe da expedição, conhecido por suas explorações de mineração, em que se empenhou ilusória e improficuamente até a rendição da Praça do Recife e a queda do domínio holandês no Brasil".

---

(41) V. 1.º, cit.

(42) Fortaleza, Tip. Minerva.

E é mais explícito ao descrever a planta do Schonenborch: "O conhecimento desse **belo trabalho gráfico** se deve às estudiosas pesquisas do Dr. José Higino, um benemérito da História Brasileira, que o retirou, como também a um grande acervo de preciosos documentos, do pó dos arquivos por ocasião da sua aproveitada viagem à Europa. O forte de Schoonenborch, do nome do Governador holandês residente em Pernambuco, que Cândido Mendes supôs nunca ter passado de projeto, **foi erguido** (letra A) **sôbre o local Marajaik,** numa das lombadas em que se dividia o terreno, sítio **ora ocupado pela fortaleza de N. S. da Assunção"**.

Sobre Matias Beck se refere: "A figura mais saliente da 2.ª invasão (43) do Ceará pelos holandeses (1649). **Deve-se-lhe a construção do forte de Schoonenborch** situado no monte Marajaitiba **no local mais ou menos do Quartel e fortaleza de N. Senhora da Assunção.** Feita a capitulação de 27 de janeiro de 1654, retirou-se com sua gente para a ilha de Barbados". (44)

(43) p. 137.

(44) p. 111.

A CONSTRUÇÃO DO FORTE

Forte Schoonenborch, no Pajeú (n. 8). À direita, o rio Ceará (n. 12), distante 9 km. Vê-se aí, sob n. 13, a indicação do fortezinho S. Sebastião, já completamente abandonado. O n. 11 indica o riacho Jacarecanga.

Vale o documento e não o palpite, no campo austero da História. Ela tem de comum com todas as outras ciências a necessidade de mostrar o historiador a si mesmo e a terceiros as razões em que se baseou seu conhecimento histórico.

"Antes de tentar descobrir as características da indução histórica pelo seu lado positivo, é necessário mostrar como, até bem pouco, os historiadores, de regra, procuravam uma resposta às questões que a história levantava. Se, formulada determinada pergunta, encontravam a resposta dada por outras pessoas e a aceitavam, estas seriam tidas como "autoridades" e sua declaração, denominada de testemunho, era transcrita e incorporada a narração. Muitas vezes, havia uma ou mais respostas que eram englobadas na exposição, embora houvesse entre elas contradições; o que se podia, em tal caso. era procurar conciliar tais respostas ou decidir por uma delas" — é conceito de José Honório Rodrigues, sem favor o maior doutor da Nova História, em nosso País.

E termina a sua conclusão: "Passou-se a compreender que era impossível aceitar a verdade histórica até que a credibilidade do autor em geral e de sua determinação em particular fosse sistemàticamente investigada. O documento que antigamente era chamado, "autoridade" adquiriu uma nova expressão e passou a chamar-se "fonte", uma palavra que indica apenas que êle contém uma informação, sem que isso implique na determinação de seu valor. O documento está **sub iudice**, vai ser examinado e criticado. É o historiador quem vai julgar de sua veracidade ou não". (45)

Acabou o "magister dixit" na imponente Ciência dos Acontecimentos.

No caso. estamos diante do **Diário** de Beck. escrito por este em 1649: "Diário de minha viagem ao Siará empreendida ao serviço da Pátria e da Companhia das Índias Ocidentais, de

(45) Teoria da História do Brasil, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.a ed., 1957, p. 123.

acordo com a comissão e as instruções dos Nobres e Poderosos Senhores, comunicando-lhes todo o ocorrido e realidade na mesma viagem' — são palavras do seu título.

Documento perfeito segundo os preceitos da Heurística: escrito há mais de trezentos anos, sem eiva de forgicação. Relato espontâneo dos fatos cotidianos duma expedição técnico-militar, sem nada de preconcebido ou apaixonado, antes em linguagem "incorreta, cheio de repetições e redundâncias". Encontrado nos arquivos da Holanda e traduzido cuidadosamente por quem sabia traduzir — o Dr. Alfredo Carvalho, historiador pernambucano: "Usamos dos maiores cuidados na tradução, a fim de evitar falsas interpretações a que fàcilmente poderia conduzir o desalinhavado do estilo, procurando manter sempre a mais rigorosa equivalência entre vocábulos desta e os do original" — citamos mais uma vez o tradutor. (46)

São dois fragmentos do **Diário,** mas suficientes para mostrar como o Schoonenborch foi iniciado, concluído e, posteriormente, aumentado, para poder cobrir as suas finalidades.

Desembarcada a expedição no dia 6 de abril, marcharam os componentes até o sítio "mais conveniente" para a localização dos seus quartéis, "sobre um outeiro chamado Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio dágua doce" (o Pajeú).

"É para lamentar — ressalva Beck — não havermos encontrado lugar mais próprio para aqui erguer a nossa fortificação, salvo se, depois de atenta inspeção, pudermos verificar que nas proximidades do sítio onde EXISTIU o velho forte se encontre um ponto melhor".

Delibera entretanto, nova inspeção ao local do "velho forte", que é confiada ao Capitão-Maes e a outros oficiais, acompanhados de 40 soldados, inclusive o Comissário Van Ham, que outrora ali foi comandante. Acompanhava-os o Engenheiro Ricardo Caar.

Verificaram ser o rio Ceará a "entrada do porto muito perigosa para dele sair". E mais: "a velha fortificação, situada sobre um outeiro, a tal distância do rio que a sua guarnição poderia ser facilmente privada d água". E, por fim: "não conseguimos encontrar nenhum sítio mais próprio e melhor do que aquele em que temos assentado o nosso quartel, assim por ser próximo a um rio d água doce, como por estar contíguo à praia defronte".

"Não tendo deparado com sítio algum mais próprio e me-

(46) Revista do Instituto do Ceará, v 17, de 1903, p. III, da parte final.

lhor, resolvi mandar construir aqui (no Marajaitiba) com toda a brevidade possível, a nossa fortificação".

"Ao amanhecer do dia 9 — vai registrando — depois que chegaram a terra as ferramentas, machados e foices, o Comandante Maes mandou duas esquadras de soldados roçar e limpar o terreno no sítio em que deve ser levantada a fortificação, a fim de que o engenheiro possa devidamente traçar o respectivo risco".

"Nesta data — 10 de abril — o engenheiro Ricardo Caar traçou o risco da fortificação cuja construção FOI DILIGENTEMENTE COMEÇADA por duas quadras, consistindo ao todo em 40 soldados, que serão diàriamente revezados por ternos de esquadra até ser terminada a obra".

Dia 11: "Não obstante ser domingo foram escaladas duas esquadras, com pás e enxadas, a fim de trabalhar diligentemente na fortificação, que esperamos ter em estado de defesa antes de terça feira".

Dia 12: "Temos de novo duas esquadras trabalhando na fortificação sob as ordens do comandante Maes, que NÃO ARREDA O PÉ de junto delas instruindo-as diligentemente no serviço".

Serviços dobrados, com o estímulo de extraordinários: "a cada trabalhador, meio quartilho de aguardente, ou, em vez desta, a cada esquadra meia libra de fumo, enquanto durar a obra da fortificação".

"Graças aos esforços do comandante que tem sido incansável — regista a 13 — os fossos e baluartes já estão em condições de nos abrigarem contra qualquer ataque, e esperamos ver em breve a obra terminada'

Dia 15: "Continuaram a trabalhar na fortificação, como dantes, duas esquadras ocupadas em cobrir os parapeitos com fachinas", o que se repete na anotação do dia 19.

Dia 20: "A gente do comandante Coster continua trabalhando com uma esquadra de 20 homens, para acabar a construção do forte, e a gente do comandante Maes ocupa-se diligente e esforçadamente em levantar o armazém para guardar os víveres e munições de guerra". E ainda: Três carpinteiros de bordo trabalham na construção do armazém do forte com alguns soldados da companhia do comandante Maes, e uma esquadra de 20 homens do comandante Coster ocupa-se em ultimar a fortificação".

"Às nove horas da manhã do dia 22 veio ter comigo a esquadra do comandante Coster, dizendo que a sua tarefa na fortificação estava terminada, porquanto esta, com exceção do portão e das duas baterias, estava em completo estado de defesa".

Agora,o esforço é para terminar o armazém, empenhados os carpinteiros, auxiliados por soldados, aproveitando-se do forte antigo as telhas restantes, trazidas em carro, pela praia.

Parte dessas telhas já cobriam, retiradas do forte destruído, as cabanas dos índios, que de bom grado concordam em restituí-las, desde que feitas de palhas as respectivas cobertas.

Das obras do armazém, passam aos trabalhos da construção dos alojamentos internos, inclusive o do chefe Beck: "a construção dum alojamento para mim acima do portão do forte".

Soldados e marinheiros continuaram a conduzir telhas do Siará para o Pajeú, e as obras não param.

Estava terminada, assim **diligentemente,** a fortificação Schoonenborch, que os velhos historiadores negavam e outros não sabiam situar.

Mas o bastião era pequeno, verificou-se muito cedo.

A 7 de agosto (consta do outro fragmento do **Diário**) chegou ao Mucuripe o iate "Wittepaert", trazendo comissionado para o comando da milícia do Ceará o Major Garstman, e com ele e outros oficiais vai Beck ao velho forte "chamado S. Sebastião", a fim de ver se ali não encontrar-se-ia barro próprio para o oleiro fabricar tijolos e telhas, e também para examinar "se o nosso forte não ficaria ali mais bem situado".

E o resultado é que, depois de demorada inspeção o Major Garstman "aprovou a construção do forte aqui (no Marajaitiba) por achar-se em melhor situação a posição do que o antigo".

Já havia, com efeito, na expressão precisa e exata de Carlos Studart Filho, terminado a sua existência histórica o desgraçado fortim do rio Ceará, desmantelado pela indiada em revolta (1644).

Nem o local prestava mais, soterrada a barra, irremidiàvelmente.

Inicia-se a ampliação do Schoonenborch no dia 17, rocados os terrenos por duas esquadras de soldados, para "facilitar ao engenheiro Ricardo Caar a demarcação das novas obras que, conforme a opinião do Major Garstman, devem ser feitas para a nossa defesa".

Escrupuloso, Beck requer a opinião da oficialidade reunida em conselho-de-guerra, sobre se "convinha ou nao fazer o aumento de conformidade com a primitiva planta ou se seria preferível outra e melhor".

E o conselho decide-se, "após madura reflexão", pela planta escolhida por Beck e Garstman, que oferecia maiores vantagens, devendo ser executada sem perda de tempo: na verdade, o forte era pequeno demais e incapaz de conter a tropa. Ganhava-se, além do mais, com a ampliação, espaço para a construção duma padaria e de alojamento para prateiros dentro do forte, ficando êste em melhores condições defensivas.

Dia 19 de agosto: "escalados dois sargentos e 16 soldados, armados de pás e enxadões, para trabalhar as novas obras da fortificação, devendo, enquanto ocupados neste serviço, receber rações dobradas".

A obra não se suspende, e para completar a defensão, vêm os canhões de ferro "que jazem no velho forte". "Serão colocados nas novas baterias". Ao todo cinco, e, um a um, o carro os transporta.

Quando o segundo fragmento do **Diário** se acaba, as peças já estão no Pajeú e concluído o aumento do Schoonenborch, que vai servir de base às operações militares e às pesquisas das minas de prata, até o dia de sua entrega aos portugueses, em 1654, em obediência aos artigos do pacto de capitulação geral dos holandeses, no Recife.

A rendição do baluarte beckano deu-se no dia 20 de maio, com o ritual militar, recebendo-o Álvaro de Azevedo Barreto, designado a 4 daquele mês, pelo governo dos vitoriosos de Pernambuco, Francisco Barreto de Meneses, para vir por em prática, na praça cearense, o disposto na cláusula 13 do pacto, segundo a qual o Mestre-de-Campo-General "será obrigado a mandar ao Ceará uma nau suficiente para se embarcar nela a gente, assim moradores como soldados vassalos dos Senhores Estados Gerais, com os referidos bens". (47)

Vinha como Capitão-mor do Ceará, acompanhado de quatro companhias de soldados e duas de índios e pretos, assim como o capelão padre Pedro de Morais, muito prático na língua indígena.

Na carta que escreveu de Barbados aos seus Grandes Senhores, em 8 de outubro seguinte, narrando as peripécias da passagem do forte, Beck esclarece que viera "uma caravela

(47) Barão de Studart, **Datas e Fatos**, cit. vol. 1.º p. 67.

portuguesa, composta de um Capitão-mor, seis capitães e no máximo uns cento e cinqüenta soldados, tanto brancos e brasilianos (índios) como mulatos, mamalucos e negros". (48)

Barreto houve-se "com prudência assim no render os holandeses como em reduzir várias nações do gentio da terra à obediência de V. Majde, fazendo despesa de sua fazenda em os conservar e ter sujeitos, acodindo com 30 cruzados de sua casa, na falta de sustento para a infantaria" — qual se vê no parecer do Conselho Ultramarino, datado de 13 de fevereiro de 1659. (49)

Reparou os estragos do forte recebido e, sem demora, mudou-lhe o nome para "Forte de N. Senhora da Assunção", passando a nele ter o seu quartel e fazendo erigir uma ermida em homenagem à padroeira.

Não pensou em reconstruir o inutilizado fortim de São Sebastião, nem sequer adotou a invocação da igrejinha que lá houve, dedicada a N. Senhora do Amparo.

Confirmada a sua nomeação de Capitão-mor pela Ordem Régia de 23 de novembro do dito ano de 1654, permaneceu Álvaro de Azevedo no cargo até ser substituido por Domingos de Sá Borbosa, no fim do ano seguinte.

Neste mesmo fim de ano, André Vidal de Negreiros, Governador do Estado do Maranhão, escreve à Metrópole solicitando urgente socorro de mantimentos para "a praça do Ceará ou forte de N. S. da Assunção", que sobre ter um padastro, era todo de madeira, fundado sobre paus enterrados a espaços e outros atravessados por dentro, para terem mão na terra, todos podres, por se não haver reparado mais depois de fabricado. Sugeria que se fizesse o reparo adotando a pedra e cal, ou tijolo, por ser mais fácil e seguro, provendo de taboado a plataforma, os paióis de farinha, corpo da guarda, etc.

Opinou o Conselho Ultramarino por que se desse ao solicitante o arbítrio na escolha: reparo em madeira ou construção de outro forte em alvenaria, mas de qualquer modo "conservando-se e remendando-se o velho".

De madeira ou quase exclusivamente de madeira eram as fortificações holandesas e lusas nas costas cearenses e esta da

---

(48) Ler esta carta in **Aspectos do Domínio Holandês no Ceará**, de José Aurélio Câmara, separata da **Rev. do Instituto do Ceará**, 1956, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1947, p. 26. Interessante a nota 42, à p. 20.

(49) Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará redigidos pelo Barão de Studart, cit., vol. 3.a p. 219.

"praça do Ceará" é a que maiores proporções tomou, suprida de um padastro (construção militar que domino algum terreno, segundo Aulete).

O fato é que o N. S. da Assunção continuou de madeira e comumente era chamado "a bateria" ou "trincheiras", e novo conserto experimentou em 1662. "Nesse ano Manuel Carvalho Fialho veio de guarnição para a **Fortaleza do Ceará** e nela assistiu por 15 meses trabalhando no reparo das trincheiras e em outros serviços". (50)

Em 1689, levanta-se novo quartel, "por haver-se arruinado totalmente o existente na fortaleza" (51), e outra reforma, essencial, em 1698 é nela introduzida: "Neste ano foi reedificada de todo a fortaleza de N. S. da Assunção, prestando nesse trabalho serviços relevantes João de Barros Braga". (52)

A fortaleza era a sede ou morada dos Capitães-mores governadores do Ceará e assim o foi até o começo do século 19. Foi já no período dos Governadores independentes de Pernambuco, em 1812, que Manuel Inácio de Sampaio, perante toda a Câmara, nobreza e povo, lançou os fundamentos da atual fortaleza, construção de alvenaria, "sobre a antiga bateria". Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e doze, aos doze dias do mês de outubro.

O auto que nos transmite a solenidade consigna: "dando princípio (o Governador) a edificação da dita Fortaleza NO MESMO SÍTIO EM QUE HAVIA A DITA BATERIA". (53)

Dessa exposição de fatos, que um consistente acervo de documentos ratifica exaustivamente, não há por onde fugir:

a) Matias Beck, em 10 de abril de 1649, deu início e no referido ano terminou o forte Schoonenborch na foz do rio Pajeú, sobre a colina ou duna, existente à margem de sua foz, denominada Marajaitiba,

b) Matias Beck é o fundador desse forte,

c) do Schoonenborch, reparado e mudado o nome para N. Senhora da Assunção, os portugueses, a partir do recomeço de sua posse no Ceará, em 1654, fizeram a residência dos seus Capitães-mores dirigentes e a sede da Capitania.

d) a fortaleza de N. Senhora da Assunção tem debaixo dos seus alicerces o vestígio inapagável da construção de Beck.

---

(50) Datas e Fatos, cit. p. 77.

(51) Idem, p. 93.

(52) Idem, p. 111.

(53) Idem, p. 492.

Vamos repetir João Brígido: "Quando os portugueses, em maio de 1654, restauraram seu domínio no Ceará, **deixaram-se ficar em Marajaitiba** (...) Fêz-se na Schoonenborch qualquer coisa e **transformaram-na em N. Senhora da Assunção,** como os cristãos faziam nos templos dos pagãos, para terem as suas igrejas, e os sarracenos fizeram a estas, para terem as suas mesquitas. **Temos aí a origem da fortaleza do Ceará,** fortaleza e quartel ao mesmo tempo, **junto da qual se fez uma ermida para rezas,** pois que rezar era coisa anexa a matar; e o fumo da pólvora ia sempre misturar-se ao incenso". (...) No governo de Antônio José Vitoriano (Borges da Fonseca) fizeram-se obras, que ficaram por acabar, sendo entre outras **úma capela que às expensas suas levantou o padre José Rodrigues,** rico criador que possuía a fazenda Soledade (Soure)". (54)

"À margem direita do Marajaitiba, melhormente Marajaig, quase em frente à fortificação estava um arraial de índios ao tempo em que aportou Matias Beck". (55)

Todavia, houve quem contestasse não ter legitimidade como **fundador do Schoonenborch** o comandante Matias Beck, porque esse forte teria sido levantado por ele em "terreno alheio", na sesmaria de duas léguas concedida a Soares Moreno por alvará de 28 de abril de 1622 (da baía do Mucuripe para o noroeste, até onde alcançaram ditas duas léguas, em quadra). Se construiu assim, não pode ser considerado o fundador do forte!

O argumento é caviloso ou de um pré-escolar.

Mesmo que as margens do Pajeú, onde foi erigido o **Schoonenborch,** ainda, ao tempo (1649), pertencessem a Moreno, tal circunstância de modo algum deslocaria de Beck a qualidade de seu fundador ou construtor. Tê-lo-ia construído em terra de outrem, porém nunca, por isso, a construção poderia ser imputada ao suposto dono do terreno.

A verdade, entretanto, é que após Soares Moreno dois outros Capitães-mores (Domingos da Veiga Cabral e Bartolomeu de Brito) ocuparam as duas léguas em que estava o "São Sebastião", como seu comandante, pois o mesmo Martim Soares em 1631 tivera extinta a sua gestão **(limitada a 10 anos, que fora,** pela Carta Régia que o nomeou, em 1621) e nesse mesmo ano deixava **para sempre** o Ceará.

Desde então, jamais exerceu por si ou por alguém qual-

(54) Ceará — Homens e Fatos, cit p. 187.

(55) Idem p. 186.

quer ato de posse ou utilização sobre sua decantada sesmaria, que, automaticamente, voltou ao domínio do Rei. Caducou, tornando-se **devoluta** a terra doada. Caiu em comissão o donatário ou sesmeiro, sendo de notar que ao voltarem os flamengos a ocupá-lo, era o Ceará **terra de ninguém,** na exata expressão de C. R. Boxer, no seu recente livro **Os Holandeses no Brasil,** Brasiliana, n. 312, 1961, p. 309.

Desde 1637 não mais nele puseram seus sapatos os lusitanos.

Como terra assim pertencente à Coroa, depois da saída dos holandeses, logo em 1681 foi concedida em sesmaria à Confraria de N. Senhora da Assunção —" do rio do Ceará e Barra dele, caminhando para **esta Fortaleza** (do Pajeú), e cheia dita légua de costa para o sertão ou para onde o rumo correr dez léguas, havendo respeito a **estarem elas devolutas e desembargadas",** etc. (Data de 26 de outubro de 1681, firmada pelo Capitão-mor Sebastião de Sá). (56)

O restante das terras da sesmaria ou concessão de Soares Moreno, também por **estarem devolutas,** foi dado em 1683 a Antônio Rodrigues, soldado da Fortaleza, e nesta residente, bem como a Manuel de Almeida Arruda, morador de Pernambuco. Estendia-se a data, pela costa, desde a lagoa do Mucuripe, "caminhando para a Fortaleza", num desenvolvimento "de uma légua de largo, com três para o sertão, conforme o rumo corresse". (57)

Antônio Bezerra, indiscutivelmente o mais exato dos nossos historiadores e conhecedor profundo do assunto relacionado com as sesmarias cearenses, no seu admirável — **Algumas Origens do Ceará,** (p. 32) liquida a ingênua conclusão quando afirma: "As datas de sesmarias da Capitania, muito embora o Conselheiro Araripe diga na sua **História da Província do Ceará** que Felipe Coelho de Morais havia obtido uma de três léguas, começando no rio Ipojuca (Pajeú), no ano de 1663, só foram concedidas para aqui de 1678 em diante, como se vê do livro primeiro de registo de datas e confirmações de sesmarias existente no Arquivo Público da Cidade da Bahia. Se foram dadas algumas antes não tiveram efeito, como NÃO TEVE EFEITO a de duas léguas que alcançou Martim Soares Moreno, por carta de 9 de junho de 1621".

---

(56) **Rev. do Instituto do Ceará,** vol. 8, p. 102.

(57) Antonio Bezerra. Descrição da Cidade de Fortaleza, na **Rev. do Inst. do Ceará,** vo. 9, p. 211.

Aquela capela que o padre Rodrigues começou levantava-se no local da ermida de Alvaro de Azevedo e estava **dentro do quadro do Quartel.** Era o oratório dos soldados e matriz do povoado incipiente. O padre Domingos Ferreira Chaves, ainda em 1718, desejando a sesmaria daquele terreno devoluto, alegava serviços, entre outros, o de ter, durante oito anos, dito missa na capela do Forte, "com o seu vinho e hóstias", administrando os sacramentos aos soldados que ali vinham servir. (58)

Em 1723, o mesmo padre fez doação a S. José, padroeiro da igreja, que **servia de matriz,** de um pedaço de terreno nas condições constantes da escritura respectiva; e em 1726, ano da instalação definitiva da Vila da Fortaleza, já a matriz figura no local em que mais tarde foi construída a Sé e hoje se acha a Catedral.

No desenho ou **mapa** que o Padre Serafim Leite encontrou em Lisboa e anexa à sua **História da Companhia de Jesus no Brasil** (59) para dar idéia do que era a Vila nova da Fortaleza, vê-se a igrejinha no centro do esboço de uma praça e em frente dela o pelourinho e a forca. Em cima, no ângulo direito, o forte, de madeira e, em baixo, a Casa dos Jesuitas. Várias casas de moradia, umas cobertas de telha, outras de palha, e, fechando o quadro, ao poente, a Casa da Câmara, ou Conselho.

Tal desenho é do lápis do Capitão-mor Manuel Francês, que instalou solenemente a Vila, em 13 de abril daquele ano de 1726.

A praça veio a chamar-se Praça do Conselho, também conhecida por Largo da Matriz e, pouco mais completa que aquilo, viu-a em 1810 o viajante Henry Koster, que a descreveu: "A Vila da Fortaleza do Ceará é edificado sobre a terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça, e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadro, correndo paralelamente, mas sem conexão". (60)

A Praça do Conselho foi o centro administrativo da Vila e seu centro de irradiação urbana.

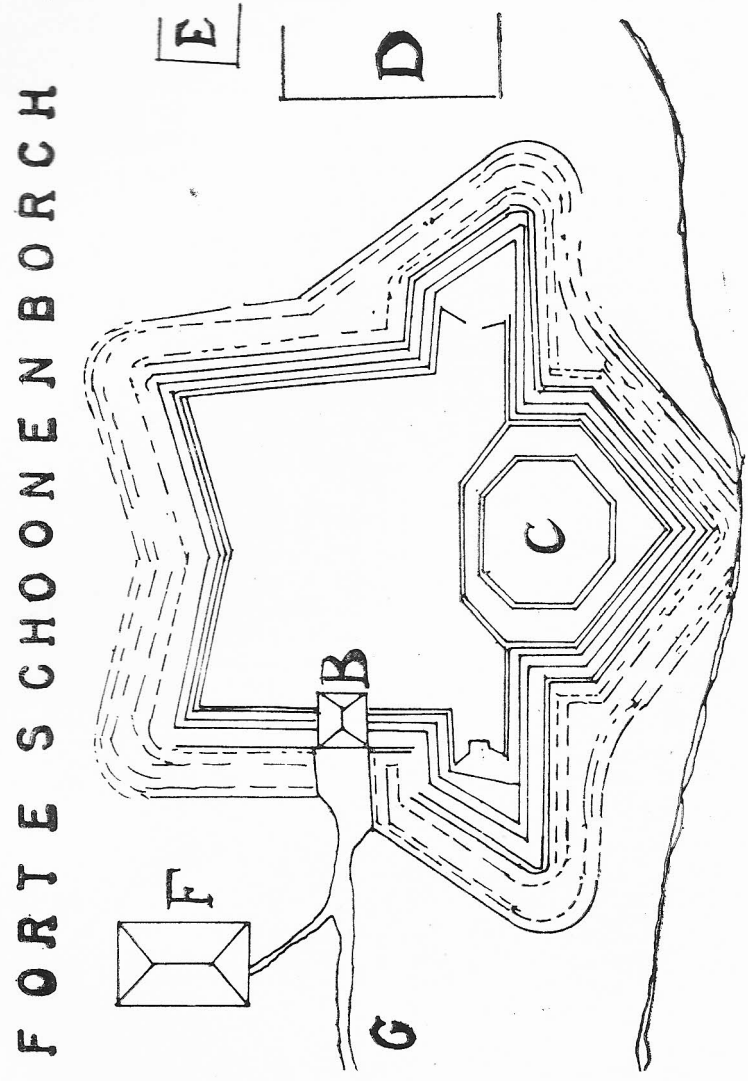
A cidade de hoje é a Praça do Conselho em ponto grande. Daí, os olhos, ainda os mais curtos, descobrem, a não mais de cem metros, o antigo Quartel de Fortaleza, e, ao lado dele, esta que, no silêncio anoso da sua alvenaria, atesta o lugar onde se ergue e durou o Schoonenborch de Matias Beck.

---

(58) Rev Inst do Ceara, vol. 9, p. 212.

(59) Rio, Imprensa Nacional, 1943, III vol.

(60) Viagens do Nordeste do Brasil (Travels in Brazil) Trad. de Câmara Cascudo, Brasiliana, vol. 221, p. 164.



Planta baixa do Forte Schoonenborch, antes da ampliação

QUEM FOI MATIAS BECK

Para o Barão de Studart, "o fundador do forte Schoonenborch" (61), "a figura mais saliente da segunda invasão do Ceará pelos Holandeses". Para Alfredo de Carvalho, "hábil aventureiro". (62) Para um jornalista cearense, o "abominável Beck".

Para ilustre Professor, sócio do Instituto do Ceará e redator do jornal católico de Fortaleza — **O Nordeste,** já desaparecido, tanto quanto isso: **pirata** aqui desembarcado, que montou um forte nas margens do Pajeú, com único intuito de organizar a sua defesa contra índios e portugueses". "Nunca lhe animou a idéia de fundar uma povoação, ao menos, pois estava aqui **de passagem** e às órdens da **companhia de piratas** a que obedecia". Enfim: "Aventureiro holandês, enviado de empresa **calvinista** para uma guerra de conquista do nosso país, em 1639". (63)

Para outro membro do velho sodalício, coisa semelhante: "Contra Matias Beck, a dignidade de um povo" — é a epígrafe de um de seus artigos, na imprensa de Fortaleza, escritos ao sabor de estranha irritação, na empresa **católica** de arrasar o flamengo herege. Beck, "um personagem histórico que comandou um **assalto** às nossas plagas, como agente de uma companhia de **traficantes** e aqui instalou um núcleo de **rapinagem**".

E mais agastado: "Não há como distinguir, no conjunto dessa invasão, holandeses beneméritos dos demais holandeses. Todos eram invasores e traficantes. Distinguir seria trair". E conclui com essa afirmação aproximada: "O caso é que, para nós, o caso não se limita a uma simples controvérsia de pesquisa histórica. Mais transcendente, encerra também um aspecto **doutrinário** e sociológico. Hereges — continua o pensador pernambucano (Manuel Lubambs) — são (os flamengos)

---

(61) Rev. Inst. Ceará, v. 17, p. 212.

(62) Tricentenário, cit. p II da Nota do Tradutor (p. 337).

(63) O Nordeste, edição de 5 de novembro de 1960.

seres estranhos à nossa maneira de viver, à nossa índole, ao nosso pensamento, às **nossas crenças,** numa palavra ao nosso mundo"!!! (64)

A expressão "hábil aventureiro" Alfredo Carvalho reproduziu do Dr. José Higino, eu a repeti em escrito meu e tem sido explorado como argumento de que reconheço em Beck um predatório. Aventureiro! Deus louvado... (65)

Lingüisticamente, aventureiro é aquele que se dá a aventuras, ou o que serve em exército estrangeiro como voluntário, sem ganhar soldo, ùnicamente por gosto ou para se aproveitar dos saques (Aulete). Mas na terminologia histórica o nome é ordinàriamente empregado para designar, sem qualquer intuito pejorativo, essas figuras admiráveis, às vezes boas, às vezes cruéis, que, nos tempos dos descobrimentos e conquistas de novos mundos e mares, tinham a ousadia de enfrentar a dureza e o perigo das expedições nautas ou em terra firme. Homens afeitos a essa espécie de lutas. Colombo, Vasco da Gama, Fernando Magalhães — grandes aventureiros. E os bandeirantes heróicos?

Torcer esse sentido do vocábulo é processo incompatível com o aprumo e a calma de uma divergência de opiniões.

A verdade é que Matias Beck era hábil, tinha coragem e alta qualificação funcional no governo holandês do Brasil.

Comandante do Regimento dos Burgueses, deputado à Câmara dos Escabinos do Recife, agremiação que se assemelhava às Câmaras Municipais portuguesas no Brasil, cujos membros eram recrutados entre os "repúblicos" ou homens bons, mais respeitáveis da localidade.

Merece, no valioso estudo — **Tempo dos Flamengos,** de José Antônio Gonsalves de Melo, (66) Livraria José Olimpio, Editora, São Paulo, 1947, p. 328 muitas referências. Era um atuante no meio político e administrativo do governo. Só o fato de ser um escabino já lhe dava "enorme prestígio", prin-

---

(64) **Unitário** (Suplemento) de 2 de abril de 1961.

(65) Expressão idêntica usou o mesmo Dr. Alfredo Carvalho, em relação a Pero Coelho: "... e por iniciativa dum **audaz aventureiro,** Pero Coelho de Sousa, muito afeito a semelhantes cometimentos". **(Rev. Inst. do Ceará,** v. 17 p. 217. Como a de Beck a expedição de Pero Coelho tinha caráter oficial, aprovada esta última pelo Regimento dado por D. Diogo Botelho, em 21 de janeiro de 1603. Aí se escreve, claramente, que a jornada se fazia "por serviço de Sua Majestade". Pero Coelho era nobre português

(66) Livraria José Olimpio, Editora, São Paulo, 1947, p. 328

cipalmente baseado na classe burguesa ou melhor — "o povo". Pertencentes a essa classe — informa-nos Melo, (67) Obr. cit., p. 136-40 eram os comerciantes ricos, os capitalistas, os donos de sobrado, os negociantes de escravos". Os Regimentos ou Companhias de Burgueses, é ainda do mesmo autor, "foram fortes" no Recife e em Maurícia, e por meio deles "fazia-se sentir a voz do povo".

Beck (Matthys Beck) era casado com Ana Hack e, segundo informação que me forneceu José Antônio Gonsalves de Melo, foi o casal mais prolífero que consta de todo o livro de batizados do Recife, no período de 1633 e 1654. Nasceram-lhes: Anneken (1638.22.12); Anne (1639.18.12), Maria (1641.26.6), Jacobus (1643.8.9.), Suzanne (1646.22.3), Christina (1647.13.6). São indicados, na relação, os nomes das testemunhas de cada batizamento. José Gonsalves colheu essas informações do Livro de Batismos dos Holandeses no Recife — 1633-54. Trata-se do rsc conservado no Arquivo da Comunidade Reformada de Amsterdan, já publicado por C. J. Wasch, **Em despregister der Hollanders in Brazilie,** Nederlandoch Familiellad, Haia, 1888/89.

Em carta que me dirigiu o mesmo notável historiador pernambucano datada de Haia, 24 de junho de 1962, escreve: "Meu caro amigo Girão. Cordiais cumprimentos. Aqui estou para explicar-lhe porque a promessa que lhe fiz no Recife não pôde ser cumprida. Convidado, como lhe disse, pelo Governador da Holanda para aqui me deter em pesquisas históricas por 6 meses, estava certo de que teria tempo suficiente para remexer ainda uma vez, e desta na intenção do Ceará, os papéis da Companhia das Índias Ocidentais, que se guardam no Arquivo Geral do Reino. Entretanto, o Ministério da Educação do Brasil inesperadamente resolveu reduzir o tempo da minha licença para aqui permanecer (embora a viagem e estadia tenham sido sem ônus para o Governo brasileiro). Assim sendo e só com três meses de permanência, tinha os meus próprios estudos a fazer e estes tiveram prioridade. Entretanto, no curso de leituras na Real Biblioteca encontrei algumas referências mais relativas ao nosso Mathys Beck. Saído do Brasil, fixou-se em Curacao (possessão holandesa desde 1634), tendo servido aí a princípio como Vice-Governador da Colônia sob as ordens de nada menos que Pieter Stuyvesant. De 1659 a 1668 foi Governador com fraca interrupção em 1664. Continuou prolífero como tinha sido no Brasil (eu mostrei-lhe os registos de batismo

(67) Obr. cit, p. 136—40

de vários filhos dele); o único livro de batismo dos holandeses de Curaçao do século XVII que se conservou foi o de 1659-62; aí está em 29.VI.1659 o de Willelmus Beck, filho de Mathys e Leonora Grevenraet; em 17.VIII.1659 havia Maria Elisabeth, outra filha sua; em 29.VIII.1660 outro filho batizado: Matthias. O Predicando reformado que batizou os filhos de Mathys era "Dominus" Adrian van Beaumont casado com Anna Back, irmão de Matthys. O irmão Willem Back também morava em Curaçao. Mathys faleceu na ilha em dia desconhecido, no ano de 1668. Segundo referência, algumas cartas suas foram publicadas por E. B. O'Callaghan (historiador americano do século XIX, no livro **The voyages of the Slavers St. Jobu and Arms of Amsterdan,** publicado em Albany (New York), 1867, ps 113 e ss. Não existe este livro na Real Biblioteca de Haia. Foi tudo quanto a respeito consegui. Qualquer notícia mais pormenorizada estarei pronto a lhe transmitir logo que chegue ao Recife, em meado de agosto, se Deus quiser. Um abraço do colega amigo J. A. Gonsalves de Melo". Solicitado, por mim, tal livro não foi encontrado nos Estados Unidos.

Anti-semita decidido. O seu protesto, junto com outro escabino, Samuel Halters, em 1637, em nome da comunidade holandesa, pleiteando a proibição, aos judeus, de manter lojas e vender a retalho, assim como exercer as funções de corretor, fez época e é interessante conhecê-lo. (68)

Quando a Junta de Governo deliberou, em 1649, reconquistar o Ceará, empreitada séria e que devia ser bem organizada e bem executada, é à habilidade de Matias Beck que vem confiá-la. A expedição teria por duplo fim, como acentua o Dr. Alfredo Carvalho, "a ocupação definitiva do Ceará e a exploração de suas minas".

Chamar a isso pirataria é incoerência.

A Viagem de Beck — "minha viagem ao Ceará" — ele a empreendeu ao serviço da **Pátria** e da Companhia das Índias Ocidentais, agora identificadas, uma só coisa, para a **posse do território,** de que nos fala João Ribeiro.

Mister oficial era o que trazia: "depois de haver convenientemente feito, no Recife, a 18 de março de 1649, as minhas despedidas à Assembléia dos Nobres e Poderosos Senhores e recebido DAS MÃOS DO PRESIDENTE TODOS OS PAPÉIS NECESSÁRIOS A ESTA MINHA VIAGEM E EXPEDIÇÃO AO CEARÁ, só a 20 deste mês, sendo um sábado, saí em nome de Deus"... Abre assim o seu **Diário**.

---

(68) **Tempo dos Flamengos,** cit. p. 301.

Expedição estruturada em bases seguras, constituída de gente embarcada em cinco navios — iates e embarcações de carga, ao todo 298 pessoas: comandante, oficiais, alguns com as suas esposas, (outras esposas vieram mais tarde), engenheiros, ministro da religião, mestre-escola e sua mulher, soldados operários, negros de serviço, cada qual no seu posto e ocupação — tudo isso exclui a insensatez da acusação de pirataria.

Um carro e todos os apetrechamentos de trabalho, nada faltando de essencial. A travessia, o desembarque, as providências da fixação valem como índices de perfeito urdimento com uma finalidade que não era a extorsão, a destruição, a morte.

Nada havia a que o chefe não atendesse solícito, anotando no seu mesmo **Diário,** onde não se encontra uma palavra de ódio, um gesto de maldade, uma indiferença às dificuldades dos outros.

O **Diário** é o retrato e o elogio de Beck: ponderação, equilíbrio de solução aos problemas surgidos, espírito de compreensão, perspicácia das situações difíceis, bondade de coração.

As coisas de Deus não eram esquecidas; ao contrário, uma preocupação constante. O ministro Kempins não descansava no seu pastorado dalmas: acompanhava os índios nos seus núcleos "para instruí-los, batizar aqueles de seus filhos que ainda estiverem pagãos, casar os que viverem junto ilegitimamente, esforçar-se por imprimir entre êles a boa ordem e disciplina cristã, pregar-lhes em sua língua a santa palavra de Deus". (69)

Veja-se esta recomendação, admiràvelmente elucidativa do zelo pela Fé: "Não havendo entre nós nenhum leitor das Santas Escrituras nem consolador dos enfermos **(siekentroester),** e sendo de urgente necessidade que, pelo menos à tarde, quando a parada vai montar guarda, se faça uma humilde prece a Deus Onipotente, supremo dispensador de todas as graças, e que aos Domingos, de manhã e à tarde, seja lida diante de todos alguma passagem das Santas Escrituras, como p. e. os salmos de Davi, a fim de assim manifestarmos o nosso reconhecimento por nos ter misericòrdiamente deixado chegar aqui em boa saúde e salvamento, bem como para implorar a sua divina bênção para que sejamos bem sucedidos nesta empresa; e como para ocupar semelhante cargo me fosse proposta e recomendada uma pessoa de nome João Pecquet, resolve", etc.

Longe de ser o **abominável** pirata e aventureiro, era como se vê Matias Beck resoluto crente da sua religião.

---

(69) **Tricentenário,** p. 360.

Jogar um homem à barra do tribunal da execração pública só porque orava e.e de modo diferente ao mesmo Deus, e ainda que fosse a Deus doutro rito, é descer ao terreno viscoso da raiva e do preconceito religioso, que embota, não raro, as inteligências mais apuradas de cultura e saber.

Quem assim o fizer não é digno de viver intelectualmente no presente século de ciência e dos triunfos espaciais, libertas as mentes da pesada roupa do desrespeito às idéias alheias. Século que bem poderá caracterizar-se, nesse terreno,, pelos resultados do Concílio Ecumênico em que o Santo Padre, magnânimo e augusto, deseja reunir as Igrejas de Cristo para o fim de estudar a sua grande harmonia. Século em que, os Estados Unidos, o maior país protestante do mundo, elege, pela primeira vez, um católico para dirigir-lhe os destinos.

Quem assim fizer, no campo da exegese histórica, não pode estar apto a entregar a razão à procura aberta da verdade dos fatos do passado. Estará irremediàvelmente condicionado, comprometido a uma parcialidade desorientadora, que não o levará ao bom têrmo.

"Já não acreditamos na ciência sem pressuposições, sabendo que o historiador é filho do seu tempo, tem as suas convicções précientíficas e não pode ser absolutamente neutro entre os valores realizados ou traídos no passado — adverte Van den Besselacer. Mas isso não lhe dá direito a nutrir "preconceitos": dêles deve-se livrar o mais possível. Preconceitos são convicções a que se adere sem madura reflexão e sem exame crítico e ponderado: são tão nocivos a um espírito científico como superstições ao desenvolvimento da vida religiosa. O historiador tem a obrigação de ser "despreconcebido" na medida do possível, deixando-o guiar a cada passo a verdade" (70)

O incomparável Bauer, Professor da Universidade de Viena, indica a lição irrecusável: "Se a participação sentimental do historiador chega à paixão e esta se reforça no sentido de uma determinada concepção do mundo — política, social e religiosa — vem a converter-se em fanatismo. A tendência não quer ver as partes sombrias ou as luminosas do objeto tratado; o fanatismo não pode vê-las. O fanático é cego para a justiça e, conseqüentemente, sua situação completamente inadequada para o historiador, ainda que o fanatismo se refira, a miúdo, a determinado campo de ação, estreitamente circunscrito". (71)

---

(70) **Introdução aos Estudos Históricos**, S. Paulo, Editora Helder, 1956, p. 91.

(71) **Introdution al Estudio de la Historia**, Trap. de Luís G. de Valdeavellano, Barcelona, Bosch, Casa Editorial, p. 129.

A ruindade de Beck, para a acusação dos jornalistas católicos, está no seu **calvinismo,** tão só: "tendo vindo às ordens da companhia de piratas a que obedecia", "não pode merecer as honras de ter o seu nome na principal avenida que Fortaleza vai possuir" — são termos peremptórios de um dos articulistas, que acrescenta, Santo Deus!: "Nos meios católicos esboça-se um movimento de reação contra a pretensão do Prefeito, que vem ferir os sentimentos da nossa população".

A leitura do **Diário** do fundador do Schoonenborch convence da sinceridade religiosa de Beck. Nos dois fragmentos citados, o nome de Deus, a santa palavra de Deus, é por ele invocado 21 vezes. Poderia ter escrito o seu resumo de dia a dia sem recorrer a essa invocação, pois aquilo não passava dum frio relatório.

— Sendo sábado, saí, em nome de Deus, pelas oito horas... (p. 339)

— Respondi, em duas ou três regras, ao Sr. L'Hermite, que tinha recebido as cartas e que, com o favor de Deus, tudo seria devidamente entregue (p. 340)

— ... de modo a amanhã, querendo Deus, podermos continuar a nossa rota (p. 347)

— ... para, pela manhã cedo, fazermo-nos de vela, com favor de Deus, do modo que fica dito (p. 348)

— Tôdas essas 24 horas tivemos bom vento, graças a Deus (p. 349)

— ... prometeram regressar, querendo Deus... (p. 350)

— ... rações para meia semana, a fim de em nome de Deus, amanhã cedo serem todos desembarcados (p. 352)

— ... dar-lhes a conhecer o nosso modo de vida, ações, trato e proceder, instrui-los, a êles e a seus filhos na santa palavra de Deus (p. 359)

— ... Cumpre-nos, com o misericordioso auxílio de Deus, (p. 363)

— ... amanhã muito cedo, se Deus quiser, partir para a mina, (p. 360)

E assim sucessivamente.

Empenhado em dar aos indígenas mais cômodo ambiente de habitação, ordenou fosse começada uma **aldeia nova** e nesta construída uma igreja e levantado um cruzeiro em frente à mesma (p. 397). Enquanto isso, o Ministro Kempins moraria na barra do Ceará.

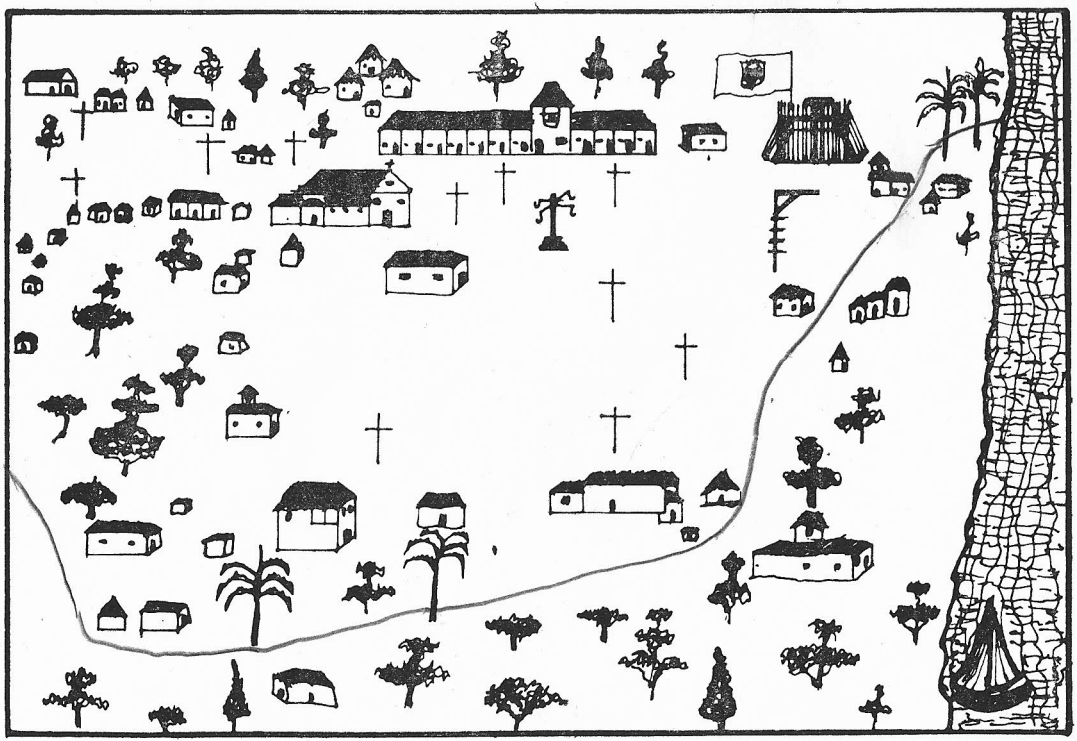
Só este fato o dignificaria como homem de sentimentos leais, afeitos à correção da doutrina de Cristo: "Um dos principais dos índios, de nome Amaniju-pitanga, veio ter comigo, acompanhado dos seus conselheiros (**raenden**) queixando-se que

os Tapuias, residentes não longe de suas habitações, vinham de imprevisto saquear as suas roças, não obstante fingiram-se de seus amigos; disse chamar-se os mesmos tapuias Anacesaçu; pediu-me outrossim que os ajudasse, com alguma gente e arma, bem como munições de guerra, a expulsar tão incômodos vizinhos, ou que lhe desse meia âncora de arguardente para levar à sua aldeia, aonde, sob aparências de amizade, convidariam os mesmos tapuias e, quando estivessem todos embriagados, aproveitariam do ensejo para matá-los todos e assim livrarem-se dos constantes vexames que lhe causavam".

"Fiz-lhes cortesmente responder — escreve Beck — que éramos cristãos, tendo trazido um ministro para, na sua língua, dar-lhes a conhecer o nosso modo de vida, ações, trato e proceder, instruí-los, a êles e a seus filhos, na santa palavra de Deus e na doutrina cristã, a qual ensinar-lhe-ia que, sob a capa de amizade, não se podia ofender ou matar ninguém, e que o melhor remédio e conselho que podia oferecer-lhes era que êles primeiro se esforçassem por captar a amizade dos principais ou chefes tapuias e os trouxesse junto a mim, pois confiava obter dêles garantias de amizade e conseguir que uns e outros ficassem amigos, sem nunca mais se molestarem". (p. 359)

Eis o aventureiro e pirata calvinista que se pretende entregar, em sanhas de incompreendida religiosidade, à antipatia "dos sentimentos católicos da população da cidade".

O "preconcebido" não há de ser o espelho a cuja frente se ponham as individualidades, ao sabor de zangas ou afeições, para o exame detido da exatidão histórica. Êsse método não se usa mais. O comportamento do historiador é a isenção, a fuga ao preconceito, à injustiça.



Fortaleza na época em que foi elevada à categoria de vila em 1726. Desenho do capitão-mor Manuel Francês, que a instalou. Era a Praça do Conselho, correspondente à atual Praça da Catedral. Em cima, à direita, a fortaleza de N. S. d'Assunção, com a bandeira portuguesa.

O DIÁRIO DE MATIAS BECK

O **Diário de Matias Beck,** como ficou dito, compõe-se de dois fragmentos: o primeiro regista os fatos da viagem a começar da saída do Recife e termina com o registo feito em 3 de março de 1649; e o outro compreende os registos de 23 de julho a 3 de setembro desse mesmo ano. Foi esse documento encontrado pelo historiador e professor da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José Higino Duarte Pereira, comissionado, em 1885, pelo Instituto Arqueológico, Geográfico de Pernambuco, para procurar nos arquivos e bibliotecas da Holanda quanto se referisse ao domínio dos flamengos no Brasil. Esteve lá até 1886 e o que pôde trazer constitui uma riqueza de peças comprovantes de acontecimentos desse domínio. Conforme realça outro historiador pernambucano, o Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho, em sua NOTA DO TRADUTOR, "o raro e superior critério do exímio investigador é garantia suficiente para convencer a quem quer que seja de que nas suas diligentes pesquisas soube logo separar o trigo do joio e só nos trouxe cópia do que realmente encerrava merecidamente para a nossa história bélica, civil, administrativa e econômica no decurso do atribulado período de lutas contra os invasores neerlandeses".

Foi ele, o Dr. Alfredo Carvalho, quem traduziu para o português o valioso papel, e ele mesmo assegura: "usamos dos maiores cuidados na tradução, a fim de evitar falsas interpretações, a que facilmente poderia conduzir o desalinhavado do estilo, e procuramos manter sempre a mais rigorosa equivalência entre os vocábulos desta e os do original; transcrevendo os nomes indígenas conservamos a ortografia do Autor, mesmo quando nos pareceu pouco aceitável, de preferência a corrigi-la, pois bem sabemos de quanto auxílio é, nas investigações etimológicas, o conhecimento das diversas e sucessivas formas por que, no decorrer do tempo, têm-se escrito estas palavras".

O **Diário** foi publicado, no Ceará, na íntegra dos dois fragmentos, em 1903 (a tradução do Dr. Carvalho data de 22 de janeiro desse ano), saindo cocomitantemente do volume **Comemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará,** — 1603-1903, Fortaleza, Tip. Minerva, 1903, e na **Revis-**

ta do Instituto do Ceará, v. 17, de 1903, tomando as ps. 225 a 405, impresso na Tip. Studart, Rua Formosa, n. 48. Está, assim, como apêndice, no final do nosso **Matias Beck — Fundador de Fortaleza,** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961, e, do mesmo modo, em **Três Documentos do Ceará Colonial**, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, Fortaleza, 1967, compondo a terceira e última parte, de ps. 206 a 286, acompanhado de criteriosas anotações de José Aurélio Saraiva Câmara, ps. 287 a 294.

O famoso documento é escrito pelo próprio Matias Beck: "Diário de minha viagem ao Siará empreendida ao serviço da Pátria, e da Companhia das Índias Ocidentais, de acordo com a comissão e as instruções dos Nobres e Poderosos Senhores, comunicando-lhes todo o ocorrido e realizado na mesma viagem".

E se inicia: "Depois de haver convenientemente feito, no Recife, a 13 de março de 1649, as minhas despedidas à Assembléia dos Nobres e Poderosos Senhores **(haer Edele Mogende)** e recebido das mãos do Sr. Presidente todos os papéis necessários a esta minha viagem e expedição ao Siará, só a 20 deste mês, sendo um sábado, saí, em nome de Deus, pelas oito horas da manhã, do porto do Recife com os iates e embarcações em seguida mencionados, porquanto o tempo e o vento não nos serviram mais cedo.

Iate **Geele Sonne** (Sol Amarelo) do capitão Miguel Block, aliás o Maneta, tripulado por ...	25	marinheiros
Iate **Synegael,** do Capitão Francisco Pitersz, tripulado por	17	,,
Iate **Vlisinge,** do Capitão Samuel Samelsz, tripulado por	9	,,
Barco **Capodello** do Capitão Gerardo Goosz, tripulado por	6	,,
Gerardo Hendricksz, tripulado por	5	,,
	62	,,

Nestes iates e barcos embarcam:

No **Geele Sonne** o Comandante (comandeur) Coster com 50 soldados, e gente de trem e 10 peças (negros), 25 ao todo	75 homens
No **Synegael** o Capitão Maes com 75 soldados de sua companhia	75 homens

No **Vlissinge** os índios do Siará em número de 41 homens e 19 mulheres, cujo Capitão é Francisco Caiaba. Vai no mesmo iate o velho Porampaba, ao todo ..... 61 pessoas
No **Capodello** o Alferes do Comandante Coster com 24 soldados ..... 25 homens

236 homens

A soma total, conforme consta da respectiva lista é, pois, de 298 pessoas".

Segue-se a descrição das peripécias da viagem, até que no dia 2 de abril fundearam em frente à baía do Igoá (Iguape). "A 2, no quarto d'alva, levantamos os ferros e velejamos todo o dia ao longo da costa até fundearmos em frente à baía do Igoá: mandei que o **Vlissinge**, o barco **Capodello** e a chalupa entrassem na baía a fim de surgirem mais convenientemente. Ao romper do dia 3 levantamos âncoras e velejamos a meio pano à espera das embarcações pequenas. Por volta de meio dia chegamos todos à baía do Mucuripe, que, segundo fui informado, é o sítio mais próximo e capaz de ancoradouro dos nossos iates; dista do Siará obra de três léguas". "Depois, de como fica dito, haver colhido boas informações sobre a situação do país, chamei junto a mim, no **Geele Sonne**, ao comandante Maes e ao capitão Francisco Pietersz, do iate **Senegael** e com o seu assentimento e aprovação resolvi e ordenei que, tanto aos oficiais como aos soldados, fossem dadas rações para meia semana a fim de, em nome de Deus, amanhã cedo serem todos desembarcados; nesse intuito dei ao comandante Maes todas as ordens necessárias para que todos fossem transportados a terra na devida forma e mandei recomendar a todos, sob pena corporal, que não fizessem aos índios, assim homens como mulheres, nem às suas plantações ou roças, o menor dano ou gravame ou desgosto, e assegurar-lhes que aqueles que violassem semelhantes ordens e cometessem qualquer dano ou violência, seriam exemplarmente castigados".

Seguem-se as minúcias do desembarque, que se ultima no dia 6, e "depois do comandante Maes haver renovado, tanto aos oficiais como aos soldados, as minhas recomendações de se absterem de fazer aos índios qualquer dano ou gravame, marchamos em boa ordem, em duas divisões com as bandeiras desfraldadas, para o referido sítio que é sobre um outeiro chamado Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio dágua doce; é para lamentar não havermos encontrado lugar mais próprio para aqui erguer a nossa fortificação, salvo se, depois

de atenta inspeção, podermos verificar que nas proximidades do sítio onde existiu o velho forte se encontre um ponto melhor e mais capaz para as embarcações do que aqui". (O rio dágua doce é o Pajeú, dos indígenas).

Diligências e exames foram feitos nesse sentido, sem melhor resultado, daí porque, "Não tendo deparado com sitio algum mais próprio e melhor, resolvi mandar construir aqui, com toda brevidade possível, a nossa fortificação". "A 7 mandei abrir caminho e construir uma ponte sobre o rio, a fim de que, quando as mercadorias dos iates forem desembarcadas e postas em terra, sejam transportadas de modo conveniente para cima do monte, onde temos os nossos quartéis e armazéns e será levantado o forte". Era ano de bom inverno e o rio corria plenamente, livre como era, diferente de hoje. Tem início a construção: "A 11 chegou o barco **Capodello,** que ontem fora despachado para ir aos iates buscar vários gêneros; não obstante ser domingo foram escaladas duas esquadras, com pás e enxadas, a fim de trabalhar diligentemente na fortificação, que esperamos ter em bom estado de defesa antes de terça feira, quando pela manhã deve seguir gente para a mina". O comandante Maes dirige os trabalhos e "não arreda o pé de junto delas (das esquadras em serviço), instruindo-as diligentemente no serviço".

Beck, fervoroso de sua religião cristã calvinista, invoca o nome de Deus a todo instante, deixa este período: "Não havendo entre nós nenhum leitor das Santas Escrituras nem consolador dos enfermos (**siekentrooster**), e sendo de urgente necessidade que, pelo menos à tarde quando a parada vai montar guarda, se faça uma humilde prece a Deus Onipotente, supremo dispensador de todas as graças, e que aos domingos de manhã e à noite seja lida diante de todos alguma passagem das Santas Escrituras, como p. e. os salmos de Davi, a fim de assim manifestarmos o nosso reconhecimento por nos ter misericordiosamente deixado chegar aqui em boa saúde e salvamento, bem como para implorar a sua divina bênção para que sejamos bem sucedidos nesta empresa; e como para ocupar semelhante cargo me fosse proposta e recomendada uma pessoa, de nome João Pecquet, que esteve empregado como leitor no iate **Synegael,** como muito capaz, resolvi ordenar que desembarcasse a fim de aqui em terra prestar os seus serviços, o que o mesmo João Pecquet aceitou de boa vontade, uma vez que pudesse gozar do ordenado do leitor ordinário".

A expedição, como figura de evidência, trazia o Ministro Kempins (pastor), e era com alegria que os índios o ouviam: "... mostraram-se igualmente muito alegres com a vinda do

ministro Kempins, porquanto tinham muitas crianças para batizar, e adultos para casar, que até agora viviam e habitavam juntos ilegitimamente por falta de ministro para os casar..." No dia 28 de julho (no segundo fragmento do Diário) deixará escrito: "Respondendo à carta do ministro Kempins, de 26 do corrente, permiti-lhe que fosse residir temporariamente no Siará até que na nova aldeia fosse construída a igreja e levantado um cruzeiro em frente à mesma, quando cumpria fosse ali habitar".

"A gente do comandante Coster continua trabalhando com uma esquadra de 20 homens, para acabar a construção do forte, e a gente do comandante Maes ocupa-se diligente e esforçadamente em levantar o armazém para guardar os víveres e munições de guerra..." "A 30 os trabalhadores e carpinteiros prosseguiram na faina habitual e o carro foi buscar telhas do velho forte". A 1.º de maio, "os trabalhadores e carpinteiros continuam ocupados nas obras mencionadas (do forte) e os marinheiros, com soldados e negros, foram ao velho forte buscar telhas no carro".

E assim vai, até que "às 9 horas da manhã do dia 22 veio ter comigo a esquadra do comandante Coster, dizendo que a sua tarefa na fortificação estava terminada, porquanto esta, com exceção do portão e das duas baterias, estava em completo estado de defesa; na continuação das obras entrarão agora a trabalhar os três carpinteiros de bordo, presentemente ocupados em levantar o armazém, auxiliados pelos soldados precisos para o transporte dos materiais necessários; o carro foi novamente ao velho forte buscar telhas".

Mas a defensão mostrava-se pequena, e "revolvi ampliar a nossa fortificação, e para este fim ordenei que duas esquadras fossem roçar o terreno a fim de facilitar ao engenheiro Ricardo Caer a demarcação das novas obras que, conforme a opinião do major Garstman, devem ser feitas para nossa defesa". "Dia 18 de agosto. Deliberei, antes de prosseguir no trabalho de aumentar a nossa fortificação, ouvir o parecer de demais oficiais da milícia sobre se convinha fazer o aumento de conformidade com a primitiva planta ou se seria preferível alguma outra e melhor; para este fim convoquei extraordinariamente o conselho de guerra, ao qual compareceram eu Matias Beck, major Garstman, capitão João Maes, Eduardo Stevens e Francisco Pietersen, tenentes Hirmervat, da companhia do Capitão Maes, João Rijcke, da companhia do Capitão Eduardo Stevens; preposto Vicente Drillenborch, alferes Henrique Zeendert e Huberto Thomassen, e o engenheiro Ricardo Caer". "... após madura deliberação acordaram todos em reconhe-

cer unanimemente que a planta escolhida por mim e pelo major Garstman oferecia as maiores vantagens e que convinha executá-la sem perda de tempo, considerando ser muito necessário o aumento, porquanto o forte é atualmente pequeno demais e incapaz de conter tropa, e também que não havendo nele latrinas forçoso era deixar durante a noite aberto o portão, o que tudo ficaria sanado com o aumento, ganhando-se assim igualmente espaço bastante para a construção duma padaria e de alojamentos para os patreiros dentro do forte e finalmente que desta forma ficaria o forte em melhores condições de defesa do que se acha atualmente, o que na realidade consistia por si só um motivo suficiente para que o aumento proposto fosse aprovado". "19 de agosto. Nesta data foram escalados dois sargentos e 16 soldados armados de pás e enxadões, para trabalhar nas novas obras da fortificação, devendo, enquanto ocupados neste serviço, receber rações dobradas".

O **Diário** é prolixo e o estamos apenas resumindo, mais no tocante ao forte Schoonenborch, para mostrar que ele existiu. O restante, toca à exploração da mina de Itarema, o que não interessa para o caso.

Este foi o forte do Marajaitiba, entregue em 1654 a Álvaro de Azevedo Barreto, que lhe mudou o nome para o de Nossa Senhora da Assunção e nele passou a residir, como capitão-mor.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano — **Prolegômenos à História do Brasil de Frei Vicente do Salvador,** 3.ª ed. S. Paulo, Companhia Melhoramentos, ps. 435 e 438, 1931.

—— — **Capítulos de História Colonial**, edição da Sociedade de Capistrano de Abreu, Rio, F. Briguiet, 1954, p. 63 (Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues).

ANDRADE, Lauro Ruiz — As minas de prata de Matias Beck, no **Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará,** n. 2, segundo trimestre, 1935, p. 25.

ARARIPE, Tristão de Alencar — **História da Província do Ceará. Desde os tempos primitivos de 1850.** 1.ª ed. Recife,Imprensa Oficial, 1887; 2.ª ed. dirigida por José Aurélio Câmara, Coleção História e Cultura, Fortaleza, Tip. Minerva, 1958. Esta ed. contém notas de Th. Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e José Aurélio Câmara.

ARAÚJO, Pe. Antônio Gomes de — Carta ao Autor, datada do Crato, 3 de fevereiro de 1962.

BAUER, — **Introducion al Estudio de la História,** tradução de Luís G. de Valdeavellano, Barcelona, Boch Casa Editora, p. 129.

BARBOSA, Lima Sobrinho — **O Centenário da Chegada de Nassau,** Recife, 1936, p. 53.

BARROSO, Gustavo — **Beck e a Capital do Ceará,** publicado na revista **O Cruzeiro**, Rio, ed. de 24 de março de 1951. Transcrito neste livro.

BECK, Matias — Diário de sua viagem ao Siará, na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 17 (1903), e resumido como último capítulo desta obra.

—— — Carta datada de Barbados em 8 de outubro de 1654, transcrita na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 69, 1956, com separata de José Aurélio Câmara, em **Aspectos do Ceará Holandês no Ceará,** Fortaleza, Imprensa Universitária, p. 26. Esta carta, em francês, encontra-se na citada **Revista,** v. 78, p. 195.

BEZERRA, Antônio — **Algumas Origens do Ceará,** Fortaleza, Tip. Minerva, 1918.

—— — Dúvidas Históricas, na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 11, p. 16.

BRÍGIDO, João — **(Ceará (Homens e Fatos),** Rio, Tip. Besnard, 1919. ps. 187 e 186.

—— — Há 100 anos. Pedro Coelho de Sousa, em **Comemorando o Tricentenário da Vinda dos primeiros Portugueses ao Ceará: 1603-1903,** Fortaleza, Tip. Minerva, p. 35.

—— — **Resumo Cronológico para a História do Ceará,** Paris, Guillard & Cie., 1887, p. 20.

CÂMARA, José Aurélio — Em defesa do Holandês, publicado no jornal **O Povo,** de Fortaleza, ed. de 10 de novembro de 1960. Transcrito nesta obra.

—— — Diário de Matias Beck, introdução, notas e comentários, em **Três Documentos do Ceará Colonial,** Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1967, 3.º capítulo, p. 209.

CAMPOS, Diogo de — Jornada do Maranhão, na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 21, p. 213.

CARVALHO, Dr. Alfredo — Ver **Revista do Instituto do Ceará,** v. 17, 1903. p. III da Parte Final.

CASCUDO, Câmara — Carta ao Autor, publicada em **Unitário,** jornal de Fortaleza, ed. de 2 de dezembro de 1962.

—— — **Geografia do Brasil Holandês.** Rio, Livraria José Olímpio Editora, 1956, p. 268.

CATUNDA, Joaquim — **Estudos de História do Ceará,** 1.ª ed. Fortaleza, Tip. do Libertador, 1886; 2.ª ed. dirigida por Gilberto Câmara, Fortaleza, Tip. Gadelha, 1919.

COMEMORANDO o Tri-Centenário da Vinda dos primeiros Portugueses ao Ceará, Fortaleza, Tip. Minerva, 1903.

CRUZ FILHO, José da — **Tempestade em copo dágua,** outubro 1960, transcrito no cap. 1 desta obra.

FREYRE, Gilberto — Prefácio a **Tempo dos Flamengos,** de José Gonsalves de Melo, Rio, Livraria José Olímpio Editora, 1947.

GIRÃO, Raimundo — A Relação do Siará de Martim Soares Moreno, em **Três Documentos do Ceará Colonial,** 2.º capítulo. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1967.

KOSTER, Henry — **Viagens do Nordeste do Brasil (Travels in Brasil),** tradução de Câmara Cascudo, Rio, Brasiliana, v. 221, p. 164.

LEITE, Pe. Serafim — **História da Companhia de Jesus no Brasil,** v. III, Rio, Imprensa Nacional, 1943.

MELO, José Gonsalves de **Tempo dos Flamengos,** Rio, Livraria José Olímpio Editora, 1947, p. 328, ps. 136-40 e p. 301.

NOGUEIRA, Paulino — Fortaleza do Ceará (Fortificação), na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 2, ps. 121 a 135.

—— — Vocabulário Indígena em uso na Província do

Ceará, na citada **Revista do Instituto do Ceará,** v. 1, ps. 209 e segs.
O NORDESTE, jornal de Fortaleza, já extinto, ed. de 5 de novembro de 1960.
POMPEU SOBRINHO, Th. — Prefácio deste livro.
—— — Relação do Maranhão, do Pe. Luís Figueira, em **Três Documentos do Ceará Colonial,** 1.º capítulo, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1967.
POMPEU, SENADOR (Thomás Pompeu de Sousa Brasil) — **Ensaio Estatístico** da Província do Ceará, 1.º v., 1863 e 2.º, 1864, Fortaleza, Tip. Brasileira.
RIBEIRO, J. O. de Sabóia — Memorial Justificativo do Plano Diretor para a Cidade de Fortaleza, na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 68, p. 219.
RIBEIRO, João — **História do Brasil,** revista e completada por Joaquim Ribeiro, Curso Superior. Rio, Livraria Francisco Alves, 1966, p. 158.
REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, v. 9, p. 212.
RODRIGUES, José Honório — **Teoria da História do Brasil, S.** Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed., 1957, p. 123.
STUDART, Barão de — **Datas e Fatos da História do Ceará,** v. 1, Fortaleza, Tip. Studart, 1896, p. 67.
—— — **Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará,** 4.º v., p. 5; idem, p. 263 e idem, p. 300; v. 2.º p. 221, p. 213 e p. 220; v. 3.º, p. 219.
—— — **Geografia do Ceará,** Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, p. 111 e 187; e na **Revista do Instituto do Ceará,** vs. 37 e 38.
STUDART FILHO, Carlos — **Estudos de História Seiscentista,** Fortaleza, Tip. Minerva, 1959, ps. 58-77.
—— — **Páginas de História e Pré-História,** Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966, p. 182.
—— — As Fortificações do Ceará, na **Revista do Instituto do Ceará,** v. 43-44, p. 48. Estudo renovado em **Páginas de História e Pré-História,** cit., ps. 167-230.
—— — Idem. na citada **Revista,** v. 45, p. 71.
THÉBERGE, Pedro — **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará,** editado pelo seu filho Henrique Théberge, 1.ª parte, Fortaleza, Tip. Brasileira, 1869, e 2.ª parte idem e a 3.ª em 1895. Tip. Studart.
UNITÁRIO, jornal de Fortaleza, ed. de 2 de abril de 1961 (Suplemento).
VARNHAGEN. F. A. — **Os Holandeses no Brasil. S. Paulo,** Edições Cultura, 1943, p. 22.

OBRAS DO AUTOR

O Fenômeno Freudiano e a Criminologia (Tese de Doutoramento). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

A Receita Pública — Aspecto Brasileiro. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

Esboço de Uma Genealogia. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.

Fiscalização dos Gastos Públicos. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

O Ceará (em colaboração com Antônio Martins Filho). 1.ª ed., 1939; 2.ª ed., 1945; 3.ª ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.

O Comendador Machado e a sua Descendência. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.

Coronel Tibúrcio Cavalcânti (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.

Cidade da Fortaleza. Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.

História Econômica do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.

Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.

Três Gerações (Ensaios). Fortaleza, Edições Clã, 1950.

A Princesa Vestida de Baile. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.

Pequena História do Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953 (2.ª ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3.ª ed., Imprensa Universitária do Ceará, 1971), 4.º vol. a sair.

A Abolição no Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956. 2.ª ed. revista, Imprensa Universitária, 1969.

Antologia Cearense. Fotaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).

Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959. 2.ª ed. 1979, publicação do Banco do Nordeste Brasil, S.A.

História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.

Matias Beck — Fundador de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.

História Econômica Geral e do Brasil. Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.

Ecologia de um Poema. Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966.

Vocabulário Popular Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

Montes, Machados, Girões. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.

Palestina, uma Agulha e as Saudades. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972.

Famílias de Fortaleza (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará, 1975.

A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.

Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.

Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.

O Senador Pompeu. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.

Bichos Cearenses na Obra de Alencar. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.

A Cidade do Pajeú. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.

Fortaleza e a Crônica Histórica (no prelo).

PREPARADOS —

Os Municípios Cearenses e seus Distritos (2 volumes).

Descrição da Cidade da Fortaleza, de Antônio Bezerra de Meneses (Introdução e Notas de Raimundo Girão).

História Geral do Ceará (2 voulmes).

ÍNDICE

Porquê 5
Prefácio — Th. Pompeu Sobrinho 13

FALA QUEM TEM AUTORIDADE PARA FALAR

Matias Beck e a Capital do Ceará — Gustavo Barroso 27
Tempestade em copo d'água — Cruz Filho 31
Em defesa do holandês — José Aurélio Câmara 39
Carta do Pe. Antônio Gomes de Araújo 47
As frustrações da Barra do Ceará 49
A ocupação holandesa 69
O Schoonenborch 79
A construção do Forte 91
Quem foi Matias Beck 105
O Diário de Matias Beck 117
Bibliografia 125
Obras do Autor 128